



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARIA INEZ DE LIMA ALMEIDA

**AUTOAFIRMAÇÃO DAS AFRICANIDADES NA PRAINHA DO CANTO VERDE:
TIRANDO O VÉU DA INVISIBILIDADE DA NEGRITUDE**

FORTALEZA – CE

2014

MARIA INEZ DE LIMA ALMEIDA

AUTOAFIRMAÇÃO DAS AFRICANIDADES NA PRAINHA DO CANTO
VERDE: TIRANDO O VÉU DA INVISIBILIDADE DA NEGRITUDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Haydée Petit

FORTALEZA – CE

2014

A447a

Almeida, Maria Inez de Lima.

Autoafirmação das africanidades na Prainha do Canto Verde: tirando o véu da invisibilidade da negritude/Maria Inez de Lima Almeida; [orientado por] Sandra Haydée Petit. – Fortaleza: 2014.

36p. ; il. color.

Dissertação de Mestrado (Educação Brasileira). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, 2014.

1. Cultura afrodescendente. 2. Escola. 3. Luta. 4. Resistência.
5. Prainha do Canto Verde. I. Título. II. Petit, Sandra Haydée.

CDD- 370.981.221

MARIA INEZ DE LIMA ALMEIDA

AUTOAFIRMAÇÃO DAS AFRICANIDADES NA PRAINHA DO CANTO VERDE:
TIRANDO O VÉU DA INVISIBILIDADE DA NEGRITUDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: __/__/2014.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sandra Haydée Petit (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ângela Maria Bessa Linhares (Co-orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Heloisa Pires Lima
Membro do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo (USP)

Às minhas avós que me deram rumos
À Tia Boi, dona Auzira, seu Dimilsim, dona
Maria Boi, Hiaga...
Aos meus amigos espirituais pela inspiração.
Minhas saudades e minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador e aos meus mentores espirituais, chamados nessa dimensão de anjos da guarda ou de amigos espirituais, pela inspiração.

À minha família, pelo apoio e pela tão benéfica companhia.

À comunidade de Canto Verde e ao Conselho deliberativo da RESEX – Reserva Extrativista – que acreditou no meu projeto de pesquisa como uma alternativa de colaboração para a formação de jovens pescadoras(es).

À minha orientadora Sandra Petit e aos professores que me ajudaram nesta pesquisa, Ângela Linhares e Henrique Cunha, pelos acréscimos e sugestões que me levaram a aprender a valorizar os saberes e as minhas relações com os meus ancestrais.

Obrigada.

RESUMO

Este trabalho é dirigido para a autoafirmação afrodescendente da comunidade de Canto Verde, Reserva Extrativista no litoral do Ceará. Visei contribuir com o tema da negritude, o ensino africano respaldado pela Lei 10.639/03. Comecei apresentando a comunidade, as questões e os objetivos. Em seguida, fiz uma descrição de como fui ganhando os conhecimentos de base africana que me respaldaram. Identifico na minha própria história de vida os valores e saberes negros achados na minha raiz ancestral familiar. Utilizei a técnica da construção de árvores para mostrar as raízes afrodescendentes das famílias da comunidade. Da mesma forma, os saberes que marcaram a minha trajetória de vida, e as raízes de minha família. Mostrei as minhas relações de parentesco que têm estreita relação com moradores da comunidade, pelo parentesco e pela vizinhança. Construí um diálogo pela investigação empírica através de entrevistas realizadas com lideranças, mulheres, pescadores, e pessoas idosas, além de fotos e documentos. Dei ênfase aos saberes, costumes, culinária, arquitetura. Construí uma relação das características da luta social destacando os valores de resistência com as características afrodescendentes, patrimônio material e imaterial (CUNHA, 1999, 2010, 2011). De forma transversal, destaquei a educação na escola e as relações comunitárias como os espaços estratégicos que propiciam autonomia pela apropriação da cultura local. Apresentei as visibilidades presentes nas histórias de vida como possibilidades pedagógicas capazes de impulsionar a desconstrução de discriminações. A escrita narrativa destaca o processo de inserção dos sujeitos da comunidade nas lutas sociais e as estratégias metodológicas seguiram a pesquisa-ação de (BARBIER, 2007). Referenciei a minha abordagem teórica na afrodescendência (CUNHA, 1999, 2010, 2011) e na Cosmovisão Africana (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, 1987; CUNHA, 1999, 2010, 2011; PETIT, 2001; OLIVEIRA, 1988, 2006). Além do enlace pedagógico com a Pretagogia (PETIT, SILVA, 2012), e com a Educação Popular (FREIRE, 2011; BRANDÃO, 1984).

Palavras-chave: Cultura afrodescendente. Escola. Luta. Resistência.

ABSTRACT

This work is directed to the self-affirmation of African descent Corner Green, Extractive Reserve on the coast of Ceará community. Viso contribute on the subject of blackness, African education backed by Law 10.639/03. Start presenting community issues and goals. I give a description of how I gained the knowledge base of African endorsed me. I identify in my own life story and values blacks knowledge found in my family ancestral roots. I use the technique of building trees to show the roots of African descent families in the community. Likewise the knowledge that marked my life path, and the roots of my family. Show my kinship that has close relationship with community residents, by kinship and the neighborhood. Build a dialogue by empirical research through interviews, photos and documents held with leaders, women, fishermen, and the elderly. I emphasize the knowledge, customs, cuisine, architecture. Build a relationship of the characteristics of social struggle highlighting the strength values with African descent characteristics, tangible and intangible heritage (WEDGE). Transversely emphasize education at the school and community relations as strategic spaces that promote autonomy by appropriating local culture. Visibilities present the gifts in life histories as a pedagogical possibilities that can boost the deconstruction of discrimination. The written narrative highlights the process of insertion of the subject community in social struggles and the methodological strategies follow the action research (BARBIER). I refer to my theoretical approach in afrodescendência (CUNHA) and the African Worldview (BA, CUNHA, PETIT, OLIVEIRA). Beyond the educational link with Pretagogia (PETIT, SILVA), and Popular Education (FREIRE, BRANDÃO).

Keywords: Afro-descendant culture. School. Struggle. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|---|----|
| Figura 1 – | Árvore genealógica do senhor Joaquim Caboclo Fernandes do Nascimento Girão e da Senhora Maria da Conceição | 18 |
| Figura 2 – | Desenho original de minha árvore de saberes no curso de pós-graduação no Quilombo do Minador em 2010 | 22 |
| Figura 3 – | Fogão de lenha no chão de uma cozinha a pau a pique na casa da Hosana, moradora no pé do morro de Canto Verde | 49 |
| Figura 4 – | Manuel Sales. O primeiro Capataz da colônia de pescadores de Canto Verde | 59 |
| Figura 5 – | Casa de palha com piso de areia ou de barro batido | 65 |
| Figura 6 – | Casa de taipa e chão de barro batido | 65 |
| Figura 7 – | Os cinco coqueiros da Tia Boi no lado do sol nascente | 66 |
| Figura 8 – | Situação econômica do setor industrial lagosteiro | 67 |
| Figura 9 – | Reunião da RESEX em 17 de agosto 2013..... | 70 |
| Figura 10 – | Foto aérea em arquivo da comunidade datada de 1988. Toda essa faixa de moradias está hoje debaixo do mar | 78 |
| Figura 11 – | Vista da comunidade em 1984 | 86 |
| Figura 12 – | Beto (assessoria do CDPDH), Pile (pescador), Silvino (advogado), Beto (filho do Pile) | 90 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 09 |
| 2 | CAMINHOS INTRODUTÓRIOS DA PESQUISA | 11 |
| 2.1 | Eu e a comunidade | 12 |
| 2.2 | O real entre visibilidade e invisibilidade negra afrodescendente em Canto Verde | 14 |
| 2.3 | Objetivos | 20 |
| 2.4 | A produção de conhecimento para o ensino local | 21 |
| 2.5 | Meu encontro com os autores que me ajudaram a pensar os saberes de africanidades para usar no ensino da Lei 10639/03 na sala de aula | 27 |
| 2.6 | Metodologia: saberes em construção | 34 |
| 3 | GAVETA DAS MINHAS MEMÓRIAS | 39 |
| 3.1 | Minha trajetória: das raízes às folhas dando forma aos galhos | 39 |
| 3.2 | Minhas vivências: A fortaleza do meu chão | 42 |
| 3.3 | Uma análise da sociedade brasileira | 55 |
| 4 | ABRINDO O CENÁRIO DE CANTO VERDE QUE COMEÇA EM CAMPESTRE DA PENHA | 56 |
| 4.1 | Raízes que partem do canavial em Campestre da Penha para as areias do mar de Canto Verde | 56 |
| 4.2 | Nos trilhos da história dos ancestrais de Canto Verde | 60 |
| 4.3 | O Mazagão: um fio de ligação da África com Canto Verde | 62 |
| 4.4 | O contexto socioeconômico das famílias de Canto Verde em movimento | 64 |
| 5 | OS COSTUMES CULTURAIS, MITOS E CRENÇAS NO TEMPO DA TIA BOI – UM ELO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE EM CANTO VERDE | 73 |
| 6 | LUTAS E RESISTÊNCIAS | 78 |
| 6.1 | A beleza do mar em disputa – a luta pela terra | 78 |
| 6.2 | As mulheres da comunidade de pescadores: guerreiras que lutam contra a maré | 81 |
| 6.3 | As lideranças | 88 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 92 |
| | REFERÊNCIAS | 96 |
| | APÊNDICE A | 101 |
| | ANEXOS | 102 |

1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado na comunidade de Prainha do Canto Verde, localizada em Beberibe¹ - Ceará, que é habitada por famílias de pescadores. Eles possuem em comum, além da vocação de pescar no mar, uma interligação étnica pelas raízes de parentesco. O espaço geográfico onde moram desde suas origens, coletivo, se tornou alvo de atentados de imobiliárias que os desafiam em constantes enfrentamentos conflituosos, tendendo tomar para si os direitos de posse dos seus moradores. Essa relação de pescadores(as) com o mar e os constantes conflitos os nomeia como povos e comunidade tradicional, pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída, em 2007, por meio do Decreto nº 6.040.

A Política é uma ação do Governo Federal que busca promover o desenvolvimento sustentável com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. O persistente enfrentamento dessa população levou à conquista do parecer favorável, em março de 2006, pelo Tribunal Superior de Justiça em Brasília, de reconhecimento do direito de permanecerem em suas terras. E em 5 de junho de 2009, a comunidade ganhou a titulação de RESEX – Reserva Extrativista.

As conquistas coletivas que a comunidade tem acumulado carregam não apenas alegrias, mas sofrimentos e dificuldades, que servem para estimular mobilizações, reações e enfrentamentos políticos, e estas resultaram em conquistas significativas, como a de ser hoje uma RESEX – Reserva extrativista. Estes enfrentamentos os destacam no cenário local e nacional, pelo espírito de resistência que carregam consigo, e por terem acordado em tempo para lutarem contra o domínio imobiliário. Possuem um parentesco bem singular, que os coloca geneticamente numa mesma árvore familiar, com costumes e hábitos culturais comuns.

Neste trabalho, busquei investigar, através da história das pessoas, as relações entre os processos que cruzam origens étnicas com os saberes, se entrelaçam gerando novos conhecimentos, dão novas formas às resistências, chegando, conseqüentemente, às conquistas. Fiz uma ponte dos valores afrodescendentes de pertencimento, herança dos ancestrais, com possibilidades pedagógicas de ensino para atuação da escola local, reafirmando a Lei 10.639/03.

¹ Distante de Fortaleza 120 Km.

Daí é que meu objetivo tratou do estudo das tradições orais, heranças, costumes, patrimônio, crenças e hábitos da identidade coletiva de Canto Verde. E, a partir da identificação desses elementos, visei contribuir para a autoafirmação étnica dos sujeitos, dando oportunidade aos ancestrais negros ganharem visibilidade.

Início minha dissertação tratando no primeiro capítulo, Caminhos introdutórios da pesquisa – onde desfilam a problemática e as relações construídas entre mim e a comunidade. Ouso afirmar o que designo de visibilidade negra, dialogando com alguns conceitos de educação afro como: Ribeiro (1996), Petit (2001), Hampâté Bâ (1982, 1987), Sodré (1999), Bandeira (2008, 2011), Cunha (1999, 2010, 2011), Munanga (1990, 2005), Oliveira (1988, 2006), entre outros. Trato de como cheguei aos conhecimentos para o ensino local e dos autores que me ajudaram a pensar os saberes de africanidades para usar no ensino da Lei 10.639/03 em sala de aula. Trato também da metodologia, onde evidencio alguns encontros teóricos com o meu jeito de desenvolver o trabalho de pesquisa.

Gaveta das minhas memórias, tratada no segundo capítulo, é um retorno às minhas raízes. Encontro na minha história de vida os elementos de pertencimento da minha cultura de origem. Eles me permitiram dialogar com autores como Edmilson Pereira (2005), Isabel Allende (2011), Achebe (1983), Raquel de Queiroz (2010), Abdias Nascimento (1961), entre outros. Nesse capítulo, disserto sobre as minhas trajetórias, os aprendizados que ganhei desde a infância que resultaram na base dos valores que carrego comigo.

O terceiro capítulo se intitula Abrindo o cenário de Canto Verde que começa em Campestre da Penha. Nele, faço uma memória das pessoas e do lugar, através dos fatos sobre a origem dos primeiros núcleos de famílias, uma visão rápida de como era a sociedade local da época e as cantigas populares. Enfatizo valores da cultura local, distribuindo em três assuntos: Raízes que partem do canavial em Campestre da Penha para as areias do mar de Canto Verde; Nos trilhos da história dos ancestrais de Canto Verde; e o contato socioeconômico das famílias de Canto verde. O texto ousa aproximar o passado do presente numa estreita relação, dando visibilidade às principais faces de lutas e resistências.

O quarto capítulo, Mitos no tempo da Tia Boi, trata dos costumes culturais da época um elo entre o passado e o presente em Canto Verde. O quinto capítulo, Lutas e resistências, enfatiza os impulsos que movem sujeitos locais numa busca constante por transformações sociais como: a beleza do mar em disputa; a luta pela terra; as mulheres; e as lideranças.

2 CAMINHOS INTRODUTÓRIOS DA PESQUISA

A comunidade de pescadores e pescadoras de Prainha do Canto Verde, em Beberibe, foi o local escolhido por mim para a realização deste estudo. Os motivos começaram pelo fato de possuírem um histórico de lutas, que começa com seus primeiros moradores resistindo ao período escravista, que construíram suas moradas nas terras do mar, onde seus descendentes permanecem até hoje. Após um longo conflito na justiça com imobiliárias que insistem em tomar as terras de seus legítimos donos, acabou conquistando o título de Reserva Extrativista – RESEX. A Reserva Extrativista de Prainha do Canto Verde é uma unidade de conservação federal do Brasil categorizada como reserva extrativista, criada por Decreto Presidencial em 05 de junho de 2009, numa área de 29.794 hectares no município de Beberibe, no Estado do Ceará. Por esse motivo, vou me dirigir nestes termos no decorrer desta dissertação.

A história de luta da comunidade de Canto Verde não é isolada de outros grupos e praias como Balbino, Batoque, por exemplo, onde a chegada de infraestrutura, em nome do desenvolvimento econômico, introduziu impactos sociais nos usos e costumes permitidos pelo modelo de consumo da sociedade globalizada. Junto a isso, os vícios como o uso de drogas e, conseqüentemente, o desequilíbrio familiar e o enfraquecimento dos valores de raiz da comunidade, impactam na formação educacional da população jovem. Concretamente, o contexto social atual influencia a identidade da população local, que entra numa dinâmica de comportamentos, atitudes e novos costumes com novos significados aos seus valores.

“O racismo está presente nos diferentes locais e grupos sociais de uma mesma localidade” (CUNHA, 1996, p. 149), em uma mesma família, assim como eu um dia me flagrei sendo preconceituosa e negando minha raiz africana por desconhecimento. É daí que se gera a minha problematização. Canto Verde, mesmo com uma trajetória de afirmações sobre a sua negritude, como será justificado mais adiante, não se diz negra. E minha justificativa para esse problema se baseia na Lei 10.639 (2003) que fundamenta a necessidade do ensino étnico-racial com pedagogias de combate ao racismo e à discriminação, objetivando a educação das relações étnico/raciais “positivas”, direcionada a fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra.

A Lei 10.639 (2003) fundamenta a necessidade do ensino étnico/racial com pedagogias de combate ao racismo e à discriminação, objetiva que a educação dessas relações, de forma “positiva”, seja direcionada a fortalecer entre as pessoas o despertar da consciência negra. Uma tarefa de parte das instituições afro-brasileiras que são capazes de

contribuir para “afirmações comunitárias através do lúdico” (SODRÉ, 1999, p. 212). um compromisso que alcança a multiculturalidade da educação como se segue:

Ao olhar para alunos que descendem de africanos, o professor comprometido com o combate ao racismo deverá buscar conhecimentos sobre a história e cultura destes alunos e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos em suas posturas, linguagem e prática escolar; reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural da educação. (ROMÃO, 2003, p. 20).

A identidade coletiva desta localidade possui uma trajetória de lutas e conquistas, marcadas por um espírito de resistência, com singularidades e significados aparentemente fragmentados de sua história afro-brasileira.

2.1 Eu e a Comunidade

A escolha deste local para realizar esta pesquisa começa pela minha relação afetiva histórica². Fui professora de alfabetização, integrei o grupo que iniciou a luta pela terra e tenho vínculo familiar, parentesco próximo com uma das famílias³ do lugar. Quando me vi diante da oportunidade de pensar neste estudo teórico, me vi fazendo interrogações e buscando respostas teóricas na minha história de vida e me encontrei com este autor:

Cada vez que tentei fazer um trabalho teórico, foi sempre a partir de elementos de minha própria experiência: sempre em relação com processos que eu via se desenvolver em volta de mim. Certamente porque eu acreditava reconhecer nas coisas que via, nas instituições com as quais lidava, nas minhas relações com os outros, rachaduras, sacudidelas surdas, disfuncionamentos, um empreendimento, um tal trabalho, algum fragmento de autobiografia (FOUCAULT, 1981, p. 02, apud. SILVA, 2009).

Assim, fui buscar na minha história de vida a trilha por onde me encontrei e realizei os meus achados negros. Com eles, começo com o meu tema gerador do projeto – afirmação da identidade afrodescendente da comunidade.

Cresci escutando cantigas e vendo apresentações de dramas com encenações que mostravam tratamento diferenciado discriminatório aos negros. Vi minha mãe juntar amigas e

² Em 1968, participei como cantora nas missas promovidas pelo capataz da colônia de pescadores Manuel Sales, ainda na Prainha velha. Em 1976, ensinei crianças a ler e escrever no barracão da colônia dos pescadores. Essa minha trajetória teve pouca duração porque recém-engravida, não dei conta de caminhar os cinco quilômetros pelas areias do morro na trajetória até minha casa em Paripueira. Depois voltei à comunidade em 1980, onde residi cinco anos e tive filhos com um pescador.

³ Meu avô vem de uma família Palantão em Cacimbas que tem vínculos com a família de Antônio Firmino, o Pilé.

encenar “Pretinhas de Guiné”. Pintadas com *tirna*⁴ de panela e usando roupas coloridas e compridas, cantavam e dançavam em momentos festivos da comunidade.

Atuei como educadora em outros espaços, como o de gestora, no Ceará do projeto MOVA-Brasil⁵. Exercitei, na formação de educadores(as), ações pedagógicas interculturais voltadas para o exercício da escrita e da leitura, a partir dos saberes ligados à ancestralidade dos educandos(as)⁶. A minha contribuição e envolvimento em alguns processos de ensino ligados às questões étnicas raciais se deveu aos aprendizados que ganhei do meu pertencimento étnico nos estudos da especialização. Dessa vez, me volto para trabalhar os saberes afros da comunidade de Canto Verde, desejando contribuir para sua autoafirmação afro-brasileira apoiando-me na afirmação do MEC:

[...] a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidades racistas e discriminadora seculares, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escolas de desigualdade sociais, econômicas, educativas e políticas (BRASIL; 2005, p. 15-16).

Da minha história de vida, sistematizo os ensinamentos valorosos que ganhei da convivência com minhas avós. Faço desses achados uma ponte com a minha espiritualidade e tiro daí estímulos que se refletem no objeto dessa pesquisa.

Da história de luta da comunidade de Canto Verde destaco aspectos como o fato dela não ser isolada de outros grupos e praças como Balbino, Batoque, por exemplo. Nestes locais, a chegada da infraestrutura, em nome do desenvolvimento econômico, introduziu impactos sociais nos usos e costumes permitidos pelo modelo de consumo da sociedade globalizada. Junto a isso vieram efeitos, como os vícios em uso de drogas e consequentemente, o desequilíbrio familiar, o enfraquecimento dos valores de raiz da comunidade, que vem impactando na formação educacional da população jovem. Concretamente, a identidade da população local entra numa dinâmica de interiorização de comportamentos, atitudes e costumes a partir de novos significados introduzidos no ambiente familiar e social pela mídia que produz sua pedagogia social baseada na lógica de mercado, conforme Sodré (1999, p. 41):

[...] coincide com os impulsos no sentido de uma cultura transnacional por efeito da globalização financeira e comercial, que redistribui a capacidade de produção e

⁴ Tintura preta deixada no fundo panela pela queima do fogo.

⁵ Projeto de alfabetização de jovens e adultos acompanhado pelo Instituto Paulo Freire.

⁶ Nessa atuação, cada sujeito construiu o seu memorial individual e do grupo, usando a técnica da *árvore dos saberes*, adaptada por Petit (2011), desenvolvido em parceria como NACE-UFC.

substitui a concepção de ‘território nacional’ pela de mercado. O pensamento da identidade sempre pressupõe uma estabilidade espacial: em várias línguas, o ‘eu sou’ coincide com ‘eu estou’... A identidade reflete uma certa opacidade do sujeito ou uma expectativa de fechamento da subjetividade diante das mudanças, mas também diante do ‘outro’ (seja dentro ou fora do grupo). Com a troca do enraizamento espacial pela aceleração temporal (transportes, telecomunicações), a estabilidade identitária perde força.

2.2 O real entre visibilidade e invisibilidade negra afrodescendente em canto Verde: O dito e o não dito das tradições negro-africanas

Ao me propor estudar as relações étnico-raciais das famílias de Canto Verde, busco enxergar na cultura social do presente, com um olhar para o passado, os elementos socioculturais dos seus antecedentes transportados da África, que residiram em Canto Verde. As singularidades destes valores, presentes na identidade coletiva da comunidade, são capazes de gerar instrumentos pedagógicos para alcançar as crianças e a juventude desta comunidade, através da escola.

Com esse olhar no decorrer deste estudo, me vi refletindo sobre a importância da apropriação do conhecimento da nossa história de origem como elemento básico para fortalecer os enfrentamentos sociais. Principalmente quando a comunidade de Canto Verde hoje tem o papel de se assumir como uma Reserva Extrativista. E, com esse novo perfil político, me pergunto: como transitar sobre a história dessa população, a sua posição de origem e potencializar esse conhecimento como forma de instrumentalizar os desafios atuais?

Assim, vi que a escola é uma estratégia possível para se investir na reconstrução de conceitos e desfazer preconceitos cristalizados pela nossa acomodada forma de aprender, pensar e realizar processos de educação. Concordando com Linhares (2003), esse caminho compreendido como uma perspectiva funcional não é tão simples, exige questionamentos pelo educador que, comprometido com a utilidade destes conhecimentos para a vida do aluno no seu meio, revira pelo avesso sua forma de compreender e de passar conhecimento, num processo de reinvenção conjunto entre aluno(a) e professor(a). Nesse sentido, se faz pertinente atentar para indagações íntimas importantes para o(a) educador(a) fazer a si mesma(o): “Será que as metodologias que utilizamos conseguem produzir conhecimentos, levando os educandos a recolher e apreender acerca dos valores comunitários locais?”. Linhares (2003), ao problematizar sobre valores de uma educação para a sensibilidade, reflete sobre o que das nossas verdades em ciências e da sabedoria dos ancestrais tem servido para viver. Relacionando com o que diz a sabedoria indígena,

[...] para eles, saber se um fato ocorreu mesmo ou não, e em que medida se pode medi-lo, não era fundamental no julgamento de uma verdade. Por isso os mitos também poderiam conter verdades. As verdades dos brancos não os ajudavam a viver, pois em nome delas também lhes matavam (Op. Cit., p. 24- 25).

No caso dos moradores de Canto Verde, que vivem com intensidade as lutas do seu dia a dia, como dar sentido à vida através das formas de “conteúdos e atividades” na escola, com o fim de potencializar os valores comunitários na forma coletiva de vida que eles têm? E, com esse pensamento, me vejo em concordância com a interrogação de Linhares (Op. Cit., p. 23): “Haveria algo básico a se fazer, no ensino fundamental, no sentido de se pensar o sujeito que aprende de um modo mais inteiro?”. Essas são questões que perpassam esse meu trabalho.

E visualizando esse pensar o sujeito por inteiro, preciso deixar claro que minha pesquisa sobre a presença negra na comunidade de Canto Verde não desqualifica e nem nega a multiculturalidade de outras raízes e a influência de outras culturas presentes nas origens do povo de Canto Verde, principalmente a indígena.

Os aspectos da cultura de Canto Verde presente nos hábitos, usos, costumes e, de forma subjetiva, nas falas dos comunitários são, a meu ver, carregados de informações e elucidam formas de pensamento. Assim, é preciso tornar clara a compreensão de alguns termos usados por mim nesse texto, sobre “invisibilidade negra”. Início fazendo um paralelo do que é visível: a cor da pele negra na maioria de seus moradores; a forma original da arquitetura das casas, como elas foram sendo colocadas, a princípio em quase semicírculos; os usos, como a culinária; os costumes tradicionais na dança do boi, nas crenças, nos indícios de práticas da religiosidade de matriz africana; na oralidade; nas histórias e lendas; nos remédios caseiros e nas rezas de cura. Há uma estreita relação da cultura da comunidade com expressões que carregam significativas afirmações de identidades negras como as que são analisadas por Bandeira (2011, p. 209-210):

Os negros do Ceará, mesmo sujeitos a uma série de limitações impostas pelo sistema escravista, construíram expressões distintas e significativas para a afirmação de suas práticas culturais, compreendidas enquanto ações que visavam à conquista de espaços e legitimação de direitos que, ainda hoje, fazem e refazem o cotidiano das populações de afrodescendentes cearenses. Os cativos, apesar do rígido controle dos senhores e da sociedade escravista, não eram seres despersonalizados, conseguindo, por meio da conquista de redes de sociabilidade, preservar elementos de suas memórias, histórias e culturas, materializadas em relações familiares, linguagens, festas, músicas, religiões e rituais cotidianos. Assim sendo, negros cativos e libertos estavam presentes em todas as vilas cearenses, nas mais diversificadas atividades, tais como vaqueiros, *pescadores*, *jangadeiros*, costureiras, rendeiras, fiandeiras, vendedoras, curandeiros, erveiros, cantadores, instrumentistas, contadores de histórias e escravos de ganho em geral, rompendo com a ideia de isolamento e de ‘não ser’ a que estavam sujeitos pelo pensamento ocidental moderno. Fizeram-se presentes nos mais diferentes setores da sociedade, contribuindo com elementos

próprios de suas culturas ancestrais nas mais diferentes expressões artísticas, religiosas e de comunicação. (Grifo meu).

Em Canto Verde, a história de origem por si afirma suas relações afrodescendentes. O depoimento do pescador Pilé é afirmativo, quando ele relata o que ouviu de sua mãe: “minha bisavó veio da África”. Dos aspectos visíveis se constituem os *invisíveis*, que, para Ribeiro (1996, p. 39), “é o que se manifesta para além das aparências e se constitui a partir do que está visível”. Assim, as emoções e os sentimentos gerados pelo ato de pertencer ou não, se incluem. É valorosa a recepção que podemos dar às ligações que temos com a nossa raiz africana. E no caso de negação ou discriminação, também estamos querendo ou não, nos predispondo a partir de uma afirmação coerente com a história de raiz de nós brasileiros.

E a todo esse conjunto de conhecimentos, valores e costumes Cunha, (2011, p. 102) relaciona como, “acervo de conhecimentos, materiais e imateriais”. Porém, essa é apenas uma possibilidade conceitual que pode respaldar a visibilidade de negritudes em Canto Verde, além da dimensão dos valores de resistência que a comunidade carrega consigo.

Essa raiz ancestral ainda hoje está presente na dança do boi, nas cantigas de dramas, na crença da rainha do mar ou da mãe d’água dos(as) pescadores(as). Esse respeito se estende pelos pescadores em guardar o dia de Nossa Senhora da Conceição, dia 15 de agosto, a santa que representa a Rainha do mar e que traduz um conhecimento que se estende à religiosidade de matriz africana⁷. Essas evidências históricas da comunidade seriam tudo o que espelha a individualidade e que vincula o homem aos seus valores morais ou “identificações adquiridas” (SODRÉ, 1999, p. 91). Em textos como o que se segue, pode-se ver como a afirmação da raiz familiar negra da comunidade é compreendida:

E tudo começou quando ‘Zé Cariri’ casou com dona Chica Benvinda, irmã do Joaquim ‘Caboclo’, que junto com a esposa Filismina construíram a primeira casa de taipa aqui na praia; então Zé Cariri logo depois veio morar aqui também, e Joaquim com Filismina tiveram 12 filhos dos quais descendem muitos moradores daqui, como dona Josefa, seu Teles e tia Joaquina, que são filhos do casal que ainda sobrevive aqui... (Cartilha da Escola Bom Jesus dos Navegantes, 2004 – Anexo A).

Minhas afirmações sobre a origem das famílias desta comunidade é baseada nos registros sobre seus antepassados como se segue:

Segundo os nossos avós esta comunidade começou a ser habitada no século XVIII, no período da libertação dos escravos, por uma família de escravos que trabalhavam nas terras de um senhor de engenho num povoado vizinho hoje chamado Campestre da Penha. Estes, ao serem libertos, vieram morar nas terras onde mais tarde veio a

⁷ Acontece neste dia um encontro de crenças religiosas. A Imaculada Nossa Senhora da Conceição representa na religiosidade de matriz africana Iemanjá, a Rainha do mar.

ser chamada de Prainha do Canto Verde. Em conversas com os moradores mais velhos foi reconstituído que o casal Joaquim ‘Caboclo’ Fernandes de Nascimento Girão (1853-1949) e a Maria da Conceição ‘Filimina’ deram vida a doze filhos que constituem o núcleo original da comunidade... (Cartilha da Escola Bom Jesus dos Navegantes, 2004 – Anexo A).

Quando se refere ao espírito de luta como uma qualidade presente nas mulheres e homens manifestado nas lutas sociais, pode-se dizer que é uma característica de resistência visível. É assim na beleza da participação mobilizadora das mulheres, o que em Almeida (2013, p. 17), “está para além de outras interrogações, como as de instigar o interesse do coletivo em buscar aprofundar os sentimentos do grupo, os valores étnicos e as fortalezas das relações sociais que se constituem nos movimentos circulares, a partir das ações locais”.

É visível pela raiz ancestral dessa grande família coletiva, habitantes de Canto Verde com raízes originárias também de indígenas, como reconhece a moradora Raimunda Firmino (Veinha):

[...] eu me lembro de eu menina que tinha um navio vinha pegar sal aqui perto na barra da Barrinha (antigo Parajuru). Me lembro de um morro ali, naquela cacoruta ali... que tinha um morro coberto de búzio. Lá a gente brincava e encontrava cacos de coisas que se dizia era de índio. E o pessoal dizia mermo que aqui era morada de índio. E se dizia que ali, no Córrego do Sal, tinha índio. A gente encontrava uns barreiros, uma Camboa, uma lama, um lamaçal... (Trecho de entrevista cedida por Raimunda Ribeiro, em agosto de 2013).

Ao levantar os fatos sócio-históricos de Canto Verde, observo que as relações entre esses processos que cruzam origens étnicas com os saberes da cultura de resistência se entrelaçam e geram novos conhecimentos em formas inovadoras. É com essa visão que trato de dar visibilidade às raízes ancestrais da comunidade, ao realizar com as famílias de Canto Verde a montagem da sua árvore genealógica fazendo uso dos registros da escola⁸. Ela segue as afirmações registradas em documento e representa de forma linear a constituição das famílias da comunidade, seus troncos e ramificações, como se segue:

[...] a partir do século XVIII, com a existência do Senhor de escravos José Félix, dono e residente nas terras de Campestre da Penha, comunidade com localização vizinha a Prainha... O senhor Joaquim Caboclo Fernandes do Nascimento Girão (1853-1949) e a Senhora Maria da Conceição Filismina, casal de escravos libertos por José Félix, procuraram as terras da antiga Prainha para residir. Geraram doze filhos que constituíram o núcleo familiar da comunidade (Cartilha da Escola Bom Jesus dos Navegantes, 2008, Anexo A).

O quadro que se segue é uma composição das famílias tronco de Canto Verde.

⁸ Este documento me foi enviado gentilmente pelo Renê, morador de Canto Verde.

Figura 1 - Árvore genealógica do senhor Joaquim Caboclo Fernandes do Nascimento Girão e da Senhora Maria da Conceição

| Primeira geração de Joaquim Caboclo e Filismina Serafina (1853-1949), doze filhos | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|--|--|--|---|---|---|--|--|--|
| Biluca/solteira | Alicia – casou com Chiquinho. GERO U João Veio, Turico, Pané, Chichica, Margarida/Maria do Jaime, Druscho. | Maria – casou com Ricardo Sabino. GERO U Ei, Munda. | Chico Veio – casou com Maria Justina. GERO U Kamundo, Cobrinha, Dão, De Lurdes, Angelita/Ia/ Quiquina. | Josefa – casou com Natinha. GERO U Pindu, Lagarto, Cachade, Muda, Mariazinha, Graça, Piaba, Bilinha. | Tia Boi – casou com Antônio Correia. GERO U Maria da Boi, Neuzinha, Zé Boi, Eduardo, Iaga, Sardinha, Ninja, Alzira, Edimilino. | Antônio – casou com Corina. GERO U Baja, Augusto, Luiz, Maria Cabeça de Bombri. | Teles – casou com Maria Rolinha. GERO U Chagas, Antônio, Raimundinho, Chico, Walteço, Geraldo, Fátima, Lúcia. | Joana Pacheco – casou com Justino. GERO U Daniel, Aloízio, Raimundinha. | Rosa – casou com João Correia. GERO U Marran, Zé Correia, Lew, Bambú, Nanai, Senhora Carmosita, Munda, Leca. | Bel Nazaré – casou com Joaquim. GERO U Garapa, Xinha, Lolo, Sulão. | Joaquina – casou com Zé Danta. GERO U Garapa, Xinha, Lolo, Sulão, Til, Antônio, Tibão, Izaquiel, Zé, Militão, Tedo miro, Maria, Nilda. |

Fonte: Cedida por Renê, em agosto de 2013.

ALICIA E CHIQUINHO

O João Veio casou com Aguinha e tiveram: Tito, Helene, Beto, Marilene.

Turico casou com Carmosita, de quem nasceu: Tumbanca, Geralda, Bote, Iei, Pedro, Manel.

Daldo casou com Margarida de quem nasceu:

Pané casou com...

Chichica casou com...

Margarida casou com Viador, de quem nasceu: Boboto, Socorro.

Maria casou com Jaime e os filhos são:

Druscho casou com...

MARIA E RICARDO SABINO

Ei casou com Maria e os filhos são: Adriana, Jorge, Burrego, Geraldo.

Munda casou com...

CHICO VEIO E MARIA JUSTINA

Kamundo casou com...

Dão casou com Terezinha e os filhos: Selia, Janaina.

De Lurdes casou com...

Angelita casou com Petete e os filhos...

Ia casou com Zé Veio e os filhos: Gringo, Loão, Nilo, Siri, Lenir.

Quiquina casou com Cobrinha e os filhos: Liduina, Marta, Iracema, Salomão, Antônio, Messias, Edson, Sandra, Marcio, Cacaí.

Chiquinha tem os filhos: Odair, Tim, Clairto e Bia.

JOSEFA E NATINHA

Pindu solteiro.

Lagarto casou com Raimunda e os filhos são: Nilcin.

Cachade solteiro.

Muda casou com Dedé e o possui um filho: Zezinho.

Mariazinha.

Graça.

Piaba casou com Francisco e possuem três filhos que não nasceram nesse local.

Bilinha.

TIA BOI E ANTÔNIO CORREIA

Maria da Boi teve os filhos: Antônio Firmino, o Pilé, Chico da Rosa, Forró.

Neuzinha.

Zé Boi solteiro.

Eduardo casou com Altina e os filhos são: Dilino, Valtécio, Evaldo, Lucia da Ozana.

Iaga casou com Maria e gerou: Manuel, Maria, Murilo. Adotou Jarlei.

Sardinha.

Ninja casou com...

Alzira casou com Dimilsime os filhos são: Lurdes, Lori, Cica, Dézio.

Ninha casou com Tião.

ANTÔNIO E CORINA

Baja casou com...

Augusto casou com...

Luiz casou com...

Maria Cabeça de Bombril.

TELES E MARIA ROLINHA

Chagas casou com...

Antônio casou com...

Raimundinho casou com...

Chico casou com...

Walteço casou com...

Geraldo casou com...

Fátima casou com...

Lúcia casou com...

JOANA PACHECO E JUSTINO

Daniel casou com...

Aloízio casou com...

Raimundinha casou com...

ROSA E JOÃO CORREIA

Marran casou com Joana e gerou a Santa.

Zé Correia, com as filhas Luciana e Novinha.

Lew casou com...

Bambú casou com...

Nanai casou com Rosa e tem o filho Francisco.

Senhora casou com Tindolin e o filho Ivam.

Carmosita casou com Veja.

Munda casou com Zé Augusto e gerou a Jola.

Leca.

BEL NAZARÉ E JOAQUIM

Garapa casou com...

Xinha casou com Bibi e os filhos são: Titia, Francisco, Teté, Bior, Totonho.

Lolo casou com Lenildo, Heloi.

Sulão casou com Nica e os filhos são: João, Ivonildo, Ivoneide, Ivoniza, Dadin, André, Pretinha, Dadai.

JOAQUINA E ZÉ DANTAS

Meia Noite casou com...

Til casou com Lurdes e os filhos são: João, Mauro, Hoga, Huga.

Antônio casou com Ninha e os filhos são: Cristina, Fiota, Birita, Dove, Tetei, Marciano, Gelo.

Tibão casou com Iracema e os filhos são: Mauricio, Lirio, beto, Novo.

Izaquiel.

Zé casou com Maria e os filhos são: Reginaldo, Regina, Maria, Baer, Carlos, Roberto, Renato, Rainier.

Militão casou com Helena e os filhos são: Fortim, Cascai, Sonia, Sonede, Sueli, Bombeiro, Tanzinho.

Tedomiro.

Maria casou com Zé Bidonha os filhos são: Lalau, São, Caroa, Rosa, Boca, Coro, Reca.

Nilda casou com Assis e os filhos são: Nené, Antônio, Liduina, Fátima, Maria, Saúde, João, Gustavinho, Rones.

Chegaram mais tarde em Canto Verde:

Chico da Julia casado com Pirrita e os filhos são: Dolores, Maria, Antônio, Paulinho, Ana, Elizabete, Socorro, Xixico, Zé Carlos.

João Horácio casado com Kinoa e os filhos são: Manuel Horácio.

Bibiu casado com Deuzinha e os filhos são: Francisca, Marco, Tico, Socorro, Julia, Selma, Igor, Silia.

Ciçã e Francisco e os filhos: Gorete, Chico, Aila, Boneca, Zé, Nene, Julia, Antonio, Luiz, Luiza.

Hosana casado com Nene e os filhos: Sandra

Lídia com os filhos: Maria, Chico, Antônio, Erisvaldo, Edvaldo, Enidia

Joana com os filhos: Leonardo, Helena, Almoberta, Leandro.

Luiz casado com Geralda e os filhos: Lucilene, Rosilene, Binidito.

Zé Calado casado com Francisca e os filhos: Bibi, Socorro, Terezinha, Sicilia, Zé Carlos.

Celina.

Zé Amâncio e os filhos: Antônio José, Carlinhos.

Toda essa constituição das famílias de Canto Verde se liga a raízes fincadas na África. O resultado dessa mistura é uma questão que merece ser aprofundada *futuramente*. Aqui nesse estudo, me detive nas tradições e nas evidências da cultura local que se relacionam com a negritude dessa comunidade e que refletem uma imensa riqueza no perfil de afro-brasileiros.

2.3 Objetivos

Por toda essa importante trajetória, construí como objetivo desse trabalho: Descobrir os artefatos negros presentes nas tradições orais, heranças, costumes, patrimônio, crenças e hábitos das africanidades, na história e na identidade coletiva da Prainha do Canto Verde e, a partir da identificação desses elementos, contribuir na autoafirmação étnica enquanto comunidade afrodescendente.

Os meus objetivos específicos foram três. O primeiro tratou de: Realizar uma intervenção que permita às pessoas a identificar suas africanidades na história e cultura local.

O segundo foi: Comparar a visão anterior e posterior à intervenção na comunidade, no que diz respeito à autoafirmação enquanto comunidade afrodescendente.

O terceiro: Desenvolver o pertencimento étnico nos(as) professores(as) qualificando-as(os) para o ensino étnico-racial fundamentado na Lei 10.639, através de intervenções, visando a inclusão de conteúdos e valores afro no currículo.

Dos três objetivos específicos, dada a sua dimensão, só consegui desenvolver o primeiro, ficando os dois últimos para uma continuidade posterior. Assim como também ficaram para um trabalho futuro as descobertas desse projeto, que foram pensadas para integrarem a construção de uma saga (encenada e escrita), onde as informações do passado podem se comunicar com os costumes usuais presentes e se projetam para o futuro, afirmando a identidade do coletivo. Um encontro de fatos, afirmações e significados, dialogando de forma lúdica com os sujeitos, com o fim de colaborar, e com os professores da escola sobre a afirmação da identidade coletiva afrodescendente na sua proposta curricular.

Ao dar transparência à história de raiz, almejei gerar elementos pedagógicos para diferentes formas de intervenção, sejam relacionados à proposta educativa das novas gerações na escola ou na vida em comunidade como um todo. Da mesma forma, procurei desenvolver sensibilização junto aos educadores(as) sobre os valores da cultura de raiz da comunidade, e promover um material didático que contemple o referencial histórico e cultural local.

Ao mesmo tempo, busquei contribuir para novas elaborações conceituais afirmativas da identidade étnica local a serem inscritas ou incluídas na elaboração conceitual do currículo da escola. Apoio-me na afirmação de José Maria Nunes Conceição, para dizer que não tenho pretensão com meu trabalho de “convencer os racistas a deixarem de sê-lo, para que se atinja uma nova ordem social”, porém me basta “ajudar a implementar medidas concretas que impeçam os racistas de fazerem prevalecer, na prática social, os seus preconceitos” (ANDRÉ, 2008, p. 54).

2.4 A produção de conhecimento para o ensino local

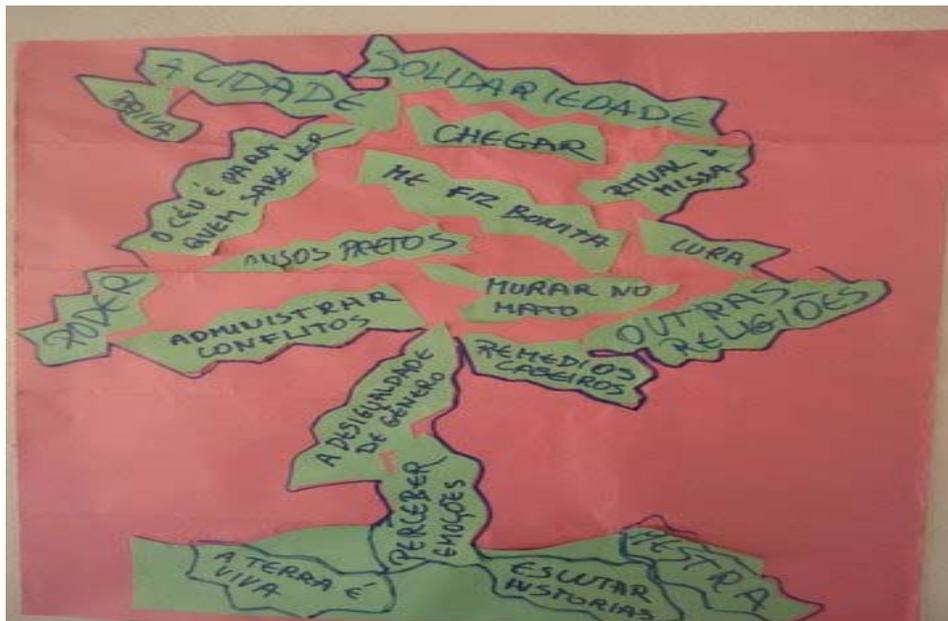
Antes de iniciar a pesquisa com os atores locais, comunidade, escola e Associação de Moradores, onde estão as lideranças comunitárias e as famílias da comunidade, estes passaram por vários momentos de estudo seguidos de vivências diversas. Primeiro, fui buscar na minha história de vida o meu pertencimento ligado à cultura dos afrodescendentes.

Recuperei os estudos que desenvolvi na minha pós-graduação em *História e Cultura Africana e dos Afrodescendentes para Formação de Professores de Quilombos*

(NACE/UFC). Os meus aprendizados me levaram a realizar monografia sobre as “Brincadeiras das crianças no quilombo do Minador” em 2010/2011. A pesquisa foi realizada no próprio Quilombo de Minador, e encontrou nas formas de vida das suas crianças a conexão com os costumes, crenças, brincadeiras, culinária, cantigas populares, modo de vida dos antepassados, os valores intercalados com os aprendizados dos afrodescendentes.

Diante de todas as evidências encontradas nesta pesquisa, acabei me olhando, e vendo que a minha história de vida também me leva aos caminhos das minhas relações com os meus antepassados e me autoriza poder afirmar que carrego elementos de pertencimento negro pelos muitos saberes e valores que estão presentes na minha cultura de formação. E quando retomo olhar para a árvore dos meus conhecimentos, construída naquele período, me dou conta de quanto me apropriei nessa pesquisa dos valores já identificados naquele período.

Figura 2 – Desenho original de minha árvore de saberes no curso de pós-graduação no Quilombo do Minador em 2010.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Esta minha árvore foi montada com palavras carregadas de significados que despertaram no meu consciente a minha trajetória de vida. Começam pelos meus valores de raiz como: *a terra é viva; escutar histórias*. No tronco da árvore: *perceber emoções; a desigualdade de gênero*. No corpo dela enxerguei: *remédios caseiros; outras religiões; morar no mato; administrar conflitos; anjos negros; poder; cura; fiz-me bonita; o céu é para quem sabe ler; ritual da missa; cidade; chegar; raiva; solidariedade*. Cada uma destas expressões subtende um episódio de uma longa história que ainda não foi contada e poderiam ser incluídas como subtítulos.

Sentindo e vivenciando junto à comunidade o como viveram e como brincavam as crianças de ontem até as de hoje, foi possível me desfazer de velhos conceitos e perceber o quanto somos preconceituosos e nossas práticas deixam de valorizar nossa própria cultura. Reconstruí minha visão que se reconstituiu num profundo respeito à cultura dos povos negros, pois me vi neles. Percebi, segundo meus estudos, que estas crianças e as pessoas⁹ desse quilombo se alimentavam em essência pela valorização dos usos e costumes dos povos que os antecederam, os seus afrodescendentes.

Reencontrei-me, pois, nas brincadeiras das crianças. E vi nelas um instrumento de relevância pedagógica, com possibilidades de elaborações estratégicas contrárias às práticas educativas que perdem oportunidade de reforçar a nossa própria cultura. Passei a enxergar possibilidades de tratar através delas, possibilidades de tratar o currículo escolar de forma interdisciplinar. Além de instrumentalizar pedagogicamente contra o modelo de educação tradicional ao qual temos tendência de nos submeter pela cultura da “obediência”. Descobri os valores de alguns princípios que norteiam a filosofia da Cosmovisão Africana como a circularidade, a solidariedade, a ancestralidade, dentre outros. E, de posse dos seus significados, desejei prosseguir meus estudos nessa perspectiva.

Estes saberes foram valorosos e me acompanharam tomando dimensões maiores em momentos ricos, como na monitoria da disciplina de Cosmovisão Africana para graduandos na UFC, ao lado de minha orientadora. Nessa atividade, o tema africanidades, ao ser estudado e exercitado em várias possibilidades metodológicas nas aulas, pelos diferentes olhares e lugar de onde se colocava cada participante, me rendeu respaldo teórico e prático para tocar este trabalho.

Assim em uma das aulas¹⁰, iniciadas com a música de Chico Cesar, Respeitem meus Cabelos Brancos, e com a música Vendedor de bananas, de Jorge Bem Jor; Coisa da Antiga, de Rita Ribeiro, que foi seguida por uma dança individual, algumas das falas representaram significados importantes. Por isso, trago aqui algumas destas reflexões, para expressar os conhecimentos e a profundidade desses momentos. Uma delas dizia sobre a relação de valores africanos que estão presentes nas músicas de cantores negros. Em outro, as contradições nos comportamentos familiares, dentro de casa: “O preconceito de meu pai com negros e o seu gosto por músicas cantadas por negros”; a influência do preconceito contra o cabelo enrolado que “me levou a alisar o meu cabelo”. As metodologias também seguiram

⁹ Refiro-me aos sujeitos desse meu trabalho de especialização que aconteceu no Quilombo do Minador em Novo Oriente em 2011.

¹⁰ Realizada em 26 de dezembro de 2012, na FACED.

experimentações diferenciadas. Destacam-se assim, a escrita dos saberes ou contribuições dos(as) participantes em tarjetas e com eles se formava no centro da sala espirais, que davam forma e sentido aos conhecimentos expressados.

Em outros momentos, como os que me foram propiciados nos grupos de estudos promovidos pela minha orientadora, a contribuição de Graziela Rodrigues (2005), entre outras, me levaram a refinar considerações sobre valores negros ligados aos ritmos. As danças e os movimentos simbólicos dessa cultura, seja na sua forma corporal, na gíngua, na corporeidade, sugerem a expansão dos espaços, as possibilidades e potência do corpo, a qualidade da utilização dos pés que apresenta ressonâncias, por eles assumirem a condução e traçarem caminhos ao serem percorridos integralmente pelo corpo. Assim, me vi em sintonia com a autora “A memória africana no Brasil é evidente nas tantas manifestações onde se inter-relacionam diferentes raízes culturais” (Op. Cit. p. 29).

Outros conhecimentos foram trazidos nas oficinas de estudo referenciando a visão de cada participante sobre valores ancestrais. Deles, destaco as energias e as simbologias que transitam entre os mundos. Estes saberes me trouxeram a história dos santos, os seus valores, as forças e representatividades com as divindades. Forças que fazem acontecer milagres; origem e conceitos das religiões de matriz africana; os rituais e suas danças específicas em cada ritual específico. Nestas ocasiões, muito se refletiu sobre o preconceito religioso a partir da visão dos adultos que marca nossa educação desde quando ainda somos crianças. Da mesma forma, como a desqualificação das danças e músicas que se referem à religiosidade de matriz africana. As formas como a humanidade se relaciona com o divino e a importância do corpo, na religião de matriz africana e dos instrumentos como o tambor; a necessidade de se compreender a filosofia das religiões; o uso das essências nos rituais, que não são apenas nos rituais de matriz africana, mas também em outros, como no catolicismo; a relação representativa dos orixás, de cada um deles com um elemento da natureza; a religião e suas formas de poder.

Nestas aulas, onde estes saberes eram socializados, a minha percepção se abria e eu consegui ver ao meu redor o alcance do preconceito que se nutre uns pelos outros, muitas vezes, apenas pelo fato de cada um ter algo de diferente do outro, e nem sempre se mede a dimensão de suas consequências tão prejudicial às nossas relações com as pessoas. Aprendi, sentindo na minha própria pele também, sobre a importância de se conhecer os aspectos de novas culturas diante da nossa, como a história dos países vizinhos e, principalmente, a de nossas raízes.

De posse desse conhecimento, aprendi a ver as muitas possibilidades metodológicas de como trabalhar com a lei 10.639/03 na perspectiva do conhecimento afrodescendente. Quando vimos um vídeo sobre dança africana, escutamos um depoimento sobre uma professora de ensino regular, que em sala de aula se referiu ao país Brasil, e ao mesmo tempo a África, como se ela fosse um espaço geográfico de mesma dimensão de um país e não de um continente. E veio daí uma reflexão: “como anda o conhecimento dos(as) professores(as) sobre África nas escolas”?

Os meus estudos me levaram até aos valores afrodescendentes dos ancestrais e das relações simbólicas dos africanos nos rituais diversos, inclusive com os mortos. Eles os veem presentes depois da morte nos elementos da natureza. Por isso, ela é tão venerada por eles. E em uma das minhas participações em aulas práticas, conheci a árvore Baobá¹¹, fui apresentada a ela e sobre ela escrevi:

Debaixo do Baobá da praça do Passeio Público em Fortaleza, muitas e muitos participantes da disciplina tradição oral ministrada pela professora Sandra Petit na FACED-UFC e formadores do projeto MOVA-Brasil se encontraram para homenagear seu centenário. Em uma ciranda, num encontro de mãos em volta do seu imenso tronco, experimentamos um processo de descobertas e aprendizagens, sobre elementos da cosmovisão africana nas nossas vivências afro-cearenses. Numa roda de gerações, mulheres, homens e crianças num grande abraço ao redor de seu tronco experimentamos sentir as rugas e o cheiro de suas cascas em nossa pele. A festa foi também uma viagem no tempo, exercício de evolução de nossa memória ancestral. Mesmo já conhecendo a Praça do Passeio Público, eu não conhecia a árvore Baobá. Como em um processo de iniciação, fomos apresentadas a ela e na roda do abraço, um retorno às minhas raízes e as raízes de cada um@ de nós ali. Toalhas bonitas foram estendidas no chão e colocadas sobre elas os objetos de estimulação que lembravam as imagens que temos da África (ALMEIDA, 2012, p. 25).

Nestes encontros, exercitamos alfabetizar jovens e adultos misturando a árvore dos saberes e a sua relação com a terra. Várias são as formas metodológicas de como se construir conhecimento debaixo desta grande árvore. A escritora Heloísa Pires, também presente em alguns destes momentos, escreve em seu livro “A Semente que veio da África”, num de seus contos infantis, como tendo sido a árvore que foi plantada de cabeça para baixo pelo criador.

Foi em uma destas aulas que concluímos: “Na cosmovisão, é importante o lugar de onde você fala; é importante também a nossa história familiar, para nos desfazermos do apagamento da memória da nossa raiz ancestral”. E com esta definição ao utilizarmos a técnica “árvores de conhecimento” construídas com os saberes individuais de Pierre Levy

¹¹ O Baobá é uma árvore centenária tombada no Passeio Público em Fortaleza.

(1995), exercitamos levantar os saberes da pessoa a cada sete anos de sua idade com alunos universitários e de alfabetização do projeto MOVA-Brasil¹², como se segue:

Experimentando uma nova metodologia, o projeto de alfabetização de jovens e adultos MOVA-Brasil no Ceará, em colaboração com o NACE-Núcleo das Africanidades Cearenses da UFC trabalhou em uma sala de aula a cosmovisão africana junto com a sociopoética e o círculo de cultura freireano. Considerando que 79% de educand@s cadastrados se assumiram como pretos e pardos intencionalmente buscamos acrescentar à metodologia usual do projeto, um jeito novo de ensinar a ler e escrever. Utilizando a árvore dos saberes da história de vida d@s educand@s elencados em faixas de sete anos, escrita, leitura e matemática foram entrelaçados à oralidade, memória e corporeidade, gerando uma autoafirmação da identidade afro-brasileira e levando @s educand@s a visualizar no seu próprio caminho vestígios de sua origem culturalmente ligada às raízes africanas. (ALMEIDA; PETIT, 2012, p. 01).

Nos momentos reflexivos de práticas pedagógicas, cheguei e catalogar alguns saberes que expressam conhecimentos afrodescendentes e que carregamos conosco. Eles foram despertados quando em uma atividade de grupo, ao olharmos para a nossa trajetória de relações com nossos ancestrais, percebemos o seu grande valor como sabedoria afrodescendente despertada por cada um(a) da memória adormecida, descrevi aqui alguns deles:

- Ensinações são também alimentos. Não só do conteúdo proposto, mas também ao se fazer relações e conexões com a vida.
- Não dispense os alimentos por simples que sejam, pois ele é também conhecimento.
- Um sol e uma banana mesmo sofrendo resiste e permanece de pé.
- É preciso aprender a ver resistência e perseverança até em uma bananeira.
- O encontro da ancestralidade passa pelo sentimento aberto que revela sentimentos e constrói ensinamentos.
- É importante na vida se amar sem se preocupar com os outros.
- Independente de onde você venha, ame e respeite sempre as suas origens.
- A sabedoria na evolução da nossa raiz de origem negra ensina que é importante escutar mais para conhecer o outro com profundidade. Ensina também que as barreiras na nossa vida são derrubadas com sabedoria.
- Aceite o encantamento do novo.
- Sabor, saberes, escuta e prazeres são formas de ler conhecimentos.
- O prazer pertence ao corpo.
- Educar com prazer presente (Trechos de anotações em Diário de Pesquisa).

Desta descoberta, foi inspirada a construção da produção de símbolos, que deveriam representar a relação de negritudes com as africanidades, em uma forma de texto Adinkra¹³.

¹² O Projeto MOVA-Brasil alfabetiza jovens e adultos e fundamenta-se nos princípios filosófico-político-pedagógicos de Paulo Freire. A ação pedagógica se desenvolve com base na *Leitura do Mundo* do(a) educando(a), a partir da qual se identificam as situações significativas da realidade em que está inserido. Desse processo, surgem os *Temas Geradores* que, por sua vez, orientam a escolha dos conteúdos programáticos.

¹³ Adinkra da nação Ashanti, em Gana e também no povo Gyaman, da Costa do Marfim. Adinkra são símbolos que representam provérbios e aforismos. É uma linguagem de ideogramas impressos, em padrões repetidos,

Ao priorizar desvelar africanidades pelos saberes dos antepassados, passei a enxergar possibilidades pedagógicas coerentes com a nossa cultura de origem. Uma dívida histórica com aqueles que contribuíram para a base de nossa formação e merecidamente necessitam tornarem-se visíveis. Considero que, para dimensionar o prestígio e a alta contribuição que os escravizados deram para a formação da sociedade brasileira, é pertinente aprofundar a história de nossas raízes e dar visibilidade às peculiaridades que estão incorporadas à nossa identidade de afro-brasileiros.

O processo metodológico dessa pesquisa, então, se iniciou com a investigação das minhas raízes ancestrais. Passei a valorizar a escuta junto aos meus familiares, que foi resumida em um painel com retratos de todas as pessoas de nossa geração e dos nossos ancestrais, formando uma árvore genealógica. É um trabalho artesanal feito pela minha mãe, com bonecas de pano. Esse quadro com miniaturas de pessoas é mantido na entrada da casa de meus pais, e a foto dele está colocada em um dos cenários dessa minha pesquisa, como uma forma de dar visibilidade a memória de minha família.

2.5 Meu encontro com os autores que me ajudaram a pensar os saberes de africanidades para usar no ensino da Lei 10639/03 na sala de aula

É com os elementos sócio-históricos do contexto de Canto Verde que baseei minha investigação teórica. Persegui a leitura das reações das pessoas, diante das questões socioculturais do contexto e das vivências de seus moradores. Exercitei a escuta do que é dito com palavras, e que são também comunicadas nas emoções, expressões faciais e corporais, me respaldando em Petit (2002, p. 17):

Pesquisar com o corpo todo significa desencadear as potências criadoras das pessoas e descobrir o imaginário muitas vezes esterilizado pela rotina... como um fluxo de auto-libertação muito importante, ao descobrir ou reativar suas potencialidades abafadas no dia a dia.

E com essa escuta minuciosa, ousei encontrar motivação para despertar a memória das pessoas de Canto Verde. Considero presente, neste meu trabalho, os valores da Cosmovisão Africana que agregam as relações do ambiente dos sujeitos com a natureza, formando uma unidade cósmica. Essa forma de investigação, segundo Petit (2005) envolve,

sobre um tecido de algodão. Considerado como um objeto de arte, o adinkra (adeus, em twi) constitui um código do conhecimento referente às crenças e à história deste povo. A escrita de símbolos adinkra reflete um sistema de valores humanos universais: Família, integridade, tolerância, harmonia e determinação, entre outros.

além do ver, o ouvir, os cheiros e sabores. Enfatiza o passado mais que o futuro, quando trata da concepção de tempo, o que, para Oliveira (2006), é uma idade de ouro para os africanos:

A referência-mor é o passado. É nele que residem as respostas para os mistérios do tempo presente. É no passado que está toda sabedoria dos ancestrais. Somente no passado o africano encontra sua identidade. A idade de ouro dos africanos é diametralmente oposta à dos orientais, uma vez que para os últimos os melhores tempos ainda estão por vir (no futuro), enquanto para os africanos os melhores tempos encontram-se muito vivos no passado (OLIVEIRA, 2006, p. 48).

Portanto, a minha forma de pesquisar busca respaldo na Pretagogia, por tratar das particularidades das expressões dos(as) afrodescendentes e alimentar-se dos saberes, conceitos e conhecimentos da matriz africana (PETIT; SILVA, 2011).

A Pretagogia fundamenta-se em várias contribuições teóricas, a começar pela abordagem crítica sócio-antropológica que realiza Kabengele Munanga (2005), questionando a falácia da democracia racial e a hegemonia dos valores eurocêntricos negadores da negritude. Valorizam-se sobremaneira os conceitos de *africanidades* e *afrodescendência*, elaborados por Henrique Cunha, que entrelaçam as questões de ordem identitária aos aspectos da ancestralidade, território. Focaliza “as relações sociais e a cultura como um produto das histórias sociológicas, fundindo um conceito de etnia afrodescendente” (CUNHA, 2011, p. 121). Também Muniz Sodré (2008), com seu conceito de *arkhé*, que remete às particularidades das culturas fundamentadas na ancestralidade que vivem a indissociabilidade da natureza e da cultura.

A minha investigação mergulha na história em leituras junto às pessoas e faz recortes no tempo sobre as características do espaço físico, sentimentos e emoções expressados de forma sutil em linguagens como a dos desenhos, a do corpo, do teatro, das canções e lendas.

No meu encontro com autores que me ajudaram a pensar africanidades comecei a ver importância na recuperação de fragmentos históricos do lugar, porque são carregadas de saberes. Os fatos sociais me falaram das tradições despertadas pela memória e se fizeram comunicar pela “oralidade”, testemunho vivo, segundo Hampaté-Bâ (1982, p. 185). É pela fala que se traduz o elemento fundamental desse meu processo investigativo. A fala é uma, entre muitas outras formas de manifestação, em que se apoia a herança de conhecimentos. E estes residem nas lembranças acumuladas e adormecidas pelas tradições em relações à história africana.

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie,

pacientemente transmitidos de boca a ouvido... essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer *são* a memória viva da África (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, p. 181).

É assim que assumi o cuidado de enxergar, nos fatos trazidos pela oralidade, aqueles que se interligaram aos aspectos ambientais do local. Assim como aqueles que ao se conectarem com as ações das pessoas influenciaram o fazer de cada um(a) no dia a dia. E aqueles também que, como um saber básico, geram autonomia e autoestima, elementos básicos da formação humana. Todos estes valores carregam significados indispensáveis para a formação do Homem, no seu todo com o universo, como sugere a filosofia Bambara Africana do Komo no Mali¹⁴, ao explicar que:

O Homem é dependente e interligado a todas as coisas existentes; ele é o resultado da interação de todos os elementos vegetais, minerais, e animais. Além disso, ele participa da natureza divina, pois nele fora insuflado o hálito divino, ou seja, o Homem está intimamente ligado a todos os elementos da natureza e ao seu Criador. Essa relação simbólica com a natureza (mundo natural) e com o próprio Deus (mundo sobrenatural) compõe a própria essência do Homem, que por sua vez divide sua essência particular com a totalidade do universo¹⁵. Dito de outra forma: o Homem é a micro síntese de todos os elementos que compõem o universo. Ele é um microcosmo (OLIVEIRA, 2006, p. 43).

É compreendendo o Homem em sua inteira dimensão que fiz desse meu ato de pesquisar uma oportunidade para estreitar as relações entre as pessoas e os elementos físicos do lugar, vendo-os como uma unidade. No primeiro momento, fui ao encontro de sensibilizar os sujeitos, professores, pessoas idosas da comunidade, lideranças, como uma habilidade no meu primeiro passo desse processo de investigação.

As escutas e a circularidade se traduzem nessa minha pesquisa, como uma proposta metodológica, e desenvolvo com elas as formas de aproximações com grupos locais, pessoas, lideranças na associação, conselho, mulheres, alunos(as) e educadores(as) da escola.

A escuta respeitosa aos saberes da comunidade se baseou em Paulo Freire. Ela me possibilitou realizar intercâmbios de conhecimentos em permanente comunicação. Foi assim também quando fiz uso de rodas de conversas por onde essas interações aconteceram como as que me colocaram em relação direta com o grupo de mulheres, moradores e os educadores dirigentes da Escola Bom Jesus dos Navegantes. O Círculo de Cultura esteve nesse processo como um mecanismo que promoveu a construção de conhecimento e abriu possibilidades de diálogo entre mim, pesquisadora e pesquisados.

¹⁴ Extraída de uma narrativa mitológica que conta a origem do homem e do Cosmos pelo grande Deus MAA Ngnala.

¹⁵ Essa explicação é originada da tradição bambara do Komo, no Mali, extraída de uma narrativa mitológica que conta a origem do homem e do Cosmos pelo grande Deus MaaNgnala. (OLIVEIRA; 2006; p. 42).

Encontrei em Barbier (2007) afinidade com a forma como tratei a comunicação com os entrevistados dessa pesquisa, por ele admitir um retorno do “sensível” nas Ciências Humanas, o que chama de “escuta sensível”. Quando se trata do procedimento de um “escutar/ver”, este autor reconhece a presença dos cinco sentidos, como:

[...] a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões... Este comunica suas emoções, seu imaginário, suas perguntas, seus sentimentos profundos. [...] se apoia sobre a totalidade complexa da pessoa: os cinco sentidos. [...] uma pessoa só existe pela existência de um corpo, de uma imaginação, de uma razão, de uma afetividade em permanente interação. A audição, o tato, o gosto, a visão, o paladar, são desenvolvidos na escuta sensível (Op. Cit., p. 93-94-98).

Foi essa uma das formas metodológicas que agreguei ao meu jeito pedagógico de fazer contatos. Se por um lado a subjetividade dos sentidos na didática é indispensável, por outro lado, é importante também apresentar como compreendi alguns termos que emprego no meu trabalho, tais como africanidades, ancestralidade e afrodescendência.

Dessa forma, fui buscar em Cunha (2011, p. 123), que “africanidades se refere a tudo o que se se conhece de práticas culturais iniciadas com os escravizados africanos, e que permeiam os costumes de grupos familiares nas comunidades tradicionais”. Implica também nas relações de respeito à noção de ancestralidade a que Munanga (1990, p. 13), diz estar presente na identidade do povo, pelo caráter de “resistência do povo africano que veio para o Brasil. Segundo esse autor, esse aspecto resulta em diversas experiências do que se pode chamar de africanidades”. É presente em todas as regiões, de norte a sul, do leste ao oeste. Resistência é o que não falta no perfil das pessoas da Reserva Extrativista de Canto Verde no Ceará, cujo caráter de povo lutador corresponde às afirmações de Bandeira (2011, p. 209):

Os negros do Ceará, mesmo sujeitos a uma série de limitações impostas pelo sistema escravista, construíram expressões distintas e significativas para a afirmação de suas práticas culturais, compreendidas enquanto ações que visavam à conquista de espaços e legitimação de direitos que, ainda hoje, fazem e refazem o cotidiano das populações de afrodescendentes cearenses.

As famílias de Canto Verde integram esse perfil de Bandeira, confirmando-se nas afirmações de que um casal de negros libertos em 1988 deixou o engenho localizado nas imediações de “Campestre da Penha, cujo dono se conhece como José Félix e em Cacimbas¹⁶,

¹⁶ *Cacimbas* é o nome dado a uma comunidade vizinha a canto Verde, de onde partem as águas da Lagoa do Jardim na direção da praia. O significado da palavra *cacimbas* é para referir-se a uma cavidade na areia, lugar de onde verte ou acumula águas.

os engenhos pertenciam à família Henrique¹⁷” (Trecho de entrevista cedida por Natinha, em agosto de 2013).

Assim, ancestralidade refere-se a todos os que antecederam à geração do presente, e que expressaram com as suas experiências o que aprenderam, passando ensinamentos e valores indispensáveis à vida que se liga ao nível de existência social (RIBEIRO 1996, p. 65). Quando classificada na categoria de morte, “ancestral” se refere a um contínuo “e não uma ruptura é uma mudança de vida ou uma passagem para outro ciclo de vida” (MUNANGA, 2005, p. 12).

A referência teórica metodológica de matriz afrodescendente, para Cunha (2011, p. 123), dá significado aos valores socioculturais de base africana, integrada às histórias escutadas, que falam das relações negras integradas à multiculturalidade das raízes ancestrais da comunidade. Trata dos fragmentos da memória, aborda os aspectos históricos e sociológicos do lugar, ou seja, os usos e costumes. Localiza alguns princípios da filosofia africana, como a solidariedade, a circularidade, a oralidade. Esses elementos repercutem numa constante espiral, se movimentam e geram novos saberes ao se encontrarem, se enriquecem e ganham beleza em uma troca de saberes que vai sendo repassado entre as gerações de diferentes tempos. A isso podemos dizer tratar-se de um processo cultural em constante ascendência.

Desse imbricamento, a afrodescendência vem a ser uma forma de se compreender o que se convencionou como *conhecimento e cultura de base africana*. E assim, ela se torna um dos referenciais teórico metodológico pertinente nesse trabalho de pesquisa:

O que nutre a metodologia afrodescendente nasce do conhecimento da cultura de base africana. Toma como ponto de partida da reflexão metodológica os princípios de socialização das culturas africanas, a ancestralidade e a comunidade, e a noção do binômio tempo/espço dessas culturas (CUNHA, 2011, p. 123).

Portanto, nesse trabalho, ao me referir nesses termos, estarei afirmando as africanidades de Canto Verde como um dos elementos presentes na mistura da sua identidade cultural. Alguns desses aspectos podem ser visíveis na religiosidade, crenças, hábitos, costumes, culinária e a história e a cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com outras pessoas – “são marcas simbólicas e culturais” (BRASIL, 2003, p. 16).

Os aspectos culturais, portanto, incorporados às informações, se tornam o fio condutor desse estudo. Eles estão nas experiências das gerações passadas e, de forma circular, se encontram com os conhecimentos e os ensinamentos valorosos que influenciam o presente,

¹⁷Afirmção também presente cartilha da escola local – Bom Jesus dos Navegantes (2008; p. 4).

tornando assim possível o seu dinamismo e permanente reorganização. Chegam pelas entrevistas onde as falas, elementos da oralidade, também influenciam na saúde espiritual, pois, “pode curar porque é carregado de força vital” (MUNANGA, 1990, p. 12). E para Hampâté Bâ (1982), é a fala que garante a ligação de vai e vem nos processos entre passado e presente, e ao mesmo tempo também, caracteriza a ancestralidade de matriz africana.

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. ... a fala é força porque ela cria uma ligação de vai e vem... (Op. Cit., p. 181- 185).

A tradição oral, ao valorizar as informações do passado, admite que “todo pormenor nos permite remontar à Unidade primordial” (Op. Cit., p. 183). Dessa forma, ela se inclui como um dos principais mecanismos de investigação nesse meu trabalho de pesquisa. E ao utilizá-la mais especificamente nas entrevistas, me vi fortalecendo os laços de amizade e confiança entre os que consegui envolver nesta pesquisa. E ao ouvir sobre os fatos ocorridos, ramificações e desfechos, tratei de registrar as realizações e as dificuldades, assim como as conquistas do presente; encontrei reciprocidade e alegria nos gestos e nas emoções.

Ao buscar compreender as relações étnico-raciais em Canto Verde, me encontrei nos elementos do passado com o presente, contados debaixo dos alpendres ou na sombra dos oitões¹⁸ nos finais de tarde; nos momentos de encontro pelos caminhos; nas conversas animadas na praia nos banhos de mar; descobri diferenças comportamentais nos mesmos componentes de um grupo. Estas, ao serem percebidas e interpretadas pedagogicamente, oferecem elementos para leituras que podem ajudar na compreensão das diversas relações entre as pessoas. E, ao mesmo tempo, perceber que elas se ajustam nos espaços, designam competências e potenciais entre os participantes.

Considero que estes elementos se movem no tempo conforme os interesses imediatos, e são eles que formam as diferentes opiniões. Eles podem mudar e mudam os indivíduos. É assim que na mesma comunidade temos famílias se encontrando e participando de uma mesma linha de pensamento, como estar participando da Associação de moradores A ou B. Em uma concordando com tal conceito e em outra discordando. Este é um desafio colocado para os educadores e educadoras da Escola Bom Jesus dos Navegantes que trabalham a educação das crianças. Elas estão no seio de famílias que, mesmo unidas por

¹⁸ Oitão é o lado mais alto triangular da estrutura da casa. Nas tardes de sol, a parede do oitão gera sombra e fica sempre do lado oposto ou no nascente.

laços consanguíneos, divergem nos seus posicionamentos políticos. Portanto, a escola é um campo especial que pede serem consideradas as dimensões simbólicas dos processos pedagógicos. E ao dar conta disso é necessário:

Desvelar as minúcias e os sentidos de que estão repletos os rituais do cotidiano. Os símbolos possuem um poder de representação ou de elaboração da ação: têm poder de estruturar a imaginação ou de proclamar ou emoldurar a desordem assim como a ordem. Esquadrinhando esses símbolos, carne dos dias, através das falas e cenas do cotidiano escolar tentaremos ver que silenciamentos obscurecem o sinuoso caminho da sensibilidade. ... – os rituais são vitrais. Amparam o instituído e o instituinte, com suas claridades cambiais que se vão mostrando aos poucos (LINHARES, 2003, p. 26-27).

Portanto, “a escola e seus professores não podem improvisar”, conforme diz o documento do MEC:

Têm que desfazer mentalidades racistas e discriminadoras seculares, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escolas de desigualdade sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, 2005, p. 15).

Um bom começo, nesse sentido, são os registros sobre os costumes, patrimônio, crenças e hábitos, que estão no documento da escola (Cartilha elaborada pela Escola Bom Jesus dos Navegantes em 2004) de Canto Verde. Eles são ponto de partida para um trabalho de educação pertinente aos valores afro da população local.

A reconstituição dos valores afrodescendentes, por estarem presentes na sua raiz, se torna potencial para o fortalecimento da identidade coletiva da comunidade de Canto Verde. Eles são latentes na trajetória de lutas e conquistas marcadas por um espírito de resistência, com singularidades e significados aparentemente fragmentados, mas que a inclui como integrante da nossa raiz afro-brasileira.

As africanidades em Canto Verde e o seu pertencimento negro os faz afro-brasileiros(as). E para entender o significado do ato de pertencer, Sodré (1999, p. 38) vai dizer que todo pertencimento é uma recíproca escuta na diferença, e toda identificação se dá no comum-pertencer. Ou seja: “o homem solicita a fala ao ser, na medida em que, a este pertence. Mas não ocorre primeiro o ser e depois o pertencimento”. A primeira interfere na produção da outra, mas a compreensão do significado que a identidade cultural produz depende do conhecimento histórico retido e *assumido* por estes. Ou seja, o reconhecimento de pertencimento não ocorre de imediato e implica em uma posição ideológica.

Esta ideologia adequa-se bem à passagem do racismo de dominação para o de exclusão: o negro e o mestiço brasileiro despontam como problema de ciência. [...]

expande-se a ideologia do branqueamento, uma espécie de pacto simbólico, pelo qual se recalcavam as origens miscigenadas da população, penalizando-se a visibilidade de traços físicos pouco europeus [...] (Op. Cit., p. 86).

Assim, chego ao entendimento de que o pertencimento étnico não é algo imediato, exige um processo de identificação.

2.6 Metodologia: saberes em construção

“O que o negro trouxe quando foi arrancado da África?
Nada. A bagagem dele era a mente.”
(Daniel e Lilian Santiago. Documentário A Família Alcântara)

Sem perder de vista a recomendação de Barbier (2007, p. 104) de que “é preciso ter muito cuidado na constituição do grupo que vai assegurar um trabalho contínuo e ininterrupto, ou seja, a continuidade do processo iniciado”, – me ative a conhecer e me familiarizar com o perfil de interesse das pessoas que formam meu grupo de pesquisa. Segundo este autor, o cuidado de encontrar na população submetida à investigação, as pessoas mobilizadas, os líderes de opinião, suficientemente interessados em uma ação ligada à reflexão, se torna uma necessidade. Portanto, a constituição do grupo deve ser com aquelas pessoas que, por serem líderes, formam opinião e estão suficientemente interessados na continuidade do processo iniciado.

Didaticamente, o Círculo de Cultura me ajudou na consolidação da participação entre mim, como pesquisadora, e a comunidade pesquisada. Com ele, consegui atuar nas rodas de conversas no chão de areia com jovens e crianças; nas redes armadas debaixo dos alpendres nas tardes enquanto conversávamos sobre a pesquisa; quando lembrávamos juntos das músicas populares feitas na comunidade pelos pescadores; nos relatos das danças do boi da Mestra Hosana; em reuniões de família fazendo alusão à dança das “Pretinhas de Guiné”, trabalhada pela minha mãe; quando descrevíamos a culinária local, os remédios caseiros e das rezadeiras e rezadeiros com suas curas. Foi em uma destas conversas que registrei:

A prainha velha lá do meu tempo, eu tenho. Tinha o Mazagão; era tempo de radiola, irradiadora. Tinha cantador, drama, bumba-meu-boi e papangus, a família dos Caboclos era quem apresentava o boi. Era o boi da Hosana... (Trecho de entrevista cedida por Raimunda Ribeiro, em agosto de 2013).

Os momentos com as pessoas do lugar aconteceram, primeiro, de forma pessoal, nas conversas animadas por ocasião de visitas minhas. Segundo, de forma coletiva, como nas reuniões com as mulheres e com os educadores da escola. Estes momentos integraram

participação, geraram emoções pelos sentimentos despertados das saudosas memórias. A isso considero um dos meus pontos de chegada, que aconteceram repetidas vezes.

Assim, a minha ação enquanto pesquisadora, além de tratar da sensibilização dos sujeitos professores, pessoas mais idosas da comunidade e lideranças, se empenhou em registrar as emoções quando busca a reconstituição da história e dos aspectos culturais na perspectiva dos ancestrais. Para isso, fiz uso dos recursos como: visitas nas casas, presença nos ambientes como a escola, e, principalmente, valorizei os objetos como fotografias, que ajudam na complementação de informações sobre a vida do grupo comunitário. Nesses momentos, a memória se abriu para o detalhamento de informações e de processos já vividos.

Diante desses motivos, se evidenciou a importância de fortalecer a identidade étnico-racial das famílias. A história desse lugar fala por si, sobre as estratégias desse processo de educação que tem a escola como um lugar de alcance, seja em uma família, seja para outros, nos diferentes locais e grupos sociais. O combate ao racismo é uma questão presente que não pode andar separado das questões do cotidiano e da escola.

O meu projeto de pesquisa foi apresentado em primeira mão para meus familiares, incluindo-se neles a família do Pilé, que também assistiu ao documentário “Família Alcântara”¹⁹. Naquele momento, a Márcia Ribeiro, filha do Pilé e da Veinha, me orientou a pedir autorização ao Conselho deliberativo da RESEX – Reserva Extrativista, para realizar minha pesquisa.

O Conselho deliberativo da RESEX recebe hoje um acompanhamento do ICMBIO (Instituto Chico Mendes), ligado ao MMA (Ministério do Meio Ambiente). Desse modo é que essa comunidade tem uma gestão compartilhada com representações sociais do município e, principalmente, dos grupos organizados na comunidade. Para tornar possível as minhas entrevistas com as pessoas do lugar, realizei o processo de inscrição no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO. Minha inscrição está registrada como: Usuário - Maria Inez de Lima Almeida; Número do Registro - 5812382. Depois de registrar meu projeto, aguardei um tempinho para receber o convite a estar presente na reunião ordinária da RESEX, que se realiza mensalmente. Na pauta da reunião do conselho, que é formado por cerca de vinte e cinco representações, estava a minha apresentação, dessa vez de forma oral, para receber as apreciações dos conselheiros.

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO. Autorização para atividades com finalidade científica. Número: 40566-1
Data da Emissão: 20/08/2013 08:57

¹⁹ Documentário que me inspira nessa pesquisa, de Daniel e Lilian Santiago (2005).

Data para Revalidação*: 19/09/2014 (Anexo B).

As falas dos conselheiros foram favoráveis ao meu projeto e, em 20 de agosto de 2013, recebi documento de autorização para realizar minha pesquisa nesta unidade de conservação federal (Anexo B).

A Professora Doutora da UFC, Maria do Céu de Lima, presente à reunião, fez o comentário que transcrevo a seguir, por considerá-lo uma fala importante, que resume o acontecimento.

Oi, Inez, fiquei muito feliz em conhecê-la pessoalmente e em ver o reconhecimento dos moradores e moradoras, presentes no Conselho Deliberativo da Resex da Prainha do Canto Verde, por tua colaboração à luta da comunidade. Foi emocionante! Não colocaram condicionantes para a autorização da tua pesquisa por que já sabiam da certeza do retorno. Vou salvar as fotos no meu computador e depois disponibilizo. Abraço.

Desenvolvi uma escuta sempre seguida pelos cumprimentos saudáveis de cordialidade e estima. E as conversas registradas me proporcionaram extrair delas os significados emergentes da vida de interesse dessa pesquisa as quais, nem sempre, as tive como eu desejava, de forma aprofundada e direta, o que me fez exercitar um “me ver” colocada no contexto de cada um deles e delas. Exemplificando: o caso de dona Zefa, a pessoa mais idosa descendente da linhagem dos escravos libertos por José Félix, que fez uma conversa com o passado dela, incluindo sempre nos fatos a preocupação com a educação no presente:

Naquele tempo, quando a gente pôde estudar alguma coisa, estudava olhando pra uma palmatória na mão da professora. Isso quando a gente ia pra aula porque tinha que fazer *as coisa* de casa. *As coisa* de casa? (respondendo a uma pergunta que lhe fiz) Era tirar comer pros animais, buscar lenha... Naquele meu tempo, estudar não era assim como hoje, que tem transporte levando e trazendo pra escola. A gente tinha que se preocupar em ajudar a arrumar a comida. Alcancei três *grande* seca: um tempo que não tinha comida. A gente relava a mandioca pra fazer o beiju e comer com o peixe fresco... Os meus *fios* estão num tempo bom, esse aqui, estudou no livro de quatro matérias... *As coisa* nesse tempo de agora é muito diferente. Nessa escola daqui ajuda muito esse povo mais novo. Eles *aprende* muita coisa. Agora também têm aqueles que não querem nada... (Trecho de entrevista cedida por Zefa, em agosto de 2013).

As primeiras conversas com a comunidade sobre o objeto dessa pesquisa aconteceram de forma direta e espontânea, foram realizadas nas suas casas ou em reuniões como a das mulheres. Uma seleção de pessoas se fez, com base no meu conhecimento do perfil dos moradores²⁰. Vivenciei, em seguida, uma reunião de grupo onde registrei

²⁰ Eu fui moradora e participante ativa na luta pela posse da terra. Na época, tinha a função de professora, além de ser mãe da Aurilene e do Tiago, filhos nascidos em Canto Verde de um casamento com um pescador. Pelo conhecimento anterior, priorizei as pessoas que têm um envolvimento direto com os processos referentes a este projeto de pesquisa.

entrevistas com as principais lideranças. Valorizei nas escutas os fatos que ofereciam possibilidade de recuperar o “antes” para em seguida construir um diálogo com o presente²¹. Assim, fui desenvolvendo a percepção emocional e aprendendo a ler reações, valorizando cada pequena expressão física e subjetiva, emitida entre uma ou outra fala.

Nos passos do processo investigativo, valorizei o referencial metodológico da educação popular, os saberes da comunidade, que foram potencializados pela circularidade de Brandão (1984), alcançando os sujeitos nas suas diferentes visões de mundo. Direta ou indiretamente, a etnologia que trata dos saberes humanos nos fatos e documentos se faz presente nesta minha pesquisa, quando incluo na minha investigação o estudo destes fatos também pelos documentos existentes inclusive no lugar. Esse procedimento resultou na coleta de dados de que trata a etnografia²². Assim, o surgimento das minhas aquisições conceituais referenciam os aspectos socioculturais presentes no ambiente das pessoas-sujeitos locais, e se constituem como argumentos pedagógicos qualificados pela participação dos sujeitos nesse processo de pesquisa.

Para definir o lugar que ocupo nesta pesquisa, trago minha árvore genealógica. A fotografia exposta (Apêndice A) mostra a formação familiar desde meus avós até meus pais e todos os familiares gerados de seus filhos, inclusive os meus. Em cada galho, uma filha deles como eu, com os filhos que gerei e meus netos. O mesmo com todas minhas irmãs e irmãos. Esse foi um produto resultante de minhas conversas com meus pais, buscando conhecer minhas raízes.

Minha mãe desenvolveu o trabalho artesanal das bonecas, e compôs comigo, meu pai, irmãs e sobrinhas, a nossa história antiga, o qual, depois de feito, está exposto na sala da casa deles em Paripueira. Minha intensão foi de primeiro enxergar até onde eu conheço minhas raízes, para argumentar com propriedade sobre a importância dos valores ancestrais na identidade étnica com outros sujeitos, seja na escola ou em outros espaços.

Esse meu pensar em termos genealógicos, de partida, veio de um documentário – Família Alcântara de Minas Gerais, dirigido por Daniel Solá Santiago e Lilian Solá Santiago, de 2006, com duração de 56 minutos. O filme trata de um encontro íntimo com uma família extensa, cujas origens remetem à bacia do Congo, no continente africano. Através de gerações, seguem preservando sua história, mantida por séculos de tradição oral, práticas e costumes tradicionais oriundos da África. Demonstra como fragmentos de memória podem

²¹ Refiro-me à construção da saga como produto desse trabalho.

²² A etnografia é o método por excelência utilizado pela antropologia na coleta de dados.

proporcionar conexões históricas e espirituais, tornando-se uma fonte de resistência cultural e identidade para a população afro-descendente²³.

²³O documentário conta a epopeia cultural da família Alcântara, integrante de uma tribo angolana, os wasili, que viviam em terras próximas de Luanda, atual capital de Angola, há duzentos e quarenta anos atrás. O filme pretende relatar o início da família no Brasil, escravizada nas lavouras de cana-de-açúcar, e o processo de retomada de suas origens e identidade vivida ao se preservarem ao longo de séculos como grupo e cultivarem sua cultura, que expressam por meio do seu cotidiano e da música, teatro e festas religiosas.

3 GAVETA DAS MINHAS MEMÓRIAS

As noites de debulha de feijão na sala da nossa casa que tinha paredes de taipa e piso de tijolo batido, as contações de estórias eram feitas pelo meu pai e minha avó. Naquelas histórias estão as minhas principais referências educativas, aprendizados que carrego para minha vida.

3.1 Minha trajetória: das raízes às folhas dando forma aos galhos

Sempre gostei de estudar, desde pequena. Nos meus primeiros anos de vida, chorava para acompanhar a professora que passava para a escola. “Nem falava bem e a avó dela conseguiu que por amizade, a professora Dondom²⁴ a levasse junto”. Escutei essa fala de minha mãe, recentemente, mas aos cinquenta e oito anos é que cheguei ao mestrado. Ainda na minha infância, a fonte de leitura quase única foi a Bíblia e outros livros guardados nas gavetas da sacristia da Igreja do meu lugar. O meu acesso a eles se dava por conta do prestígio de minha avó ser a zeladora, o que me deu a conhecer sobre ser boazinha, obediente e assim ganhar o céu, o contrário seria o inferno. Dessa forma, o caminho seria ter fé e ser obediente aos preceitos da igreja para ganhar proteção divina.

É dessa trajetória que herdei um receio da Umbanda, que para mim era o mesmo que macumba e candomblé, por fazer feitiço. A dança da capoeira eu também não conseguia alcançar o seu significado. Sentia receio de me aprofundar, mesmo admitindo uma grande curiosidade.

A escola e a Igreja foram as instituições que influenciaram a minha educação e geraram muitos saberes²⁵. A escola, por ser o local onde se aprendia a “crescer na vida”, como dizia minha avó. Começava por aprender a ler os livros e, quanto maior fosse o volume de páginas, mais importante era o “grau de adiantamento”, ou de conhecimento. Se esse conhecimento vinha dos livros então tinha valor, do contrário, se fosse apenas por ouvir dizer

²⁴ D. Dondom foi a minha primeira professora (1958-1962).

²⁵ Estudei tudo o que tinha na escola do meu lugar, até prestar o exame de admissão em 1967. Depois, tive outras oportunidades que ficaram despedaçadas de tantos recomeços que tiveram. Uns dos tantos recomeços foram meus três casamentos. Não consegui estudar no tempo certo; meu primeiro companheiro me privou. Ele me abraçava em público na parada do ônibus até que eu perdesse o ônibus que me levaria à escola, e eu sempre o perdia. Vieram os filhos, com quem ganhei muitas oportunidades, mas se foram os anos da minha juventude com um nível escolar todo fragmentando. Depois de criar todos os meus seis filhos, numa outra página da minha vida, passei no provão do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos – e um curso superior, uma especialização em formação para professores quilombolas pela UFC e, em seguida, cheguei ao mestrado nos meus 56 anos de vida bem vivida.

que alguém falou, não tinha a mesma validade. Essa passagem da minha vida também encontrou respaldo em Pereira (2005), que diz haver uma supervalorização dos saberes nas escolas e universidades:

[...] acaba sendo assumido como um valor universal e tende a ser imposto a todos os grupos como um conhecimento único e verdadeiro. [...] a ideologia da classe dominante é legitimada e os valores e costumes do grupo hegemônico são divulgados ativamente através de instituições como a Igreja e a escola e dos meios de comunicação. Com a imposição ideológica, as camadas que se consideram ‘intelectualmente superiores’ ensinam aquilo que julgam ser eticamente aceitável, religiosamente certo, cientificamente verdadeiro e esteticamente válido (Op. Cit., p. 46).

Apenas uma de minhas duas avós sabia ler, e sendo a zeladora da Igreja era a pessoa da chave, tinha uma função na irmandade de Nossa Senhora do Carmo; usava naquelas ocasiões uma fita vermelha no pescoço que deveria como o foi, ser sepultada com ela; ainda, rezava ladainhas em latim. A outra avó não sabia ler, mas as duas falavam baixinho sobre poderes ocultos, as mandingas, as feitiçarias que ganhariam corpo em maus pensamentos. As forças transcendentais estavam presentes e eu sempre escutei essas conversas às escondidas, pois crianças não podiam ouvir conversa de gente grande. Eu analisava os episódios e tirava minhas conclusões, elas eram equivalentes: uma (a católica apostólica romana) era aberta e escancarada até na imperiosidade do prédio; a outra, mesmo praticada às escondidas se tornava transparente pelos resultados das consultas às entidades que “falavam” com as pessoas pela mediunidade. A questão que ficava era do porque sempre escondida se também ajudava às pessoas.

Havia uma recomendação de não brincar e nunca ousar medir forças, nem em pensamento, com o sagrado, pois era tudo um mistério e, talvez por isso, registrei imenso respeito e curiosidade. Recomendava-se evitar aproximação e malquerer com quem usasse dessas práticas. Em muitas situações, onde a prática dessa magia teria sido usada, havia efeitos causados por quem não acreditou e zombou. Eu poderia “jurar” (dito popular) que nessas ocasiões escutei de meu ancestral o que ouviu Zarité, protagonista do livro de Isabel Allende, sobre uma mulher negra escravizada no século XVIII no Haiti:

‘Você nasceu aqui, Zarité, e por isso tem os ouvidos surdos e os olhos cegos. Se você tivesse vindo da Guiné, saberia que há espectros em tudo quanto é canto’, garantia Tante Rose, a curandeira de Saint-Lazare. Coubera a ela ser a minha madrinha quando cheguei à plantação; ela teve que me ensinar tudo... (ALLENDE, 2011, p. 66).

Ouvia-se falar em grupos familiares nos lugares mais escondidos que praticavam esse tipo de magia; e as pessoas praticantes eram vistas de forma respeitosa, mas mesmo

assim se impunham por seus saberes diferentes. Da mistura de sagrado com magia, ou o que se convencionou chamar de sincretismo religioso, acabei tirando referências importantes ligadas à transcendentalidade. Descobri que o Jesus Cristo da Igreja Católica é o Oxalá para a Umbanda. Assim como São Cosme e Damião para a Igreja remete aos Êres Ibejis para a outra. Que Santa Barbara corresponde a Iansã. Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora dos Navegantes para a igreja é Iemanjá para matriz africana. Nossa Senhora de Santana para a Igreja e Nanã para a outra. São Jorge para ela e Ogum para a outra. São Sebastião para ela é Oxóssi para a outra. Nossa Senhora da Conceição no Rio de Janeiro e Nossa Senhora das Candeias na Bahia para ela são Oxum para a outra. São Jerônimo e São Pedro para elas são Xangô para a outra. Obtive o conhecimento de que essa dualidade de nomes foi uma forma que os negros encontraram para se sobreporem às proibições dos seus senhores, que negavam a eles a liberdade religiosa, como diz Pereira (2005, p. 60):

No Brasil, o fato de o negro ser o portador de uma cultura diferente, de uma fé que fazia cantar e dançar, rufar tambores, reforça o caráter de magia e está estreitamente relacionado da parte do negro, à violência do regime escravista que o levava a empregar os recursos da magia, uma vez que através do auxílio sobrenatural se vislumbrava uma possibilidade para suportar ou superar as adversidades de cada dia.

Tomei conhecimento pelas minhas avós que me passaram informações bem discretas sobre essas religiosidades, seja a do catolicismo, umbanda ou candomblé de matriz africana. As bases de transmissão cultural dos valores religiosos de meus ancestrais chegaram a mim pela minha avó. Na minha vez, com meus netos, estou contribuindo com esse repasse quando afirmo minha religiosidade baseada na crença da reencarnação, que tem bases na continuidade da vida em outras dimensões do mundo espiritual. Considero que, para intervir nas contradições sociais como a discriminação racial, preciso antes de tudo fazer uma leitura sobre mim mesma e enxergar as brechas despercebidas pelo meu olhar viciado e preconceituoso. Deixar-me ver a partir da minha própria trajetória é uma forma de me tornar segura e enraizada às minhas origens, indo além do apenas “reviver” para “compreender”, tornando-me coerente no que faço com o que falo, e ganhar cada vez mais convicção naquilo que acredito. Além disso, é também uma forma de reconhecer e respeitar diferentes concepções de pensamento e introduzir estratégias na minha prática de educadora, com possibilidade de contribuir na superação da discriminação contra nós mesmos, descendentes afro-brasileiros.

Meus caminhos pela comunidade de Canto Verde como professora, em 1980, me renderam a oportunidade de gerar estímulos e estratégias na luta pela terra, iniciada pelas discussões de mulheres. Dessa vez, direcionando meus saberes e aprendizados, me volto à

comunidade de Canto Verde estimulada pelo desejo de colaborar com o processo educativo das novas gerações.

É a minha história de vida que me legitima, e dela parto para compreender as relações culturais e sociais que se iniciam nos modos de vida dos familiares e nas práticas sociais e culturais da Reserva Extrativista de Canto Verde.

3.2 Minhas vivências: a fortaleza do meu chão

Começo dialogando com o meu tempo de criança e me vejo num convívio animado da casa de farinha²⁶. Nela, o preparo da farinha começava pela madrugada, com uma lamparina a gás iluminando as bordas do grande montante de mandiocas posto no centro de um círculo de mulheres e homens. Todos(as) sentados(as) com uma faca na mão, raspando as mandiocas.

Do processo do plantio eu participava com meu pai: espalhava nas covas abertas da terra, fofada pela enxada por ele, os gumos de maniçoba ou o pau da mandioca, que em seguida era mergulhado no chão. Após um ano de limpa da mandioca, estava pronta para a arranca que, feita no roçado, ia para a casa de farinha. O povo, que acordava cedo para raspagem da mandioca, morando em locais distantes, saía altas horas da noite, pelos caminhos escuros. Levavam uma lamparina na cabeça, chamando os(as) outros(as) que iam se juntando até chegar. Naqueles dias, se juntavam amigos, vizinhos, e o processo que começava com a raspagem da mandioca seguia com o corte. Depois dela moída pelo mecanismo de uma tarisca de metal com dentes finos e cortantes, era puxada por uma roda de bolandeira a braço de homem. Ao longo do tempo, ela foi puxada pela força de animais, e só mais adiante pelo motor a óleo, que precedeu o motor elétrico. Uma cultura ancestral como se pode conferir:

Todos os anos antes de colocar uma só semente na terra costume sacrificar um galo a Ani, o senhor da terra. É a lei de nossos pais. [...] limpo o mato e lhe toco fogo, quando está seco. Planto os inhames depois da primeira chuva e os escoro, quando as gavinhas novas começam a aparecer. Capino as ervas daninhas... como diziam nossos antepassados, pode-se descobrir que uma espiga de milho está madura só pelo seu aspecto (ACHEBE, 1983, p. 24-29).

Hoje, só vão às poucas casas de farinha aquelas pessoas que são contratadas para o serviço. No entanto, as risadas ainda continuam, com as contações de histórias sobre bichos,

²⁶ A casa de farinha é o local de beneficiamento da mandioca. A farinha é o principal produto. As agriculturas tropicais se desenvolveram na África antes do século 16. Foram transplantadas para o Brasil pelos escravizados e sua origem é resultante de milênios de aprimoramentos diversos vindos desde mais de 4000 anos antes da era cristã, das civilizações da antiguidade da região do vale do Rio Nilo, de povos como os núbios, os egípcios e os etíopes. (CUNHA JR., 2010, p. 13 e 14)

assombrações, moças roubadas, namoros e casamentos, histórias que vinham sempre relacionadas com algum dos moradores ou conhecidos das pessoas da roda organizada pelas mandiocas. Nelas, estavam presentes os homens e mulheres valentes, os e as vaqueiros(as), os(as) coveiros(as), os(as) caçadores(as), os(as) pescadores(as), os(as) trabalhadores(as), os(as) que fogem do trabalho, e muitos e muitas outros(as) personagens.

As façanhas reverenciavam as cantorias, as feitiçarias, os curandeiros e as festas e danças, as magias e as tantas vivências cotidianas do imaginário das famílias da comunidade. Desses momentos ricos em oralidade, é que Hampâté Bâ (1982) se refere, mencionando a importância do valor do testemunho para as sociedades tradicionais. A cadeia de transmissão da qual o testemunho faz parte dá à palavra valor de “fidedignidade das memórias individual e coletiva” (Op. Cit., p. 182).

Todas essas passagens contribuíram para a minha formação. São elementos onde compreendo a transmissão de saberes repassado pelos meus ancestrais. A escuta e as vivências foram mecanismos que influenciaram a formação da minha personalidade. A essa formulação, Pereira (2005, p.380) chama de transmissão oral, quando diz ele que “aquilo que os antigos ‘disseram’ continua sendo prestigiado como uma mensagem para se ouvir e para se dizer novamente”.

Através da memória, recupero que foi ajudando meu pai a plantar roça que fiz minha primeira descoberta científica e elaborei o meu primeiro conceito: a terra é viva. A afirmação veio de uma situação observada: o capim que meu pai limpava no pé de roça crescia de um dia para outro. Não adiantava cortar sua raiz com a enxada, pois ele renascia forte e brilhante, só precisava de sol e chuva. O que eu não consegui enxergar naquele momento foi à dimensão política presente no roçado de meu pai. O instrumento enxada, que ele utilizava para cuidar do trato da terra, faz parte de muitas das tecnologias dos bantos, trazidas para o Brasil. Para essas sociedades africanas, o ferro era considerado um metal sagrado e o valor atribuído a ele ia desde o adorno, instrumento, ao objeto metálico, ao simbólico, o que se distingue da cultura europeia.

[...] uma enxada poderia ser apenas uma ferramenta ou, ainda, simbolizar uma oferenda mortuária, um dote, um talismã protetor representando autoridade, saúde, status social, bem como fazer parte de rituais secretos. Para Campos, as contribuições culturais dos grupos africanos para o Brasil são inúmeras, vão desde a mão de obra para os serviços domésticos, plantações de cana-de-açúcar e café, como também suas tradições na alimentação, língua, dança, música, religião e tecnologia. Os bantos detinham conhecimentos técnicos avançados de metalurgia, sendo considerada uma tecnologia de ferreiros sofisticada, tida como superior à indústria europeia da época. Os materiais ferrosos e não ferrosos, era muito mais complexo de serem executados que o cobre e outros metais nobres. Os típicos artefatos

confeccionados eram as enxadas, os machados, as enxós (instrumentos para dar acabamento em peças de madeiras) e as pontas de lança (CAMPOS, 2010, p. 2-3).

Todas essas tradições africanas transferidas para a América por intermédio do tráfico de escravos estão presentes nas minhas vivências, a começar pelos usos de objetos dessa natureza em casa, com minha família até a comunidade, o que considero uma herança de valor. A minha primeira casa foi feita com palhas de coqueiro e depois melhorada com a taipa. Tinha, durante o dia, espaço para receber e acolher quem estivesse precisando de ajuda. Contou com a ajuda solidária de vizinhos amigos que amassaram o barro com os pés um costume ancestral como segue:

Casa naquele sertão: era de taipa crua, coberta de palha. Só mais tarde, debaixo dela, vi como a palha era bem trabalhada, tecida em leques bem encartadinhos, obra de índio, sem dúvida. Podiam ser vivessem ali, mas nesse caso haveria de ser índio manso. Bati palmas, chamei, ô de casa; custou, mas apareceu uma velha, na mão uma faca toda suja de sangue. Não pude nem me assustar, porque ela sorria, mostrando os poucos dentes que ainda tinha. Vinha do quintalzinho dos fundos, dando volta pelo oitão: - me desculpe, Sinhô, a faca na mão. Estou ali atrás, tratando de um preá que meu filho trouxe. Não quer desapiar? (QUEIROZ, 2010, p. 189).

A cacimba de areia no fundo do nosso quintal servia para todos os vizinhos, que se enfileiravam nas manhãs com os potes de barro. Eles eram cheios utilizando pequenas cuias feitas de cabaça. Os espaços da casa eram organizados com jiraus de varas que serviam de mesa. Os objetos que serviam de utensílios eram feitos de madeira, cipó, palha de carnaúba, cabaças, conforme Petit,

O elemento cabaça está muito presente nos momentos do povo da África. A gente vê que o povo senegalês é muito religioso. Eles não separam a religião do cotidiano. A dança e a musicalidade é muito importante para a religiosidade. Eles têm cantos e cantam não só por motivos religiosos, mas também em comemoração de [...] tradicionalmente desde uma colheita até em motivo de visitas... é normal cantar e dançar. Cantar para receber pessoas forasteiras, pessoas que eles consideram autoridades. Tudo enfim, existe muitos motivos pra dançar e cantar aniversários, casamentos, todos os momentos importantes da vida são comemorados com cantos e danças. Na tradição africana o canto e a dança são formas de expressão do divino. É importante você se expressar com o corpo que é considerado um altar sagrado. É por isso muito importante o corpo dançar para mostrar essa relação com o sagrado (PETIT, 2011, anotações de aula).

De dia, usávamos os nossos brinquedos de lata, de madeira, de caixas vazias, de tampinhas de garrafas, de palitos de coqueiros, de bonecas de pano, de sabugos de milho ou de ossos de animais e outras tantas improvisações. Os temas das brincadeiras sempre se referiam aos plantios, aos passeios na cidade, a festas de batizados, casamentos, aniversários, comidinhas. E esses também eram motivos para fazer e vestir roupas novas nas bonecas, feitas por nós crianças e engomadas com um ferro de passar improvisado, uma brasa em uma

colher. Esses saberes fazem parte da minha vida nos dias de hoje e, como diz Costa (2007, p. 04), “é nas brincadeiras onde as crianças assimilam conhecimentos do seu grupo social”.

Esse lugar e essa forma de vida eram também de meus vizinhos, que festejavam as festas tradicionais do ano. Durante os festejos do santo padroeiro, aquela vila ficava muito alegre e se tornava ponto e momento de reencontros, visitas e oportunidades de realizar tratados, acordos, negócios, participarem de comemorações. Entre os jovens, iniciavam-se namoros, e para nós, as crianças, as festas significavam ganhar presentes também. Começava pela grande quantidade de pessoas espalhadas pela vila, cumprimentando umas às outras. As bancas de venda de bolos, grudes, bananas eram as mais procuradas, além das miçangas, vendidas pelos camelôs que vinham de longe, carregando a mercadoria em cargas de animais para aqueles momentos, naquelas ocasiões. A festa era também a motivação que levava aos conflitos gerenciados informalmente nas relações interpessoais deflagradoras de preconceitos. As pessoas de vilarejos vizinhos apontadas e citadas como “aqueles são os negros do lugar tal”, não recebiam o mesmo trato respeitoso que as pessoas que chegavam da cidade grande.

As festas aconteciam também no convívio entre as famílias da comunidade, organizadas na associação de moradores da vila onde eu morava. Minha mãe liderava as animações com as danças da Pretinha de Guiné. Primeiro, ela dançou as *pretinhas* com suas amigas, em forma de teatro. Esses momentos festivos eram animados com apresentações dramatizadas, cantigas populares e comidas. Mais adiante, as netas dela, minhas sobrinhas, passaram a se produzir e fazer as mesmas danças. A letra da música, Pretinhas de Guiné, de autor desconhecido, traz na letra a ideia de perda do que era bom, porém é cantada com muita animação.

Música da peça – Pretinhas de Guiné

Todas juntas - Nós somos quatro pretinhas, pretinhas de Guiné.

Vimos pra terra dos brancos pra dançar o siricoté.

Ai, siricoté, ai, siricoté, quatro pretinhas de guiné.

Pretinha 1 – Eu lá na minha terra comia arroz com galinha.

Aqui na terra dos brancos eu como feijão com farinha.

Todas juntas – Ai, siricoté, ai, siricoté, quatro pretinhas de Guiné.

Pretinha 2 – Eu lá na minha terra dormia num bom colchão.

Aqui na terra dos brancos eu me deito é no chão.

Todas juntas – Ai, siricoté, ai, siricoté, quatro pretinhas de Guiné.

Pretinha 3 – Eu lá na minha terra tinha bancos e cadeiras.

Aqui na terra dos brancos eu me sento é na esteira.

Todas juntas – Ai, siricoté, ai, siricoté, quatro pretinhas de Guiné.

Pretinha 4 – Eu lá na minha terra vivia como rainha.

Aqui na terra dos brancos eu só vivo é na cozinha.

Todas juntas – Ai, siricoté, ai, siricoté, quatro pretinhas de Guiné (2 ou 3 vezes).

As pretinhas foram dançadas (no meu conhecimento), pelas pessoas da terra: Maria Ribeiro de Lima, Lidia Bento, Nonata Ribeiro e dona Mocinha. Era feito como teatro com muita alegria, na verdade, uma comédia, pois as atrizes se pintavam de preto e se vestiam com roupas coloridas. Depois, foi também reproduzida pelas netas de Maria Ribeiro: Wanessa Kellen Falcão, Silvana Mara de Lima, Maria Luciana de Lima e Natalia Lima de Sousa (Trecho de entrevista cedida por Wanessa e Silvana, em dezembro de 2012).

O conteúdo da letra dessa canção, ao fazer uma relação dos elementos encontrados no Brasil com uma terra distante chamada de Guiné, denuncia uma forma diferenciada no trato preconceituoso, demonstrado pela cor da pele e pela relação de subordinação e de maus tratos, a que eram submetidas as personagens “Pretinhas de Guiné”, em estreita alegoria aos escravizados. A forma de divulgação teatralizada no canto e na dança se eterniza, ao mesmo tempo em que se torna arte bonita, como um som que grita e se encontra com outras formas e ecos ainda presentes. Aludindo a esse modo de comunicação, Nascimento (1961) se refere ao teatro negro com raízes africanas, como ponto forte presente nas relações ao culto dos deuses dos antepassados e com reprodução nas ações humanas:

As raízes do teatro negro-brasileiro atravessam o Atlântico e mergulham nas profundidades da cultura africana. Desde suas primeiras manifestações coletivas, o africano esteve essencialmente vinculado ao teatro. As danças culturais da África Negra encontram-se na origem dos ritos, e já sabemos que do culto aos Deuses e aos Antepassados passou-se à reprodução das ações humanas e dos animais, à estilização existencial. (Op. Cit., p. 10).

Assim, digo que minha história de vida é de uma brasileira cearense afrodescendente, vivendo nos dias de hoje rodeada de elementos que certificam uma estreita relação com as questões e os valores iniciados no Brasil, com o escravismo do século XVIII. Minhas lembranças transcendem uma época e lugar, numa vivência que comunica o passado com os dias atuais.

Ao crescer, vi meus avós encontrando amigos e conversando sobre coisas das safras, de casamentos, dos nascimentos de membros novos na família e de mortes. Esses motivos do dia a dia moviam contentamentos e eram motivos para festas. Nas fogueiras juninas também se fazia amizade e nos aparentávamos mais ainda junto aos outros, criando vínculos de afilhadas, primos, comadres e compadres, comendo milho assado e cozido, batata assada, mungunzá o que se aproxima de costumes antigos como se segue:

Ninguém interferia na natureza. Nesses momentos, em cada uma das inúmeras choças de sapé de Umuófia, as crianças sentavam-se em volta do fogão, onde a mãe cozinhava, e contavam histórias, ou iam ter com o pai, em seu obi, e ali se aqueciam, junto a uma pequena fogueira, e assavam e comiam milho (ACHEBE, 1983, p. 39-40).

Isso para dizer que estar na nossa raiz proporciona uma forma de nos ver a partir de dentro. Quando assumida por inteiro de forma física, emocional e espiritual, se liga ao ambiente e nos passa a sensação de segurança e autonomia, com a sensação de ter os pés enraizados no chão.

Nas minas lembranças tenho que nas dificuldades a solidariedade estava presente, as famílias podiam contar com a água de beber, nas cacimbas de quem fosse o vizinho mais próximo. As pessoas haveriam de se encontrar na apanha da água de cacimba pela manhã e das frutas silvestres sazonais dos muricizais, guabirabas, ubáias, cajus e mangas. E ainda, nos roçados com chuvas invernosas, na apanha do feijão verde, que precisa ser colhido com rapidez para não apodrecer com os excessos de águas. Costume presente também nos hábitos de emprestar para o vizinho, o jumento com cangalha, caçuás de couro com talo de carnaúba ou de tábuas, cambito, surrões onde se guardava a farinha e a goma.

Assim se dava também com quem possuísse um bom cercado, para os animais dos viajantes pernoitar. A matança de um bode ou de uma boa caça do mato, ou uma boa pescaria, poderia render uma partilha com vizinhos e parentes. A farinha de mandioca no surrão ou no caixão poderia ser emprestada ao vizinho que receberia de volta quando aquele fizesse a sua desmancha ou farinhada.

Nos lugares de beira de mar, as famílias recebiam idas e vindas das pessoas vizinhas que moravam naqueles lugares de mato onde havia plantações e criações. A busca pelo peixe aproximava os locais, encurtava caminhos e, ao mesmo tempo, solidificava as relações de amizade. Quem morava perto do mar podia vender ou trocar seus peixes por farinha e coco. Assim, o comércio era uma forma de gerar renda e relacionamentos, além de proporcionar casamentos e apadrinhamentos. Por isso, familiares acabavam se encontrando nos locais vizinhos para momentos comuns de compras, trocas, empréstimos, visitação ou festejos. Em tudo e todos se consolidava as formas de existir e de se ajudar sem desperdiçar as características individuais de cada pessoa com suas qualidades e singularidades tecida por uma existência ligada as demais como na forma filosófica de Ubuntu:

Na raiz filosófica africana denominada de Bantu, o termo NTU designa a parte essencial de tudo que existe e tudo que nos é dado a conhecer à existência. O Muntu é a pessoa, constituída pelo corpo, mente, cultura e principalmente, pela palavra. A palavra com um fio condutor da sua própria história, do seu próprio conhecimento da existência. A população, a comunidade é expressa pela palavra Bantu. A comunidade é histórica, é uma reunião de palavras, como suas existências. No Ubuntu, temos a existência definida pela existência de outras existências. Eu, nós, existimos porque você e os outros existem; tem um sentido colaborativo da existência humana coletiva. As línguas são um espelho das sociedades e dos seus meios de nomear os seus conhecimentos, no sentido material, imaterial, espiritual (CUNHA, 2010, p. 81).

Era esse movimento dinâmico marcado por situações diversas no coletivo que demarcava a nossa territorialidade naquele espaço.

Já o artesanato, nas minhas vivências, tinha a madeira e algumas espécies nativas como base, pois do mato se tirava a madeira piuba que, por ser resistente e leve, servia para fazer jangadas, colheres de pau, tamancos e brinquedos. De outras espécies, como o pau d'arco, por exemplo, se podia fazer caçuás e bancos de couro, peças em madeira das casas de farinha, cochos dos animais. Das palhas das carnaubeiras, as bolsas, vassouras, abanadores, urus para ser usados nas pescarias eram feitos manualmente. Assim como os chapéus, surrão e esteiras de palha eram atividades exercidas, principalmente, pelas artesãs na região, feitas com muita delicadeza e qualidade, por isso muito procurado. Outra oportunidade rentável vinha do artesanato, como confeccionar objetos de couro, celas e arreios para animais. O coxim tapete tecido com fios de algodão cru, com pontas penduradas serviam para amaciar e embelezar o assento nas selas em cavalgadas. Nestas amostragens há uma estreita semelhança com as fabricações artesanais de exclusividade dos africanos e afrodescendentes, Cunha (2010). Eram assim, a mineração, construção, engenharia civil, artes, arquitetura, agricultura, produção têxtil, metalurgia, química e farmacologia, na marcenaria e na náutica.

A língua é uma expressão da cultura e, por si toma uma dimensão dinâmica. Assim, a minha fala, o meu jeito e entonação foram aprendidas com as pessoas todas do meu lugar e, em alguns momentos, influenciada por quem fosse de outros lugares. Lembro que recebi repreensão forte e preconceituosa por falar “muié em vez de mulher, mio em vez de milho” e outras mais. A minha escola não deu conta de me informar que aquelas palavras foram trazidas como diz Cunha é de influencia dos Bantus²⁷ e tem forte influencia no vocabulário de língua portuguesa. Carregado de significados afrodescendentes, a começar pelos nomes das comidas que a minha mãe fazia: canjica, angu, pirão, farofa, mungunzá, sarapatel, moqueca e cocada, entre outras. Todas essas palavras chegaram nessa terra brasileira com os povos escravizados e, assim, a minha fala se fez uma forma de comunicação com as outras pessoas do meu lugar nesse campo étnico afrodescendente. Carneiro (1981, p. 126) diz que “no Brasil os negros Bantus se espalharam para o Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, litoral do Pará”. Estas informações chegam até as origens da minha ancestralidade, mas não escutei na escola nada sobre as relações de herança africana com as

²⁷ Ver Cunha 2010. A designação por Bantu é de uma grande região africana e vem de grupo lingüístico. Existe no continente africano uma diversidade imensa de línguas e de culturas, sendo que podemos reconhecer neste conjunto uma unidade cultural.

palavras do nosso vocabulário. Ao contrário, se procurava corrigir alegando erro na pronúncia. Também não me dei conta que se havia uma pronúncia “errada” ou não, deveria haver um bom motivo e caberia se perguntar de onde vem esse jeito de falar.

Assim, continuando com a descrição do contexto sociocultural de minha infância, disponho agora sobre os objetos nas casas das pessoas da minha vila. As poucas mobílias estavam entre dispor de bancos todo de madeira ou com fundos de couro, baús trabalhados em couro ou de madeira, caixão grande feito de madeira ou de taipa, para guardar farinha, mesa ou esteira para sentar no chão. A cama de varas enfincadas no chão tinha a mesma estrutura do jirau que servia de apoio substituindo uma mesa de madeira. A rodilha feita de cipó pendurada por um fio na cuminheira da casa, no espaço da cozinha, servia para guardar alimentos, fora do risco de ser ingerido à noite por roedores. A *rodia*, como a língua local pronunciava, era feita de pano e se usava para pôr na cabeça ou no ombro, ao se carregar grandes pesos. Era assim com o feixe de lenha, buscado no mato todo entardecer.

A cozinha de pau a pique, como o da minha avó, tinha o fogão de lenha no chão. Era formado com trempes de pedras. Dessa forma, evitava o risco das faíscas de fogo causarem incêndio no mato seco, e mesmo na palha da coberta e/ou das paredes da casa, como se vê na imagem se segue.

Figura 3 – Fogão de lenha no chão de uma cozinha a pau a pique na casa da Hosana, moradora no pé do morro de Canto Verde



Fonte: Foto de Inácio Lima, agosto de 2013.

O paiol de sal da minha casa ficava num canto distante do quintal. Ali era também o local preferido para as galinhas botarem ovos, e depois disso, saírem cantando e batendo as asas. Minha avó prendia as galinhas que iam botar ovos em locais desconhecidos, e soltava-as pelo meio-dia. Elas saíam desesperadas correndo para o ninho e eu era orientada a persegui-

las a certa distância para não espantá-las. Ao achar a ninhada, muitas vezes os pintinhos já estavam nascendo.

Quando havia as festas de maio, época da coroação de Nossa Senhora, onde eu cantava, ela me mandava comer todo dia com antecedência um ovo batido para “fortalecer a voz”. As panelas de barro e o alguidar grande faziam parte dos utensílios da família. Era nele que a mãe e os filhos comiam junto, com a mão, numa “mesa” posta no chão, sobre uma esteira de palha e ao redor dela, todos sentavam. Esse costume tem base africana como em Marrocos. As cuias feitas de cabaças cerradas serviam de vasilhames para o primeiro banho de bebê, como foi o meu caso. E, para o banho dos adultos, elas eram colocadas no banheiro de palhas de coqueiro levantado no terreiro da casa.

Nas noites de debulha na sala da casa, com piso de tijolo, minha avó e meu pai, ao redor da “ruma” de feijão, faziam as contações de histórias que seguiam até terminar as tarefas. Naquelas histórias se geraram as minhas principais referências educativas, de base para o entendimento da vida depois que cresci. Com esse aprendizado, desenvolvi as “leituras” sobre a política do meu lugar, as relações de trabalho, as estratégias de sobreviver em situações difíceis, fossem elas no mato, ou chegando como forasteira na cidade grande, depois de adulta. Foi através delas que me fiz com múltiplos saberes, aprendendo a argumentar ante os enfrentamentos conflituosos que foram se apresentando no cotidiano da vida. Dessa forma, também encontrei no romance de Allende (2011), quando a protagonista descreve os aprendizados que ganhou do seu avô como se observa a seguir:

[...] Honoré podia tirar música até de uma panela, qualquer coisa em suas mãos tinha compasso, melodia, ritmo e voz; ele carregava os sons no corpo, trouxera-os do Daomé. Meu brinquedo era uma cabaça oca que fazíamos soar; depois ele me ensinou a acariciar devagarinho os tambores... [...] Bebia cachaça para suportar o sofrimento de se mexer, porém, mais do que esse licor áspero, o seu melhor remédio era a música. Seus gemidos se transformavam em riso ao som dos tambores. Honoré mal conseguia descascar as batatas para o almoço da nossa dona, com as suas mãos deformadas, mas tocando o tambor ele era incansável e, se decidia dançar, ninguém levantava os joelhos mais alto, nem bamboleava a cabeça com mais força e nem mexia as nádegas com maior prazer. Quando eu ainda não sabia dançar ele me fazia dançar sentada, e, assim que pude me sustentar nas pernas, me convidava a me perder na música como quem se perde num sonho. ‘Dance, dance Zarité, porque escravo que dança é livre... enquanto dança’. Eu sempre dancei (Op. Cit., p. 7-8).

Dessas diversas situações, forjaram-se em mim o respeito e a admiração pelos mais velhos, donos de saberes e segredos. Nutri carinho pelos meus pais, que me orientaram para a vida e ofereceram oportunidade de refletir e corrigir falhas com as histórias e “os exemplos”, como minha avó dizia. Aprendi, entre outras coisas, que quem deseja ser respeitado(a), precisa se anteceder a fazer o mesmo com quem se convive. Esses valores não

são encontrados em qualquer lugar e nem se aprende nos livros da escola. Estão nas pequenas coisas que se aprende com o cotidiano da vida, seja nas relações com os mais velhos ou com a natureza como diz Ki. Zerbo (1982, p. 194):

Ao fazer uma caminhada pela mata, encontrar um formigueiro dará ao velho mestre a oportunidade de ministrar conhecimentos diversos, de acordo com a natureza dos ouvintes. Ou falará sobre o próprio animal, sobre as leis que governam sua vida e a ‘classe de seres’ a que pertence, ou dará uma lição de moral às crianças, mostrando-lhes como a vida em comunidade depende da solidariedade e do esquecimento de si mesmo, ou ainda poderá falar sobre conhecimentos mais elevados, se sentir que seus ouvintes poderão compreendê-lo. Assim, qualquer incidente da vida, qualquer acontecimento trivial pode sempre dar ocasião a múltiplos desenvolvimentos, pode induzir à narração de um mito, de uma história ou de uma lenda. Qualquer fenômeno observado permite remontar às forças de onde se originou e evocar os mistérios da unidade da vida que é inteiramente animada pela Se, a Força sagrada primordial, ela mesma um aspecto do Deus Criador.

Meu aprendizado se seguiu nos hábitos alimentares básicos, que eram tirados das pescarias, caças do mato, farinha de mandioca, batata doce e milho. Para caçar, havia um tipo de espingarda que meu pai fazia e que era carregada com bucha ou busca²⁸ de coco, para exemplificar, e espoleta. A espingarda de caça também podia ser chamada de carapina e era fabricada por ele mesmo, com o serviço de um vizinho que fazia as peças de ferro para todos os tipos de objetos solicitados. Esse tipo de arma citado no romance de Achebe (1983), “O mundo se despedaça”, estreita aproximação de nossa cultura com africanos. Nele, se descreve o drama das relações entre os homens e seus antepassados no cotidiano da aldeia, centro motor da sociedade ibo²⁹ tradicional:

Okonkwo resolveu, em seguida, ir caçar. Possuía uma espingarda velha e enferrujada, feita por um hábil ferreiro, que viera morar em Umuófia há muito tempo atrás. Mas, embora Okonkwo fosse um grande homem, cuja bravura todo o mundo conhecia, não era um caçador. Por isso, quando chamou a mulher para buscar a arma, ela murmurou qualquer coisa... (Op. Cit., p. 43).

Na minha vivência, as arapucas e fojos eram armadilhas criativas para pegar raposa, preá, tatu e peba. Não foram poucas as vezes que vi meu pai chegar de caçadas, com muitas caças penduradas no cinturão. No sertão cearense também há uma estreita relação de costumes com os de meu pai³⁰. Queiroz (2010) aproxima-se muito de minhas experiências no seu romance sobre as coisas do sertão:

²⁸ Essa palavra era assim pronunciada pela minha comunidade para se referir à bucha de coco, o mesmo que casca do coco.

²⁹ Povos que habitam na ilha de Ibo em Moçambique.

³⁰ Nossa cidade é Beberibe, que é considerada pelo que possui, e a nossa região é litorânea, localizada na margem leste da CE-040.

Saíam também em caçadas, matar algum bicho – de fojo, de armadilha, de gaiola, pra não gastar munição, a preciosa pólvora. E também, como alertava João Rufo, para não alarmar a vizinhança com tiroteio. Que vizinhança seria essa imagine, léguas de distância. Verdade que, por acaso, bem podia passar alguém defronte da lagoa... (Op. Cit., p. 178).

Os couros de animais da minha região eram curtidos para fabrico de boladeiras nas casas de farinha, além de outros objetos como os caçuás, as celas de animais, arreios, cilha, rabicho, rabichola, freio, brida e outros.

As invenções em casa estavam em vários objetos, um deles era a cama de dormir da minha mãe, onde nasceram todas as suas filhas e filhos. Foi feita pelo meu pai. Ele também fazia os tamancos para a família e para vender nas festas do lugar. O colchão da cama era um saco de tecido cheio de folhas de café brabo, colhidas verdes e colocadas no saco depois de secas. Em outras experimentações, o junco tirado das beiras de lagoas salitradas servia para a mesma função. Esse mesmo costume está na narrativa de Allende (2011, p. 83), em *A Ilha sob o Mar*, onde a personagem Zaritése se lembra da cama de dormir, “[...] folhas secas e palha, cobertas com um pano xadrez e um cobertor fino, serviam de cama”.

Na hora de nascer, minha parteira, que também foi a de todos os outros e outras que nasceram no meu lugar, nos anos 1950, carinhosamente era chamada de mãe Chiquinha. Ela fumava um cachimbo de barro e fazia muitas rezas para São Raimundo, Nossa Senhora do Bom Parto, São Cosme e Damião. Assim também acontece em outras regiões dessa nossa terra, como se pode observar:

[...] esse menino passou três dias pra nascer – sim senhor, três dias de dores de parto. E quando chegou a nascer, vinha todo roxo, custou demais a chorar, foi quase dado por morto. Aí, minha mãe tomou a criança das mãos da parteira, deu-lhe duas palmadas e prometeu em voz alta, a São Raimundo Nonato: se o menino escapasse, haveria de ser padre. Por isso ele se chamou Raimundo Nonato, é afilhado do santo e, assim que o senhor declarar que ele está preparado para o seminário, vai para o seminário. Está entendido? Vai ser padre e não se discute!
Eu baixei a cabeça. Mas o que sentia era vontade de agarrar pelos ombros aquela idiota gorda, dar-lhe uns sacolejões até que ela perdesse o fôlego. Antes enganasse o filho ao nascer. Promessa (QUEIROZ, 2010, p. 148).

As curas e as rezas das curandeiras da comunidade curavam doenças de *quebrante*, *vento caído*, *espinhela caída*, *cobreiro*, *vermelha* e *equizema*. Usavam ramos verdes ou a fumaça do cachimbo, como a minha avó fazia comigo para me curar de dor de cool³¹ e de barriga inchada. Ela usava os recursos caseiros, como a fumaça do cachimbo e o cheiro do fumo; a saliva morna cuspidada da boca entre uma baforada e outra, e massageada na

³¹ Dor de cool ou de col era como minha avó se referia às dores iniciais do meu organismo, que se preparava para minha primeira menstruação.

barriga que ficava coberta com o lençol. A dona Chiquinha Cabocla³² certa vez curou o meu pé afetado por uma *equizema* com um ramo verde e “muita fé em São Francisco de Canindé”, como ela dizia. Esse costume se aproxima da situação dos negros que vivenciaram a luta pela república do Haiti, como no romance – *A Ilha sob o mar de Allende* (2011, p. 83), “Tante Rose era consultada por gente de outras plantações e atendia da mesma maneira escravos e animais, combatia infecções, suturava cortes, aliviava febres, cuidava de acidentes, ajudava em partos e tentava salvar a vida dos negros castigados.

Ampliando esse olhar sobre o cachimbo, sabe-se que seu uso chegou às Américas no período pré-colombiano. Fazia parte de rituais sagrados dos povos ameríndios significando, para algumas culturas, a união do mundo terrestre (representado pelas folhas) com o celeste (representado pela fumaça)³³. Na minha infância, o cachimbo também ocupa um espaço na minha memória. É muito próximo do relato de Queiroz (2010), quando a personagem Maria Moura se refere às lembranças de sua mãe, no trecho descrito a seguir:

Continuei me balançando na rede. O tempo escorria tão devagar que até me atacava o nervoso. Peguei no cachimbo da Mãe, guardado numa cuia com o resto de pele de fuma, do uso dela. Enchi o forninho, peguei no artifício, tentei fazer fogo, mas não consegui. Estava muito velho. Acabei com nojo do pito e o seu cheiro de abafado, nunca me dei com cachimbo, era isso. Mãe parecia uma índia velha, puxando fumaça. De pequena me acostumei a trazer para ela uma brasa numa colher. Vinha correndo do fogão para o quarto, medrosa de deixar cair a brasa em cima do meu pé. (Op. Cit., p. 49).

Mas o cachimbo não era usado apenas pelos índios. Os escravizados também usavam o cachimbo, como ainda hoje nos rituais de cura da umbanda. Escultura em barro, com elementos decorativos e marcas significativas para seus fabricantes e/ou usuários, os cachimbos informam sobre a presença de africanos e seus descendentes transplantados para o Brasil durante o regime escravocrata.

³² D. Chiquinha Cabocla era a mãe do Pedro Pequeno, Maria Pequena, Mestra Hosana... A mais creditada curandeira que viveu em Campestre da Penha, depois de seu irmão Chico Caboclo, que fazia curas segurando uma peça de roupa ou uma fotografia, ou curava bicheira em animais apenas olhando para o rastro deles no chão.

³³ “Uma das lendas ameríndias que contam essa relação é a Lenda do Búfalo Branco, pertencente à cultura sioux, que atribui uma origem divina ao cachimbo. [...] o cachimbo era utilizado em rituais de cura, nos quais os pajés (os sacerdotes indígenas) assopravam a fumaça aspirada dos cachimbos sobre o corpo dos doentes, acreditando com isso combater as doenças tanto físicas quanto psíquicas. [...] A tradição dos índios de América do Norte ou, mais precisamente, dos das planícies e dos bosques cujo domínio se estende desde as Montanhas Rochosas — e muito mais além — até o Oceano Atlântico, possuem um símbolo e um ‘meio de graça’ de primeira importância: o Chanumpa, o qual representa uma síntese doutrinal à sua vez concisa e complexa. É também um instrumento ritual em que se apoia toda a vida espiritual e social; descrever o simbolismo do Cachimbo sagrado e de seu rito equivale, pois, em certo sentido, a expor toda a sabedoria dos índios. [...] Os homens brancos, ao menos os que são cristãos, nos disseram que Deus enviou seu Filho aos homens para restabelecer a ordem e a paz na terra; e nos disseram que Jesus Cristo foi crucificado, mas que deve regressar no dia do Juízo final, que será o fim do ciclo deste mundo. Eu sei e compreendo que isto é certo; mas que os homens brancos saibam que, também para os peles vermelhas, pela vontade de Wakan Tanka, o Grande Espírito, um animal se transformou em bípede para trazer o Cachimbo muito santo a seu povo... (ALCE NEGRO; 1953, p. 8, 25).

Em relação aos africanos e seus descendentes, os relatos existentes sobre os seus hábitos e costumes no Brasil foram escritos pelo ‘outro’, pelo grupo dominante, pelos donos da história, que registraram as suas próprias versões dos acontecimentos. Nos dois casos, o estudo da *cultura material* pode desvendar informações importantes sobre o modo de vida dos sambaquieiros³⁴ e quilombolas. Portanto, cabe esclarecer as especificidades da cultura material para que se possa dar continuidade às nossas reflexões (GASPAR, 2000, p. 39-40).

E para compreender “cultura material” neste trabalho: o cachimbo serve para simbolizar, por ser um dos objetos usados pelos nossos antepassados. Enquanto que o significado subjetivo do seu uso, para minha avó e/ou para outros povos, e que identifica valores religiosos ou de curas, corresponde a fragmentos identitários, serve, portanto, para mostrar a presença da cultura imaterial. Dessa forma, os elementos culturais que aparecem nessa minha pesquisa, sejam *materiais ou imateriais*, correspondem ao que se denomina de patrimônio³⁵ histórico.

Ampliando esse horizonte histórico, para se perceber um pouco sobre a geografia desta comunidade, é importante ressaltar nos aspectos físicos de Canto Verde a presença de sambaquis³⁶. Esse tipo de concha é encontrada nas areias da comunidade. É uma referência à identidade afro-indígena das famílias de pescadores(as) desse lugar, afirmada nos depoimentos de Pilé³⁷ (Antônio Firmino) e Veinha (Raimunda Ribeiro): “E o pessoal dizia mermo que aqui era morada de índio”. Assim, estes fatos nos permitem visualizar a mistura da raiz negra com a indígena em Canto Verde, uma praia do Ceará a que se refere Bandeira (2011, p. 206):

Mesmo diante da incessante busca do ‘mito fundador’ que minorasse a marginalidade econômica, política e possivelmente culturas a que estava relegada o Ceará, dentro do território nacional. Marginalidade que esteve ligada a ausência de colonos e colonizadores imigrantes, uma vez que índios e negros foram os grupos étnicos ancestrais que compuseram a miscigenação cearense.

³⁴ “Formação calcária que comprova a presença humana nessas localidades em tempos antigos, por meio de aglomerados de conchas e restos de peixes conhecido como sambaqui, termo em tupi que significa ‘monte de conchas’”. Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/historiag/os-povos-sambaquis.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

³⁵ Segundo artigo 216 da Constituição Federal de 1988, configura patrimônio: “as formas de expressão”; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

³⁶ “O pesquisador André Prous definiu etimologicamente que a ‘palavra sambaqui seria derivada de tamba (marisco) e Ki (amontoamento) em Tupi’ (1992, p. 204), sendo tais sítios obra da atuação humana, caracterizados pela presença maciça de conchas, carapaças de moluscos, e, em menor número, de restos de peixes e outros animais associados a instrumentos líticos e ósseos, objetos cerâmicos e esqueletos humanos, estruturas de habitação e fogueiras, formando colinas que podem alcançar mais de trinta metros de altura em algumas partes do Brasil. Mais recentemente, Blasis (2001, p. 22) conceituou os sambaquis como amontoados de conchas de diversos moluscos, cujo tamanho varia desde pequenos montículos de dois metros de altura e dez de comprimento, até verdadeiras montanhas de 500 metros de extensão e mais de 60 metros de altura” (BANDEIRA, 2008, p. 434).

³⁷ Pilé em entrevista: “minha bisavó veio da África” (Trecho de entrevista cedida por Pilé, em agosto de 2013).

3.3 Uma análise da sociedade brasileira

O fato é que essa mestiçagem resultante de brancos, colonizadores ou imigrantes, que tiveram filhos em larga escala com índias da terra ou africanas trazidas para o trabalho escravo, influi na maneira como a população no Brasil se enxerga. A nossa forma de ver essa questão pede um maior aprofundamento, pois o que sabemos sobre até onde vai ou de onde vem nossas raízes às vezes não passa de sabermos quem foram nossos(as) bisavôs(ós).

De minha parte, creio que aqui o mais importante é saber que das raízes que carrego, ganhei os valores que me dão base para os enfrentamentos na vida. Esses valores estão presentes nos costumes dos meus ancestrais, como na medicina curativa caseira. A minha infância vem de um contexto onde não existiam médicos nem farmácia para curar as doenças fisiológicas, e se havia nas redondezas, era coisa para quem tivesse dinheiro. As curas eram confiadas ao *médico que resolve as doenças da alma (espirituais)*, os *mediadores do sagrado como sacerdotes e benzedadeiras*, nem sempre valorizadas.

Na minha casa antes de deitar nas noites à luz da lamparina, minha avó fazia a lavagem de meus pés numa cuia de água amornada pelo tição de fogo de brasa ardente, além de cuidar de algum outro ferimento por picadas de insetos com óleo de coco e compressas de folhas mornas em óleo quente, como as de courama, para desinflamar ferimentos. Esses saberes, mesmo transmitidos em momentos isolados, fornecem um aprendizado profundo como Ki. Zerbo (1982, p. 194) se refere:

O ensinamento não é sistemático, mas ligado às circunstâncias da vida. Este modo de proceder pode parecer caótico, mas, em verdade, é prático e muito vivo. A lição dada na ocasião de certo acontecimento ou experiência fica profundamente gravada na memória da criança.

4 ABRINDO O CENÁRIO DE CANTO VERDE QUE COMEÇA EM CAMPESTRE DA PENHA

Campestre da penha ontem era local de plantação de cana de açúcar para os engenhos. Hoje ainda conserva as terras de vazante sem cercas. As famílias herdeiras plantam coqueiros, batata doce, feijão, milho. As tradições do passado são mantidas, na desmancha da mandioca na casa de farinha do seu Martins, na beirada do Córrego do Sal.

4.1 Raízes que partem do canavial em Campestre da Penha para as areias do mar de Canto Verde

Campestre da Penha é o nome de um dos sítios de um senhor de engenho chamado José Félix. Ele viveu até o século XVIII, era senhor de escravos nas terras férteis que partem desde as margens do Rio Pirangi, em Beberibe, que naquele período pertencia a Aracati. Devoto de Nossa Senhora da Penha, colaborou com a construção da Igreja da região e deu o nome da santa àquela sua propriedade. Costumava ser visto indo para as festas religiosas, seguido pelos seus escravos. Na Igreja, tinha um local de honra reservado para homens como ele, suas mulheres e filhos.

José Félix mostrava força e detinha poder, disputava o comando da Igreja Católica com outro Senhor de iguais posses, José Canga. Ao mesmo tempo em que detinham posses, havia os enfrentamentos demandados pelas disputas de poder, no caso, a posse da Igreja. O depoimento de Teófilo Fenelon, um dos moradores de Paripueira, dá conta que “[...] em trincheiras de homens armados em plena entrada da vila, esses dois senhores de escravos, José Ganga³⁸ e José Félix, se enfrentaram à bala pela posse das chaves da Igreja”. Quem estivesse nesse comando tinha poder político local e dialogava com o Bispo sobre a organização religiosa da Igreja, realizando grandes festas e designando a presença de reverendos, conforme está em um documento raro, encontrado na Igreja (Anexo C).

[...] moradores do distrito de Paripueira e paroquianos da freguesia [...], para a satisfação por ter V. Revma. Nomeado o Sr. Francisco Xavier do Nascimento,

³⁸ Ganga – A palavra Ganga, no texto, é sobrenome de um importante cidadão que viveu em Paripueira. Ele detinha poder sobre a governança da Igreja Católica. Esse mesmo nome é citado na religiosidade africana de Umbanda como; "Nganga" palavra de origem Kimbundo que significa mágico, feiticeiro ou vidente. Para os Angola-congolenses seria a denominação do chefe supremo, seria o mesmo que Tata ou o Grande Alufá. O nome Ganga denomina os chefes dos antigos terreiros cabindas. Termo Bantu para herbalista (que pesquisa plantas curadoras) ou curandeiro espiritual em muitas sociedades africanas. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Nganga>. Acesso em: 24 set. 2013).

procurador da capela de Nossa Senhora da Penha, escolha que não podia ser mais acertada e que por isso mereceu a nossa franca aprovação.

O mesmo, porém não aconteceu com a notícia que acaba de chegar ao nosso conhecimento e que nos causou profunda tristeza; mas nutrimos fundada esperança de que se V. Revma. tomar em consideração as justas razões que passamos a expor, cessará a causa de nossa tristeza, e só teremos motivo de gratidão para com o nosso digno pastor.

Referimo-nos ao ato de V. Revma. Em virtude do qual o mesmo Procurador ou alguém por ele, fica privado de convidar um sacerdote para presidir este ano uns atos religiosos que desde as vésperas do Natal até dias de Reis, Paripueira faz celebrar a mais de um século, sem solução de continuidade, o que seria motivo de profundo descontentamento no ceio³⁹ de nosso povo, se fosse privado de realizá-lo. E para que V. Revma. possa aquilatar o quanto se acha arraigado entre nós esse tradicional costume, basta disser que ainda mesmo **nos anos críticos por que tem passado o Ceará, as funções religiosas naquela época foram sempre levadas a efeito, e tempo houve, quando se achavam exaltados os dois partidos políticos, no regime do Império, denominados liberal e conservador, cada um deles convidava um padre para a celebração dessas funções que eram assistidas pelos adeptos daquele partido, acontecendo o mesmo com o outro partido cujo o chefe local contratava também outro padre, fato que de algum modo, pela sua dualidade, fazia desaparecer o espírito de piedade de que se devia revestir qualquer ato religioso, e isso se fazia sem que o então Vigário da Freguesia fizesse o menor obstáculo.**

Em vista do exposto desejando nós que seja mantido o piedoso e secular costume da celebração do Natal e dos Reis do modo por que se tem sempre feito, isto é, um novenário em honra ao Menino Deus que começando a 23 de dezembro termina a 31, avento missa cantada dia de ano bom, é depois um tríduo que precede a festa da epifania, havendo no dia de reis missa cantada, resolvemos nos dirigir V. Revma. por meio da presente a fim de que o seu consentimento no sentido de poder ser contratado um sacerdote que funcione nos referidos atos com os quais muito tem a lucra a população católica... (Documento pertencente à Igreja Católica de Paripueira; 1920 – Anexo C). (Grifo meu).

Campestre da Penha fazia parte desse núcleo de poder pelo seu proprietário José Félix, que deixou aos seus herdeiros aquela propriedade como herança. É reconhecido como um dos seus descendentes o Sr. Martim Félix, morador na mesma comunidade e proprietário da casa de farinha que ainda hoje serve aos pequenos produtores que beneficiam mandioca. Toda a comunidade encontra-se ao redor de terras da vazante, na forma de circunferência e mesmo depois de todos esses anos essa terra continua aberta, sem cercados e toda irrigada pelas correntes de água doce que propicia agricultura boa mesmo em tempos de seca.

Campestre da Penha ontem era local de plantação de cana para os engenhos, e hoje ainda conserva as terras de vazante⁴⁰ sem separação individual de cercas. As famílias herdeiras moram em casas colocadas em circular. Dispostas ao redor de uma área de baixio são plantadas de verão a inverno e dela retiram cocos, batata doce, feijão verde, milho, hortaliças, capim para engorda de animais. Seus moradores mantêm as tradições do passado com a desmancha na casa de farinha, vivenciam formas de trabalho solidário, em mutirão, onde uns ajudam os outros para serem ajudados em seguida. São homens e mulheres que

³⁹ Essa redação é fiel à escrita do documento original.

⁴⁰ Terras molhadas.

envolvidos(as) na agricultura também são pescadores no mar e se relacionam com as águas do Córrego do Sal. Salitradas, elas chegam do Rio Pirangi, e se lançam no mar por um estreito canal que abre caminhos pelo morro no período de grandes chuvas. Suas águas acumuladas são profundas, guardam peixes que podem ser pescados a qualquer hora do dia e da noite, alimentando a população da região.

É nessa fartura que José Félix, ainda no século XVIII, na mitologia de proclamação, despede os negros, que ao se verem libertos, partem para começar vida nova na beira do mar. Essa raiz histórica se encontra registrada em uma Cartilha pela Escola de Canto Verde (Anexo A).

As famílias como a do casal Natinha e Zefa – ele hoje com 92 anos, da família, e ela, filha de Joaquim Caboclo e Conceição Filimina, com 86 anos – ainda vivem em Prainha do Canto Verde: “Nunca saímos daqui, a casa velha tá caindo, mas continua ali...” (Trecho de entrevista cedida por Sr. Natinha, em agosto de 2013).

As pessoas que fizeram essa comunidade vieram do Campestre da Penha e das Cacimbas. Essa afirmação de Geraldinho, um dos moradores, dá conta de como as relações familiares e de parentesco são reconhecidas:

Tinha os Caboclos, a família do Joaquim Caboclo tinha também o nome de Canto Verde porque vinham de lá. Nesse local se plantava cana de açúcar e mandioca, pois a gente sabe que lá havia um engenho e ainda hoje por causa da agricultura existe uma casa de farinha onde se faz farinha. Estas pessoas eram descendentes de uma família de escravos de um senhor de engenho chamado José Félix. Quando acabou a escravidão, com certeza esse homem não tinha o que deixar para essa família, e como ele não podia mais ser o dono desse povo, ele deu um pedaço de terra para esta família chamada de Canto Verde. E também de Cabocla. Esse sobrenome foi associado ao nome do lugar Prainha do Canto Verde. Hoje a gente ainda sabe onde fica a chamada morada da Tia Mariana. Aí..., a vida aqui era o mar. Jangada de piúba..., daí veio vindo os filhos. (Trecho de entrevista cedida por Geraldim, em julho de 2013).

O casal de negros libertos por José Félix chegou às terras da beira do mar e naquele chão livre ergueu suas casinhas de palha e sem cercas no quintal. O nome a esse local, por sua vez, foi dado pelo escravo liberto, Joaquim Caboclo, que também era chamado de Canto Verde, e seu sobrenome interligado à comunidade, que passou a ser chamada de Canto Verde, localizada na beira do mar, no município de Beberibe.

Quando se pergunta: por que Canto Verde? A resposta é: Porque lá morava a família do Canto Verde, ou a mesma coisa que a família dos Caboclos, uma família de negros libertos.

A primeira Prainha do Canto Verde ficava perto da comunidade vizinha, Cacimbas, e da praia de Ariós. Deixou de ser lá por causa de uma grande enchente que

derrubou todas as casas. A segunda está mais a leste, havendo ainda alguns moradores antigos, como o Sr. Natinha, esposo de dona Zefa, que viram as águas derrubar as paredes da casa deles, mas nunca mudaram. A esse lugar ficou o nome de Caucaia que, não se sabe bem explicar a que se deve, a não ser a resposta meio vaga de uma das entrevistas: “a gente tinha a imagem de Caucaia como um lugar cheio de festa e de muita briga. Mas nem era assim” (Trecho de entrevista cedida por Geraldim, em agosto de 2013).

Dos motivos que contribuíram para essa enchente, um deles foi as dunas que, assoreando a passagem das águas pelas encostas do morro, provocaram o inchamento do volume das águas com o grande inverno de 1974. A lagoa do Jardim passou dos limites e correu destruindo a pequena aldeia, arrastando as casas para o mar. Seus moradores assistiram suas casas de taipa serem derrubadas pela correnteza das águas da lagoa que, não suportando a quantidade de chuvas, transbordou e fez caminho procurando o mar. “Passou por cima de quem se atravessasse no meio”, conforme conta seu Iaga, pescador da comunidade. “Quando a lagoa veio de lá pra cá, lascou *mermo* no meio, *num* quis nem saber, teve muita correria; minha mãe e meu pai já tinha se mudado pra onde nós *tamo* hoje, Barro Vermei”.

Antes de a enchente acontecer, a comunidade desfrutava da liberdade de mudar suas casas para onde achasse melhor, sem ter que justificar para ninguém. E a maior riqueza sempre foi à pesca, incluindo as grandes safras de lagosta.

Figura 4 – Manuel Sales. O primeiro Capataz da colônia de pescadores de Canto Verde.



Fonte: Foto cedida pela família.

A Colônia dos Pescadores historicamente surge em abril de 1834, durante o regime imperial. Naquele tempo, tinha como objetivo evitar o contrabando na Costa Brasileira. Em Canto Verde, ela é criada e passa a existir em 1940. O seu primeiro representante foi Manuel Sales, que além de cuidar da organização da classe de pescadores, promovia os grandes eventos na comunidade. Foi ele quem idealizou a festa do padroeiro e comprou a primeira imagem do Santo padroeiro dos pescadores.

4.2 Nos trilhos da história dos ancestrais de Canto Verde

A fonte que norteia a reconstituição histórica dos antecedentes da comunidade de Canto Verde é a oralidade, que nos vem como saber ancestral através de testemunhos da cultura e dos costumes, da religiosidade e das evidências históricas que se entrelaçam às individualidades e identificações adquiridas.

Canto Verde não existia até os negros libertos da fazenda de José Félix deslocarem-se para residir nas terras livres da praia, como já foi dito. No século XVIII, aquela região pertencia politicamente à vila de Paripueira e esta, por sua vez, à cidade de Aracati. “O contingente de negros, em 1808, de acordo com os primeiros registros, era de mil oitocentos e vinte e nove (1829) pretos e mil e cinquenta (1050) mulatos” (OLIVEIRA, 1988, p. 50-51).

As construções majestosas de Igrejas em Aracati, como a Matriz de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, que foi construída no século XIX pela Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos Livres, evidencia a existência de um movimento religioso forte e organizado dos negros naquele período.

José Félix, o senhor de engenho e dos negros, com terras em Campestre da Penha e dono de engenho, cuidava de plantar cana de açúcar, o que muda para os dias de hoje, que nas mesmas terras molhadas se planta agricultura de vazante. Diante de pergunta a um dos entrevistados se essa era a cultura dali, foi respondido:

Era não, é. Desde o tempo dos escravos e mesmo hoje ainda tem cana de açúcar, mas foi acrescentado o caju, o coco, milho verde... Ela era trabalhada no engenho, a pulso do escravo, que se fazia o mel, a cachaça, a rapadura... todo serviço era a pulso dos escravos. A casa de farinha era puxada pela roda a pulso dos escravos. Houve uma mudança nos dias de hoje, porque tudo muda. Hoje, se existe engenho é elétrico. A casa de farinha que era puxada por homens escravos foi depois puxada por animais e mais adiante pelo motor à gasolina, a óleo. Agora é tudo elétrico. (Trecho de entrevista cedida por Geraldin, em agosto de 2013).

Os versos de Vilanir, moradora de Campestre da Penha e minha irmã, trazem um pouco da memória do lugar, ao se referirem aos engenhos de açúcar situados nas terras do fazendeiro Félix, ex-dono dos escravos libertos que foram residir em Prainha do Canto Verde.

Campestre me encantou
Com a arte e a cultura,
E a educação priorizou
Pra avançar na agricultura.

Seu sobrenome é Penha,
E nós educadores,
Atiçamos o fogo com lenha,
E acordamos com os tambores.

Dançamos ciranda e boi
E recordamos a história,
Lembramos do que antes foi
Pra não perder a memória.
[...]

Os antepassados cultivavam
Um lindo canavial,
Fruto de muito trabalho,
Harmonia ao natural.

Cultivavam cana em abundância
Cuidavam com todo empenho,
Porque nas redondezas
Existiam doze engenhos.

Estes dados são reais
Se passou neste lugar,
Pesquisei e vivenciei
Outros podem confirmar.

Cultivavam cana em abundância,
Cuidavam com todo empenho,
Porque nas redondezas,
Existiam doze engenhos.
[...]

(Versos de Maria Vilanir, 2006).

A poesia de Maria Vilanir fornece detalhes sobre características de Campestre da Penha, enquanto em Canto Verde encontrei com as pessoas que contam a história de como viviam nestas terras, os primeiros moradores e relatam momentos de luta em cantias populares.

4.3 O Mazagão: um fio de ligação da África com Canto Verde

A diversão em Canto Verde, em 1963, era na barraca do Doutor Quinim, chamada de Mazagão. Nesse barracão, as festas que divertiam as famílias aconteciam com música de radiola, de irradiadora, de dramas, de dança do Bumba-Meu-Boi e de Papangu conforme depôs Raimunda Ribeiro.

O nome de Mazagão nos leva a África. Esse era o nome dado a uma ilha que estava situada numa área de mar em Marrocos Meridional e que foi ocupada por Portugal no reinado de D. João III. Desse lugar, o povo africano foi expulso⁴¹ para o Brasil para dar lugar a um forte português que recebeu o mesmo nome.

Os mazaganistas foram embarcados com seus pertences para o Brasil com a missão de ocuparem terras para a coroa portuguesa. Os navios foram carregados de martelos, facões, folhas de serra, limas, fechadura, enxadas, tesoura, pólvora, espingardas, dentre outros recursos para viabilizar o estabelecimento da Nova Mazagão. Nas embarcações seguiam também os objetos que davam identidade ao vínculo religioso. A imagem de Nossa Senhora da Assunção, de Cristo morto, da Paixão de Cristo, de São Pedro, do Archanjo Miguel, de São Francisco, de Santo Antônio, de Santa Bárbara, de Nossa Senhora da Conceição, de Santa Ana e outros objetos do culto religioso foram devidamente embarcados.

⁴¹Encontrado em “Mazagão: uma cidade luso-marroquina deportada para a Amazónia: estudo e publicação de fontes”. Autor José Manuel Azevedo e Silva. Editora Palimage, 2007. Durante o reinado de D. João III em 1769 essa ilha foi ocupada por uma guarnição portuguesa. [...] Em caso de cerco, só por mar podia esperar socorro. [...] A provisão de mantimentos, de armas e de reforços humanos chegava normalmente por mar. Por vezes, no entanto, os mazaganistas viam-se forçados a irem a campo a proverem-se de lenha e de *ferrejo*. A *relação das Famílias que vieram da nos retorna Praça de Mazagão em 11 de Março de 1769* dá-nos, de facto, o registo das famílias e a sua composição, o parentesco de cada membro em relação ao chefe de família, as pessoas sozinhas que não constituíam família, o nome, o sexo e a idade de cada um, com distinção entre os maiores de 10 anos e os menores dessa idade, o posto/cargo de cada um dos agentes da guarnição militar. [...] embarcaram duas mil, noventa e duas (2092) pessoas... mil quatrocentas e noventa e sete (1.497) maiores de 10 anos e 595 menores dessa idade.

Ao todo, eram 418 famílias, cuja composição oscilava entre os 2 e os 11 membros, tendo-se em conta que integravam a família os criados, os escravos e os enjeitados. Temos, portanto, uma média de 5 elementos por família. Aparecem-nos 43 viúvas como cabeças de casal e 21 outras viúvas integradas nas famílias, 70 escravos (43 homens, 21 mulheres e 6 menores, 3 de cada sexo), 2 criados, 1 criada, 5 enjeitados e 1 preto forro. Dos 70 escravos, pensamos serem pretos das 69, uma vez que, quando se tratou de registar uma marroquina, se assentou como «*huma moura*» de 61 anos, escrava da viúva D. Guiomar da Cunha. Não integrados em famílias, seguiram 5 viúvas, 8 homens e 5 mulheres. Mesmo sem ser no estado de viúva, a mulher assumia, em situações excepcionais, a função de cabeça de casal. É o caso de D. Paula Inácia Joaquina, casada com Pedro Álvares, que estava degredado em Bissau.

Quanto à guarnição militar, embarcaram 515 elementos (51 oficiais, 86 cavaleiros, 21 artilheiros e 357 sargentos, furriéis, cabos e soldados). Juntaram-se-lhe 28 militares registrados como incapazes. A função de soldado-tambor era, por regra, desempenhada por escravos negros. Detectámos 5 negros tambores (todos os tambores registrados): António dos Reis, de 22 anos, escravo de D. Maria da Cunha; Francisco Xavier, de 22 anos, escravo de João Fróis de Brito; Gonçalo Pereira, de 30 anos, escravo do padre Franel Afonso da Costa; Manuel de Jesus, de 24 anos, escravo do cabo Diogo Raposo; Tomás Dias, de 33 anos, escravo de José Colaço da Silva... (SILVA, 2007).

Vestígios do passado que seriam lançados como semente no novo local. Embarcaram com esperança de uma vida num mundo melhor.

Vieram para a Amazônia com uma verba paga pela corte de Lisboa e parte pela Fazenda Real do Pará. Eles tinham a missão de ocupar terras para a coroa e defendê-las de invasores, como se segue:

A decisão de transformar os mazaganistas em colonos nas terras da América Portuguesa em parte atendia às necessidades da coroa quanto à ocupação do local e o domínio do litoral norte da Amazônia. O colono deveria ter um perfil de explorador de território, que aliasse a figura do agricultor a um soldado que defendesse as possessões coloniais. Neste último aspecto, os mazaganistas tinham uma longa experiência de luta contra o inimigo mouro e poderiam defender o local a partir de uma praça forte ali estabelecida. Para concretizar o projeto, o governo do Grão Pará e Maranhão, Ataíde e Teive, nomeou em 1769 uma comissão chefiada por Ignácio de Castro de Moraes Sarmento, para analisar a região do rio Mutuacá, verificando as condições para plantio e criação (VIDAL, 2007, 103, apud. ASSUNÇÃO, 2009, p. 39).

Foram trazidos da África (Marrocos) para o Brasil para atender aos interesses do governo imperial. Eram tidos como soldados defensores dos interesses das terras do rei, mas não receberam as condições prometidas para viverem bem na nova terra.

É assim que as pontas de um nó podem estar se encontrando. O Sr. Teófilo Fenelon de Lima que reside em Paripueira, em entrevista, disse que seu bisavô teria chegado à costa do mar de Fortim⁴² fugitivo de um navio que naufragou nas proximidades. Embrenhando-se pelo mato adentro, se escondeu num lugar bem próximo de Canto Verde, precisamente nas margens do rio Pirangi.

Meu avô contava que o pai dele, meu bisavô, tinha um pé torto pra dentro, por isso ia a cavalo comprar peixe na Prainha. Era um homem que não tinha medo de nada. Ninguém pensasse que podia enganar a ele. Todo mundo por aqui tinha medo dele. Quando ele já *tava* no fim da vida, ele dizia: agora que *tou* no fim da vida e não corro mais perigo, posso dizer: vocês não sabem quem sou eu. O meu nome verdadeiro é Chico Reis. Eu estava num navio de presos políticos seguindo para a ilha de Fernando de Noronha, pulei do navio junto com outros companheiros que nadando pra escapar se perderam de mim. Quando a lanterna dos guardas do navio passava pelo mar na minha direção, eu mergulhava. E dessa forma consegui ainda escutar um deles dizendo: deixa, que o peixe já deve ter comido ele. Não sei quanto tempo fiquei na água. Só sei que acordei numa casa humilde de uma família no Fortim que cuidou de mim. Meus olhos ruídos e queimados foram tratados com leite de peito da dona da casa. (Trecho de entrevista cedida por Teófilo Fenelon, em agosto de 2013).

Um dos africanos chegados do Mazagão se chamava Antônio Reis, com idade de vinte anos. Esse homem que se assumiu como Chico Reis tem o mesmo sobrenome do mencionado Antônio que chegou ao Brasil vindo do Mazagão em Marrocos. No caso de

⁴² Fortim era local de porto no tempo do império. Lugar ligado à cidade de Aracati, terra do Dragão do Mar. Nesse porto, navios atracavam para embarcar sal. Linhas de trem ligavam as margens do rio Pirangi aos navios.

Canto Verde, esse nome Mazagão foi dado a um estabelecimento comercial também chamado de bodega. Nela, se vendia um pouco de tudo, desde cereais, utensílios, remédios, bebidas, aviamentos para as pescarias. E as pessoas da região vizinha, ao buscarem a praia para comprar o peixe, também frequentavam e compravam nesse comércio.

Os registros históricos evidenciam que os mazaganistas fugiam das fadigas e privações que sofriam na Amazônia. E nessa proximidade de tempo, Canto Verde aparece na história com o seu local público de nome Mazagão. As semelhanças não são por acaso e nem totalmente uma mera coincidência, pelo contrário, possuem alguma conexão. No grupo de mazaganistas havia o Antônio dos Reis, e nestas terras chegou um homem que se assumiu como um preso político fugitivo do governo imperial. Ele estaria sendo desterrado para uma ilha (Fernando de Noronha), de onde não poderia sair. Vidal (2007) recupera uma informação importante sobre a forma de vida que esse povo chegado, levavam:

[...] Por outro lado, a intransigência dos representantes da coroa em cumprir ordens causava protestos daqueles que se viam em meio a uma série de dificuldades. Os lamentos não eram poucos, pois a vida que levavam os colonos, personagens de um verdadeiro quadro dantesco, os instigava a abandonar aquele purgatório (VIDAL, 2007, p. 199, apud ASSUNÇÃO, 2009, p. 48).

Voltando no tempo, o bisavô de Teófilo Fenelon também chegou nesta costa como fugitivo. E é nessa mesma margem de tempo, período imperial, que temos o Mazagão na Prainha. Esse caso sugere várias possibilidades para um aprofundamento de pesquisa.

Em Canto Verde, as cantigas populares do Valtécio, Zé da Nega e Geraldim entre outros contam a história da comunidade. E a Veinha lembra que, quando menina, também numa cantiga popular de época se cantava o Mazagão: “No Mazagão tá caindo bicho, tá caindo bicho, tá caindo bicho... – *é só o que lembro*”.

Essas aproximações históricas que chegam até a homenagem ao Mazagão, nome dado ao barracão⁴³ em Canto Verde, é um vestígio que se conecta ao que trato neste trabalho pois trata-se de um fato ligado à memória ancestral das raízes étnico-racial da comunidade de pescadores.

4.4 O contexto socioeconômico das famílias de Canto Verde em movimento

Os aspectos sociais são estreitamente articulados com as atividades econômicas, e transparecem nas trilhas do passado, ligando o presente ao futuro. Por isso, não consigo facilidade em separar os relatos trazidos nas lembranças minhas e das pessoas com quem

⁴³ O barracão tinha a mesma função do que hoje representam os centros comunitários, quadras cobertas, clubes.

mantive contatos e convivi, e que reconstituem fragmentos do cenário da comunidade a partir dos anos 1980. É com estes resultados que vou montando este texto. São recortes da memória da geração atual da comunidade que alcançam trinta e três anos de vida distribuídos pelo tempo. Escolhi começar organizando as informações sobre o contexto físico da comunidade, pois com eles se consegue visibilizar, a partir do meu ponto de vista, alguns dos aspectos socioculturais, econômicos e políticos.

Começo localizando os anos de 1980, quando poucas visitas chegavam a Canto Verde. Elas eram feitas pelos vizinhos, que andavam a pé ou usavam animais. Não havia acesso para veículos, a não ser com maré baixa, pela areia da praia. Uma característica do ambiente comum eram casas sem quintais, a maioria de palha, outras eram cobertas de palha, paredes de taipa com piso de barro batido⁴⁴.

Figura 5 – Casa de palha com piso de areia ou de barro batido.



Fonte: Foto cedida de arquivo da comunidade

Figura 6 – Casa de taipa e chão de barro batido.



Fonte: Foto de Maria Inez em 1987

A estrutura das casas na comunidade desde cedo dão uma demonstração de conhecimento. De palha ou de barro e palha, elas seguiam uma forma bem singular, pois a posição do teto se colocava de forma a resistir as grandes ventanias. Esses conhecimentos tinham base na experiência do pescador, que é um profundo conhecedor desses fenômenos físicos, e com eles convivem diariamente no mar:

A Prainha do passado que a lagoa levou estava mais lá, na Prainha Velha ou Caucaia, como é chamada hoje, as casas eram arrumadas bem perto do mar, havia o lado da rua do comércio e o lado das casas dos pescadores. Antes, as casas eram em sua maioria de palhas. Hoje você não vê mais aquelas casinhas... (Trecho de entrevista cedida por Geraldim, em agosto de 2013).

⁴⁴ A primeira foto é da casa de taipa que possui na comunidade e onde nasceram meus dois filhos Aurilene e Tiago.

No banheiro, ficava um rolo de pote de barro com água ou outro vasilhame parecido, ficava num canto do banheiro de palha, chão de areia, não havia fossa, as fezes eram feitas num canto e colocadas para fora do espaço fechado, por um buraco que ficava no lado oposto, de onde se tomava banho. Geralmente, esse banheiro era colocado em um ponto estratégico, de forma que facilitasse a limpeza.

Um círculo imaginário, aos olhos dos moradores, delimitava seu espaço no areal sem cercas e não havia por parte deles preocupação com plantações de coqueiros ou outra espécie qualquer. As terras, mesmo férteis para a agricultura, ainda não eram aproveitadas naquele período pelos moradores. Durante muito tempo, os coqueiros eram apenas os cinco⁴⁵ da tia Boi, a matriarca da comunidade, que provou para aos seus descendentes a boa qualidade do solo nas terras de mar.

Figura 7 – Os cinco coqueiros da Tia Boi no lado do sol nascente (um deles já morreu).



Fonte: Foto de Inácio Lima, em 22 de agosto de 2013.

Se eles pudessem falar, contariam muitas histórias, como as que estão registradas aqui, tiradas das observações em meu diário de pesquisa.

Assim, tenho a imagem de uma fotografia onde se vê que, quem olhasse de longe, do alto dos morros de areia para aquela direção, enxergava apenas uns poucos casebres, no meio de um aparente deserto, onde de verde havia apenas os cinco coqueiros da Tia Boi e os da dona Alzira, um deles hoje não existe mais.

O destaque era para as paredes brancas da escola, a casa mais nova da pequena vila, conquista da comunidade, e as majestosas velas brancas das jangadas que sempre

⁴⁵ A tia Boi plantou cinco coqueiros, dos quais um deles já morreu, e hoje apenas quatro estão marcando a entrada da comunidade do lado do sol nascente.

estavam deslizando no meio do mar ou descansando na praia, enroladas, aguardando o regresso de seus donos para o seu lugar de destino, o mar.

Além de ir para o mar, havia outros serviços na comunidade, como o de transportar em animais cargas de madeiras, palhas de coqueiro para refazer as construções das casas. Todos os anos elas precisavam ser refeitas para evitar gotejamentos no inverno. Cuidar de pequenas criações, como a de cabras que a dona Alzira tinha e garantia o leite para algumas crianças dos vizinhos mais próximos, como meus filhos, Aurilene e o Tiago, e os filhos pequenos da Veinha. No pé do morro moravam criadores maiores, como a Dona Maria Sales e o Nego Veio, estes até vendiam leite para quem podia pagar.

Na comunidade, naquela década, se contava apenas com um jipe que se chamava “pereira” e pertencia ao Doutor Quinim, apelido carinhoso de seu dono. Naquele jipe, todos da pequena Prainha viajavam, doentes ou não, e os comerciantes Mazinho, João Horácio, Mamede, entre outros. As fontes de energia eram o sol, de dia, e a lamparina de querosene, à noite. Nos finais de tarde, as rodas de conversas com pessoas vizinhas se faziam ver com frequência; deitadas na areia, no oitão⁴⁶ da casa. As notícias tidas como trágicas eram as brigas de marido e mulher por causa do Bar das “meninas”, casa de diversão frequentada pelos pescadores boêmios, construído no pé do morro, o famoso “Vai Quem Quer”, que oportunizava novas conquistas, gerando separações e novas uniões. A existência dessa forma de comércio foi estimulada pela safra de lagosta, que naquele período era rentável.

O declínio da pesca industrial, indicado na tabela abaixo, moveu a pesca artesanal, que passou a se concentrar na pesca de lagosta. Esse setor, no atual contexto, é perseguido com a invasão da pesca predatória. Ela é feita com caçoeiras e compressores que invadem os espaços dos pescadores, subtraindo deles os seus pescados. Na tabela abaixo, é possível se ver indicadores da situação econômica do setor industrial lagosteiro, em fins dos anos 80 e em 2006, para o nordeste brasileiro como uma amostragem do desenvolvimento da pesca.

Figura 8 – Situação econômica do setor industrial lagosteiro

| Características do setor | Período Anos 80 | Período Anos 2006 |
|---------------------------------|-----------------|-------------------|
| Barcos industriais em operação. | 315 | 0 |
| Barcos motorizados. | 744 | 821 |
| Barcos à vela. | 479 | 3.562 |
| Empresas de captura. | 18 | 01 |
| Empresas exportadoras. | 26 | 05 |

Fonte: IBAMA (2008).

⁴⁶ As laterais da estrutura da casa com forma piramidal; nos finais de tarde, a sombra se encomprida cada vez mais, esfriando e refrescando o clima pelo lado nascente.

Como se vê, o declínio da safra de lagosta decaiu nos atuais anos e a pesca predatória se expande, o que não se tem registro. Apenas se sabe dos grandes prejuízos causados aos pescadores, que perdem seus pescados para mergulhadores cafanguistas de forma desleal.

Por outro lado, as crianças, que naqueles anos brincavam com jangadinhas⁴⁷, com a chegada da energia elétrica foram dividindo o tempo entre as brincadeiras e as programações da televisão. As vivências em cada contexto deixam marcas específicas que moldam a forma de ser das pessoas em cada tempo. Elas interferem nas realidades e enriquecem os costumes, que de forma inconsciente alteram o jeito de ser dos sujeitos.

Um pescador acidentado no mar ou outra qualquer doença recebia ajuda dos companheiros que se solidarizavam e levavam alimentos. Quando as pescarias eram boas e a renda era regular, os finais de semana se prolongavam nas farras. Um costume muito conhecido era só voltar pro mar quando o dinheiro acabasse... mas não me lembro de nem um de nós pescador que queira ver seus *filho* sendo pescador. A gente quer é que eles *estude, saia* dessa vida muito sofrida e *encontre* outra profissão. Pescar no mar é uma vida muito sofrida... (Trecho de entrevista cedida por Pilé, em agosto de 2013).

Canto Verde, com a energia elétrica, o asfalto na estrada, resultante do “progresso”, vai ganhando novos desafios. As percepções de como eles chegam e os efeitos que carregam junto é o começo para um avanço de consciência como se vê na descrição que se segue:

Naquelas conversas com amigos e vizinhos se dava muitas risadas, falações da vida alheia, mas também havia muita conversa séria. Uma delas era o preço da comida (cereais), como era caro! Mas também, com a dificuldade de deslocamento, e a falta de uma estrada; a condição das vias de acesso era de areia do morro e estavam sempre mudando a trilha do jipe do Doutor. Por isso, passou-se a compreender porque o custo de um quilo de tal coisa por aquele tal preço. Bem que havia exploração, se sabia disso. As dificuldades naquele tempo *era* também por causa daquelas águas fundas do Córrego do Sal, que chegavam do Rio Pirangi nos invernos grandes e por causa disso da passagem dos passageiros que saíam da Prainha no jipe, depois uma balsa para poder chegar até o caminhão que ficava no cajueiro. Isso sem falar que a dificuldade na vida do pescador começava pela exploração do atravessador. A gente tinha que entregar muitas vezes o gelo pelo peixe, quando chegava *na* praia depois de dias de pesca. Era muito caro, por conta da dificuldade do transporte, que deixava o pescador preso à exigência de vender o peixe somente a ele. Havia vigilância na praia para a chegada da jangada que, em terra, entregava toda a produção. O peixe era transportado para ser vendido fora daqui e somente ao voltar, o pescador recebia o que ele bem queria. (Trecho de entrevista cedida por Pilé, em agosto de 2013).

⁴⁷ As crianças costumavam brincar nas pequenas lagoas de água de chuva. Nelas, improvisavam as jangadas com armações de velas de saco plástico, perfuradas com palitos de coqueiros “os do seu Dimilsim”, presas nas sandálias japonesas que serviam de minúsculas jangadas. Copiavam seus pais arrastando pelo chão os chinelos que figuravam jangadas pelo mar. Era uma forma de treinar o conhecimento dos ventos, suas posições, as manobras, como sair e como encalhar. Estudar situações de quando as jangadas podem virar; quando é que as jangadas deslizam no mar com mais rapidez; enfim, os segredos da profissão de pescador.

O cajueiro que Pilé faz referência nos anos 80 foi palco de muitas histórias contadas pela população de pescadores. Era nele que se fazia uma parada obrigatória para quem chegava e para quem saía, fosse para a sede do município ou outra qualquer cidade. Naquele local, todos podiam saber de tudo da vida de cada um; quem brigou na bodega de quem, quem apanhou, quem se deu bem na pescaria ou não, quem está doente ou melhorou, quem arrumou outra mulher ou quem perdeu a sua. As avaliações da vida política do município e das dificuldades dos moradores por causa do descaso dos governantes também eram tema das conversas. Ali, era a rodoviária dos passageiros das comunidades de Prainha do Canto verde, Campestre da Penha e Córrego do Sal. O grande sonho era uma estrada que ligasse a Prainha ao asfalto da CE-040, onde se dava o acesso para todos os destinos.

Quando as pescarias eram boas e a renda regular, era a hora de se fazer melhorias na casa e nos utensílios e comprar roupas novas para a família, mas mesmo assim o Pilé comenta: “Não me lembro de nenhum dos meus amigos pescadores desejarem que os filhos crescessem pra ser pescador...”. Essa forma de olhar o futuro mudou, dos anos 80 para os atuais, com a luta pela terra. Na reunião do conselho deliberativo da RESEX, em 17 de agosto de 2013, os conselheiros pescadores solicitaram que os professores da escola incluam no currículo informações que leve os jovens a valorizar a profissão de seus pais, pois, segundo a fala de um deles; “estamos vendo que daqui a pouco não tem mais quem queira pescar...”.

Os nossos filhos precisam aprender a valorizar a nossa profissão, que é pescar no mar, se não daqui a pouco não vamos ter quem continue essa profissão. E nós não temos outra profissão. A gente, muitas vezes, logo na entrada pro mar ou em alto mar, a jangada vira, a gente corre perigo, muitos de nossos companheiros dizem que se tivesse outra profissão deixava essa... A gente sabe das *dificuldade* que a nossa categoria tem, não é fácil, mas é o que nossos pais ensinaram e deixaram pra nós *viver*. É por causa de pescar no mar que nós temos o direito de morar nessa terra e por isso estamos nessa luta... (Trecho de uma fala de Pescador conselheiro na reunião do Conselho, em agosto de 2013).

O “indiviso” mar é o maior espaço disponibilizado pela natureza para o pescador corajoso sustentar sua família. Enfrentar as grandes marés e os fortes ventos significa correr risco de vida, faz parte da rotina do pescador. Um dos fatores que acarreta a instabilidade na pesca é ocasionado pela incerteza de quantos dias ele ficará em alto mar. Os ventos fortes, chamados por eles de vento leste, em determinados períodos impede a entrada no mar, diante da fragilidade das embarcações. Não são raros os acidentes que acontecem no ato da entrada, com viradas que ocasionam acidentes, prejuízos significativos, como a quebra do mastro e do banco, perda de equipamentos e o extravio do pano da vela. E nos períodos de inverno, quando o vento fica brando, as jangadas perdem velocidade, e mesmo avistando a terra, os

pescadores permanecem muitas vezes a olhar a praia, sem poderem se aproximar dela para o desembarque.

A forma de organização dos pescadores é uma instituição que oficializa a organização da classe a Colônia de Pescadores⁴⁸,

A primeira casa sede da colônia local tinha estrutura de taipa e seu fundador, em 1940, foi Manuel Sales. Depois dele, veio o Sr. Zacarias, que era casado com dona Maria do Zacarias⁴⁹. As casas de morada ficavam em uma rua separada da rua do comércio. O porto era pequeno, poucas jangadas. O seu Manuel Sales é uma figura muito respeitada entre os moradores, muitas vezes foi visto carregando rolos de paus de piuba em grupo com outros pescadores para fazer melhorias nas jangadas. (Trecho de entrevista cedida por Professora Vilanir, em setembro de 2013).

Figura 9 – Reunião da RESEX em 17 de agosto de 2013



Fonte: Foto de Maria do Céu.

As dificuldades ganham movimento com o avanço do mar sobre as casas dos pescadores na sua orla e as poucas condições para avançar nas técnicas de melhoramento da pesca no mar. Porém, muita coisa mudou desde que começou a luta pela terra, como vemos:

O nosso sonho de antes era poder comprar o gelo para se livrar dos fornecedores que condicionavam a isso a compra de todo o pescado. Eles ficavam na beirada do mar esperando a jangada chegar, recolhiam o peixe e pagavam quanto achavam melhor pra eles e quando queriam. Então, fazia parte desse sonho a chegada da energia, pois ela poderia manter o peixe fresco na geladeira e diminuir o uso de tanto sal em alto mar. Que a energia, a estrada chegasse seria bom, mas aquele clima de paz, de tranquilidade, como garantir à continuidade? Era por isso que as conversas *era*: e se houvesse uma ponte naquele córrego, e continuando a ponte a estrada até o asfalto?

⁴⁸ A estrutura da Colônia de pescadores é composta por um presidente, que fica quase sempre na sede do município, e, em cada praia, um capataz, que representa a sua categoria local.

⁴⁹ A dona Maria do Zacarias era pescadora e, nos finais de semana, cortava os cabelos das pessoas da comunidade.

(Trecho de entrevista cedida por Roberto Carlos, “Paim”, Presidente atual da Associação de Moradores, em agosto de 2013).

Até nos sonhos, a chegada do “progresso” colocava em risco aquela realidade. Seria progresso? E valeria a pena melhorar essas condições e pagar o preço de perder uma Prainha livre de invasões de turistas, que não respeitam as pessoas, querendo impor seu próprio domínio, como acontecia em outras praias? Esta é uma reflexão resultante que ainda permanece. Uma vez chegado à comunidade “essa forma de progresso”, o desafio que se coloca é: como enfrentá-lo, fazendo uso das possíveis benesses e buscando formas de responder aos grandes desafios trazidos junto com ele?

E foi assim que começaram as inquietações: E se fosse diferente? E se tivesse uma estrada? E se em vez daquela passagem entre o caminho do jipe e o caminhão, que se separava pela travessia dos passageiros na madrugada⁵⁰, houvesse uma ponte?

Aprendizados podem ser colhidos de vários episódios que foram vivenciados por pessoas em particular ou em grupos, e são frutos dessa grande árvore de vida da comunidade de Canto Verde. Eles foram registrados a partir de depoimentos e reconstituídos interligando lembranças minhas, quando convivi com a comunidade nos primeiros anos de luta de 1980.

É do mar que o pescador tira sua renda. A comercialização do pescado subordinada aos caprichos dos atravessadores é um dos elementos que caracteriza a pesca artesanal entre outros como:

- Embarcações de pequeno porte, (menos de 20 toneladas brutas de arqueação – TBA), com propulsão manual, movida a ventos, mecânica ou mista (eólica e mecânica);
- Empregar métodos rudimentares em relação à tecnologia de pesca e de pescado; possuir relações específicas de produção como a “meiação” a parceria, e o “cangaieiro”;
- Produtor de uma grande diversidade de espécies; e apresentar a fragmentação do processo produtivo, e, nesse, ter a participação da mão de obra familiar;
- Ter sua comercialização subordinada a um amplo mercado comandado por uma cadeia de intermediação;
- Apresentar pequena parcela de remuneração aos pescadores e uma baixa capitalização de sua atividade;
- Possuir uma cultura própria baseada no tradicionalismo da região e cujo saber é transmitido de pai para filho (GALDINO; IGARASHI; apud GALDINO, 2010, p. 25).

As primeiras embarcações eram balsas, que tinham composição de cinco rolos de madeiras amarradas entre si, feitas com madeira Piuba. Foram trocadas pelas jangadas de tábuas, que se diferenciam principalmente pela vela, que faz os movimentos dirigidos pelo mestre, nas direções desejadas aproveitando o recurso do vento. O mastro é uma grande vara

⁵⁰ Um dos meus filhos, o Márcio, caiu da balsa em uma das madrugadas quando atravessávamos o Córrego do Sal para chegar à garagem do caminhão, que era a sombra de um grande cajueiro, do outro lado das águas.

de madeira que segura a vela de tecido de algodão cru. É esticada pela tranca – retranca presa ao mastro por uma forquilha. O mastro é descido manualmente quando se deseja, pois é colocado no banco de vela formado com duas tábuas grossas. A superior tem um orifício que segura o mastro, a outra é fixada no chão do casco – carlinga. Ela tem vários orifícios que recebem o mastro e o apoia. As posições do mastro é flexível posicionam a vela da jangada na direção desejada. Duas pernas de madeira seguram duas tábuas e formam um banco bem no centro. Na proa da jangada estão os toletes, fixados na mimbura e na borda, que servem para amarrar a fateixa ou a tauaçu, que são pedras usadas para fundear, ou o mesmo que ancora da jangada. A bolina é uma tábua comprida e estreita, que serve para ajudar a dar movimento e evitar o abatimento da jangada no atrito com as águas. Na popa ficam os depósitos da jangada apoiados numa forquilha. É nele que ficam o barrica d’água, a quimanga, ou o mesmo que a cabaça com comida, a cuia de vela, o samburá, onde o peixe é carregado. É também na forquilha onde descansa o mastro da jangada quando recolhido.

Foi em uma jangada que o Pilé mostrou sua sabedoria para o advogado André Luis⁵¹ que havia subestimado o seu saber de pescador tão singular. Em Fortaleza eu e Pile viajamos para uma reunião junto a Delegacia do Patrimônio da União acompanhados do Dr. André, advogado do Centro de Defesa. Ao parar o carro em uma rua movimentada no centro da cidade, o Pile foi constrangido pelo advogado por não acertar fechar os vidros da porta do carro ao descer, - “não sabe fechar esse vidro?”.

Dias depois voltando da Canoa Quebrada à Prainha pelo mar, o André subiu na jangada do Pile como eu também, pela primeira vez. Pile então já em mar, se dirigiu ao André dizendo em tom firme de mestre da jangada “André puxa a corda da retranca pra descansar a vela”. Este, rodando e tateando pelo espaço mínimo da jangada em movimento, após uma segunda ordem do mestre Pile respondeu; “Eu não sei o que é isso, nunca andei de jangada”. Foi a vez do Pile: - “Ah! eu também não sabia fechar os vidros do carro, por que não sei andar de carro”.

É assim uma das formas de se reconhecer a riqueza dos diferentes saberes nas culturas diversas se complementando em função das relações entre gerações. Assim como a natureza através da escassez das chuvas atrapalham a agricultura, o pescador no mar também é afetado, pois o peixe se afasta na ausência de água doce em sua superfície.

⁵¹ André Luiz, advogado do Centro de Defesa defensor da luta da terra na justiça.

5 OS COSTUMES CULTURAIS, MITOS E CRENÇAS NO TEMPO DA TIA BOI: UM ELO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE EM CANTO VERDE

A alimentação básica que atravessa os tempos, e continua sendo básica para todos de Canto Verde, é peixe com pirão. Até os primeiros anos da década de 1980, o coco para tempero vinha de outras comunidades vizinhas, que faziam trocas na praia por peixes, sal, fruta ou farinha. Levavam peixe fresquinho, acabado de chegar do mar. Nos comércios, que ficavam à beira mar, não faltava a tapioca e o grude de goma, o bolo de milho ou de batata. Nas roupas de pesca eram feitos remendos, como são ainda hoje feitos nas redes de pescar. O banho de mar, sempre muito valorizado, era tomado pelas mulheres que usavam os vestidos, e as jovens usavam *shorts* e blusas amarradas na cintura, para não serem sacadas fora pelo mar.

O costume das festas tradicionais populares mostra vestígios de uma mistura da religiosidade africana com a católica. Como a festa dos papangus com o uso de máscaras⁵², que acontece depois da sexta-feira santa. As estratégias são para não permitir que as pessoas os reconheçam e que a brincadeira prossiga. Eles surgem do nada, feito visagens, aparecendo e sumindo com seus chicotes estalando no ar. Nesses dias, as pessoas que moram nas comunidades próximas da região procuram a praia para comprar o peixe. Esse é um dos dias de muitas vendas de lanches e bebidas. O banho de mar faz parte da motivação.

A outra festa é o dia de todos os Santos, o dia primeiro de novembro. Não se conhece o motivo da tradição, mas no meio da noite que antecede o dia das “almas”, dois de novembro, havia um costume de fazerem “serração” na casa de um dos moradores. A serração era a simulação de um enterro. Amanhecia uma cova com uma cruz na frente da casa daquela pessoa escolhida para a brincadeira.

Outra forma lúdica da comunidade são as noites de lua, que na década de 1980 era a única fonte de energia. Nelas, sempre se podia ouvir ou receber em casa um grupo de seresteiros. Entre os cantores e tocadores, estão os compositores como o Zé da Nega, Geraldim, Iaga (já falecido) e o Valtécio. As composições de estilo popular relatam o conflito da terra, contam das reuniões, do apoio recebido pelos amigos, das conversas e histórias dos pescadores em alto mar.

As noites sem energia eram clareadas pela luz da lua, que dava conta de clarear todos os becos, todas as brechas que se abriam nas casas, fossem elas de palha ou de barro. Os

⁵² As máscaras são encontradas por toda a África, nas savanas, tanto dos países sudaneses quanto dos países Bantus, nas florestas do Golfo da Guiné e na Bacia do rio Congo, regiões que abrangem diferentes civilizações.

pescadores recomendam que o banho nas águas geralmente quentes do mar à noite pode servir para curar doenças.

Grupos de pessoas que gostavam de ouvir as histórias da Tia Boi se juntaram repetidas vezes em rodas de escuta animada, onde um caminho prateado era feito pela lua no grande mar na direção da terra, como se quisesse descer do céu pelo caminho das águas que ficavam prateados. Mais parecia o grande rastro de uma corrida de astro gigante, deixando para trás multidões de pequenas estrelas brilhantes.

As histórias da Tia Boi eram importantes... A tia Boi⁵³ continua sendo uma figura que faz elo entre o passado e o presente:

Ela contava as histórias das origens das famílias da comunidade, contos e lendas da praia. Morava em uma casinha de palha, chão batido de barro, fumava um cachimbo de fumo de rolo, andava encurvada pela idade apoiada na sua bengala de vara. Fazia parte da paisagem. Nas tardes frescas, caminhava pela areia do morro até a praia, ao redor de seus bisnetos e tetranetos. As marcas dela estão nos quatro coqueiros bem na entrada pra comunidade do lado que o sol nasce. A minha mãe dizia que a mãe dela veio da 'África, ela me disse isso muitas vezes'. (Trechos de anotações em Diário de Pesquisa).

As formas de resistências no passado são lembradas apenas sob o ponto de vista dos senhores de engenho da região. Pelo menos dois deles aparece nas entrevistas:

Havia também o engenho do Chico Quinim que passou pro Zé Imidio, Joaquim Henrique... no Jardim das Cacimbas que fica no lado oeste de Canto Verde. Ele destilava cachaça. Essa região era toda plantada de cana, mas depois, foram fracassando os *plantio*... (Trecho de entrevista cedida por Natinha, em agosto de 2013).

As lembranças dos moradores trazem à tona as histórias de assombração, que se misturam com as conversas assustadoras enfrentadas nas noites escuras, em alto mar. Uma delas é a do carro que andava pelos morros sempre à meia-noite, tem barulho e foca luz nas pessoas, mas ao chegar perto se torna invisível. Várias pessoas da comunidade já estiveram diante desse episódio.

As pessoas que viajavam para Beberibe pela praia precisavam planejar a hora em que a maré baixasse para prosseguir com a passagem em alguns pontos, como no local Frexeiras onde ficavam as fontes de água doce:

As fontes que existiam na praia das Frexeiras, onde hoje é a atual Praia das Fontes, ainda guardo na lembrança, a Tia Boi falando das lendas que tinha lá. Ela dizia que havia uma princesa encantada que era vigiada por seus algozes; as pessoas que transitavam pelo caminho da praia e que se aproximava da fonte pra beber água ou

⁵³A pessoa mais idosa na comunidade nos anos 80, cujos caminhos são reconhecidos nesse trabalho. A mulher que plantou os primeiros coqueiros na comunidade. Estão na direção nascente da comunidade delimitando o começo da reserva extrativista. Faleceu em 1983.

tomar banho naquelas águas doces, precisava ter cuidado porque, *aparecia um machado levantado sob a cabeça dos banhantes*. (Trecho de entrevista cedida por Chico da Rosa, em agosto de 2013).

A mãe d'água descansava (e ainda descansa?) nas noites de lua na praia do Canto Verde. Na antiga Prainha, hoje conhecida como Caucaia, onde mora a tia Zefa, casada com o pescador Natinha

[...] existem dois negrinhos que dão muita *peia* em quem ousa duvidar da existência deles. Ninguém vê, mas quando o *nego* se levanta, leva outra, até ficar estirado no chão. Na entrada da Prainha, no sentido de quem vem do Campestre, na subida do morro, ainda hoje existe um cajueiro mal assombrado. Um cachorro grande preto, com uma boca que sai fogo, pastora quem se atreva desenterrar um caixão de ouro. Quem já tentou saiu correndo. Essa visão é antiga, trazida desde os antepassados que já diziam: quem tiver coragem de arrancar o caixão vai ser o dono e vai ficar rico. (Trechos de anotações em Diário de Pesquisa).

Quando morre alguém na comunidade, o enterro acontece no cemitério da Paripueira, sede do distrito, ou no Córrego do Sal, distante seis quilômetros. Antes, os corpos eram carregados em rede⁵⁴ por um grupo de homens a pé, que ao longo do caminho iam se revezando.

Até muito recente os enterros eram feitos em rede que era amarrada em uma grade de madeira, os punhos da rede presos na grade, erguendo o corpo que era envolvido por lençóis brancos. Os carregadores se animavam com bebidas e ao passarem pelas águas quentes, “[...] nós dizia: - E agora, finado fulano de tal, o que é que você vai fazer por nós? Assim, porque a gente podia ficar gripado no outro dia, *né*. Mas, não acontecia nada, aquela alma protegia a gente, e como aquele corpo ia feliz com *nóis!*” (Trecho de entrevista cedida por Natinha, em agosto de 2013).

Quem deixa esse mundo e parte para o outro lado, em Prainha do Canto Verde, ainda vai ser sepultado nestes mesmos lugares; a diferença, nos dias de hoje, é que são levados de carro.

As lembranças dos entrevistados alcançam ainda com facilidade os acontecimentos dos anos 80, como no fato contado pelo Pilé:

O Zé Boi, filho da Tia Boi, que também já morreu, era chamado de Zé dos Anjos. Naquele tempo, morria muito anjo aqui na Prainha. Era ele quem fazia o caixão, arrumava e levava até o cemitério da Paripueira, na cabeça. Uma vez, de uma família mais pobre, deram a ele pouco dinheiro. Ele passou pela Igreja e foi ele mesmo enterrar o anjo. Quando voltou, o sineiro cobrou o dinheiro dele. Ele disse que não tinha e, pra resolver, ele voltou no cemitério, desenterrou o anjo, trouxe e deixou na porta da Igreja. Disse pro sineiro: ‘agora, se quiser, vai ter que enterrar

⁵⁴ Enterrar pessoas mortas em rede tinha relação com o costume da cultura local que aos poucos foi deixando de acontecer. Um dos motivos que se atribui a isso é a estrada. O uso de carro fica mais viável carrear o corpo no caixão.

também o anjo de novo'. Ele era muito presepeiro (Trecho de entrevista cedida por Pilé, em agosto de 2013).

O espaço físico se modificou significativamente desde a maré mais alta de 1982⁵⁵. O mar engoliu as casas de comércio que ficavam na beira do mar: os lugares onde era nossa praia estão agora debaixo das grandes ondas.

Estão ficando cada vez mais distante as imagens construídas com os depoimentos da tia Boi, que costumava olhar para dentro do mar: “lá no fundo – descrevia ela enquanto apontava com o dedo – estão os rastros da estrada velha da beira da praia, por onde passavam os carros de boi. Eram vistos quando a maré baixava, gravados no solo barrado, os rasgos das rodas de madeira das carroças puxadas pelos bois” (Trecho de entrevista cedida por Pilé, em agosto de 2013).

Figura 10 – Foto aérea em arquivo da comunidade datada de 1988. Toda essa faixa de moradias está hoje debaixo do mar.



Fonte: Arquivo da comunidade.

O fogo de lenha, o leite de coco e o cheiro verde são os ingredientes indispensáveis no cardápio tradicional. Buscar lenha é uma tarefa que exige cada vez mais tempo e energia, pois não existe na comunidade nenhum tipo de vegetação, só areia e mar. Para cozinhar os alimentos familiares, se procura nos morros restos de raízes de árvores que aos poucos são descobertas pela erosão dos ventos. Eles fazem as areias rolaem de um lado a outro, cobrindo e descobrindo os troncos de vegetações antigas indispensáveis para os lenhadores da comunidade. Quem possui um bom machado e uma carroça puxada por

⁵⁵ Em 1982, a medida de terras de posse mediam 749 ha. Essa mesma medida foi reivindicada no pedido de usucapião pela comunidade em 1983. Atualmente, com o avanço do mar, as terras de praia caíram para 610 ha. Uma diminuição de 139 ha de terras que se tornaram mar, num espaço de 30 anos.

jumento, ganha algum dinheiro com a venda dessa lenha, que também vai deixando de ser carregada em feixes na cabeça.

Nos morros, pegar, grosar ou lancear a tarrafa nas marés ainda é uma alternativa para os dias em que falta o peixe. São carregados em urus de palha ou a sacola que serve de depósito para guardar cada um que é pescado ou arrancado do buraco.

Até o começo dos anos 1990, não havia fruteiras e nem quintais demarcados com cerca. As crianças, para comerem alguma fruta, precisavam descer o morro ou esperar pelas safras, quando apareciam na praia aquelas pessoas levando mangas, caju, murici, melancia, coco, milho verde, batata doce, para trocar por peixe. Havia ainda os casos das famílias que visitavam parentes na vizinhança, levando o peixe e trazendo para casa outras variedades de alimentos, como a batata e a farinha, principalmente.

6 LUTAS E RESISTÊNCIAS

“Deixa eu começar do comezinho... Eu me lembro que se dizia: ‘a terra aqui vai ser toda loteada. Porque já andavam vendendo o morro’. E vinha um homem marcando ali... A gente estudava com a irmã da Inez, a Vilanir. Ela morava ali... Ela disse: ‘tenho uma irmã que tem conhecimento com a arquidiocese...’ E começou as reuniões de mulheres. Nesse tempo, as casas eram tudo de palha. A gente sentava no chão do morro de noite e fazia as conversas... Depois teve o seminário rural...” (Geraldim)

Este capítulo enfatiza os impulsos que movem sujeitos locais numa busca constante por transformações sociais como: a beleza do mar que é tão disputada, a luta pela terra, as mulheres e as lideranças.

6.1 A beleza do mar em disputa – a luta pela terra

A comunidade de Prainha do Canto Verde, em 1980, inicia uma luta para permanecer na terra contra a imobiliária Antônio Sales. Mais adiante, a luta se direciona para Henrique Jorge e, em seguida, para Tales, o atual dono de uma instituição de educação particular conhecida como Farias Brito. O começo dessa luta é relatado Veinha, como se segue:

[...] deixa eu começar do comezinho. Eu lembro que se dizia: - a terra aqui vai ser toda loteada. Porque já andavam vendendo os morro. E vinha um homem marcando ali... a gente estudava com a irmã da Inez, a Vilanir. Ela morava por ali... e neste estudo com a Vilanir a gente começou a conversar: - tem um homem marcando acolá e dizendo que o morro já estava vendido... e ela disse: - tenho uma irmã que tem conhecimento com o MEB – Movimento Eclesial de Base, da Arquidiocese e tem uns conhecimentos. Ela veio morar aqui e ser a professora porque a Vilanir precisava se afastar... Pedimos peixe, arroz e recebemos eles que vieram ajudar... e *começou* as reuniões com as mulheres. Nesse tempo, as casas *era* tudo de palha. A gente sentava no chão do morro de noite e fazia as conversas. Depois, a gente recebeu muito mais gente que foi no **seminário rural**. Dessa vez, a gente cobriu uma latada com pano de jangada, eram pra mais de duzentas pessoas. Primeiro a gente cantava assim: - [...] Sou, sou teu Senhor, sou povo novo resistente e lutador. Bendito louvado seja esta santa romaria, bendito povo que luta, bendito povo que luta tendo Cristo como guia... em 81 e 82, Antônio Sales entrou com pedido de usucapião. Aí eles orientaram que agente podia entrar com o **direito** de uso capião. Era nosso direito de posseiro e não de grileiro. Rolou, rolou, quando a gente foi, em 84, 85 o juiz deu direito a ele. O nosso advogado era o Dr. André Luiz, que descobriu que aqui era terreno da união e isso podia ser discutido aqui. Eles perderam em todas as instâncias e até no Supremo... (Trecho de entrevista cedida por Raimunda Ribeiro, ou Veinha, em agosto de 2013).

Essa luta tem alguns episódios registrados nos versos dos pescadores Iaga, Zé da Nega e Valtécio, que relatam os acontecimentos do conflito da terra. Falam na canção das reuniões, das resistências e dos amigos que deram apoio às lutas, como a que se segue:

Questão de terra,
Um dia desse, tava na casa da vizinha.
Quando chegou uma mulher me disse assim,
Valtécio, lhe peço por caridade,
Traga o André perto mim.

Questão de terra amor,
Eu não entendo não,
Fale com o Pe. Gerardo,
Ele dá uma explicação.
Fale com o vigário ou o Pe. Moacir,
É Deus quem me conduz,
Parece que foi Jesus,
Que botou o André aqui.

(Autor: Valtécio)

Nessa letra, o André é o advogado que defende na justiça os direitos de uso da terra dos pescadores contra a invasão da imobiliária. Os padres davam apoio à luta. Na letra seguinte, o caso da casa da Cleonice, filha de dona Alzira do Juvenal (falecida), que por ser uma mulher sozinha, casa de palha, se tornava a mais vulnerável e foi ameaçada de ser expulsa com outra construção de alvenaria rodeando a sua casa.

A investida da prefeitura dava apoio à imobiliária e, com isso, ela negava o direito de posse dos moradores da comunidade sem nenhum procedimento de diálogo. A questão foi parar na justiça, levada pela prefeitura, na administração do prefeito Eduardo Queiroz, que ao ver seu projeto, totalmente destruído pelas crianças da comunidade, que derrubaram a construção armadas de paus e ferramentas, acusou a professora de ser a responsável pelo prejuízo, levando a mesma a ser detida na sala do juiz de direito, Dr. Luiz Girão. O intuito era de fazê-la confessar a responsabilidade direta de mandante, portanto culpada pelo prejuízo⁵⁶. A letra diz:

Eu vinha da areia vermelha,
Encontrei uma mulher triste a chorar,
Era triste ver a coitada,
A casa laçada não podia morar.

Que administração danada,
Que administração errada,
Que ninguém assumiu,

⁵⁶ A professora a que se referem era eu. Tinha acabado de nascer o meu filho Tiago, e eu andava lentamente pós-operada de uma cesariana.

Não sei se foi o prefeito,
Ou o nego Til.

(Autor: Valtécio)

As formas de lutas pela posse da terra em Prainha do Canto Verde se manifestaram de diferentes formas e parte delas estão registradas também em documentos como o jornal da Arquidiocese Terra Livre Gente Livre, como se observa abaixo:

Prainha do Canto Verde, 14 de Outubro de 1984.

Prainha do Canto Verde é uma comunidade de 127 famílias de pescadores e labirinteiros. Desde 1982 que esta comunidade luta na justiça por seus direitos. A imobiliária Antônio Sales Magalhães tenta tomar as terras de posse dos pescadores. A comunidade se organizou desde esse ano e luta contra a intromissão da imobiliária em suas terras. Os pescadores protestaram na justiça mostrando que esta imobiliária não tem terras ali para autorizar nem um tipo de construção.

Logo em seguida, um pobre pescador, igual aos outros assume a construção de um posto médico rodeando a casa humilde de dona Cleonice. Ele alega que a imobiliária deu documento de doação de um pedaço de terra, onde está hoje o grupo escolar⁵⁷. Assim, esse posto médico estaria também sendo construído nesse mesmo pedaço de terra *ofertado* pela imobiliária à prefeitura.

Ora, se a imobiliária não tem terras ali então, como poderia doar terras à prefeitura? E a questão vai à justiça.

Por causa disso, o prefeito de Beberibe em encontro com a professora Maria Inez de Lima faz repressão usando de ameaça: “ou se une com o Sr. Til ou um dos dois tem que sair; - ‘E o Til eu não posso tirar porque é suplente de vereador eleito pelo povo’. Outra saída segundo ele, é a professora deixar de se reunir junto à comunidade porque ‘ela faz a cabeça do povo’.

Todos nós sabemos que ninguém faz a cabeça de ninguém. O que acontece é um despertar do povo para a realidade. Isso é o que está acontecendo em Prainha do Canto Verde. E o prefeito acha que a professora é *responsável* pelo prejuízo causado a administração, no momento em que a construção do posto médico rodeando a casa de Dona Cleonice foi embargada pelo juiz de direito da comarca de Beberibe.

A forma de respaldo que o suplente de vereador Til usou, foi mostrar para o prefeito, um abaixo-assinado que conseguiu usando a pergunta: ‘quem deseja a construção do posto médico?’. Assim, fez ver ao prefeito que a comunidade Prainha do Canto Verde era composta somente de quatro pessoas, e nessa carta desfazemos essa afirmação.

A comunidade deseja um posto médico sim, mas não em cima da casa da Cleonice. Nós não somos quatro pessoas.

Prainha do Canto Verde está firme, não cede seus direitos a ninguém.

‘A terra é a primeira promessa que Deus faz a Abraão (Gen. 12, Iss.)’

Pedimos que esta carta seja lida nas reuniões nas celebrações. É mais uma luta ‘dos pequenos contra os grandes’.

Assinam a carta 45 pessoas.

Essa carta está publicada no boletim informativo da Arquidiocese Terra Livre Gente Livre (Anexo E).

⁵⁷ Refere-se ao grupo escolar mais antigo.

6.2 As mulheres da comunidade de pescadores: guerreiras que lutam contra a maré

As mulheres foram as primeiras pessoas com quem me reuni depois da licença concedida pelo conselho da comunidade de Canto Verde. Elas são protagonistas da luta pela terra e por isso possuem muitos conhecimentos da história da comunidade. Nestas reuniões, elas analisam os fatos corriqueiros do dia a dia, no intuito de responder aos desafios dos enfrentamentos diários.

Participei de uma das reuniões das mulheres em agosto de 13 e, entre os problemas discutidos ligados à convivência do atual contexto, a Veinha, Raimunda Ribeiro, fez várias intervenções para situar as novas companheiras de como vem se dando a história das lutas e intervenções das mulheres da Prainha.

Assim, todas as falas das mulheres me ajudaram a constituir um retorno nos fatos ao longo do tempo delas. As mulheres da comunidade ocupam lugar de destaque nos enfrentamentos e embates políticos, nos processos de educação e escolarização das crianças e delas e deles próprios, como aconteceu em 1981, quando levaram seus maridos para a sala de aula. Mesmo justificando que chegavam do mar cansados, foram estimulados por suas esposas a participarem das discussões em sala de aula. As principais foram: Raimunda ou Veinha, que levou seu marido Pilé, Dona Auzira (em memória), com o seu marido Edimilim (em memória), Terezinha e o Zé da Nega, Bibi e o Chinha, Maria e Geraldim, Helena e Militão, Irene e Adersom, o Zé Ramos, D. Maria e seu Hiaga, Pedro, Mamede e Graça. Maria Boi (filha de Tia Boi ou Boi Veia), Lúcia, Mirtes, D. Joana, Cleonice, D. Nazaré e seu Joaquim, Maria Boi, Chico da Rosa, o Raimundo Biró e a Preta (em memória), era filha da Maria do Dimilso (em memória), o Natinha e a dona Zefa (moradores na Prainha velha), Vanda, Apolônia. Dona Lúcia, Alzira do Juvenal (em memória), dona Joana. A maioria delas estava na sala de aula aprendendo a ler e escrever.

O trabalho foi iniciado nas novenas e na sala de aula, onde se reuniam para serem alfabetizadas no projeto MOBREAL em 1980/81. O tema gerador terra, trabalhado na escola, aprofundou as descobertas. A imobiliária já estaria aprovando documento de usucapião nos próximos três meses daquela data. O referido documento negava a existência de todas as residências das 104 famílias de pescadores a favor da posse da imobiliária,

Em 81/82, a imobiliária chamada Antônio Sales entrou com pedido de usucapião. Ora, usucapião é um direito do possessor e não de grileiro. Essa questão mobilizou a comunidade, que fez manifestação com caminhada, passeata nas ruas de Beberibe, trouxe o juiz aqui e ele andou pelas areias do morro. O resultado é que eles perderam

em todas as instâncias e até no Supremo que deu causa favorável para a comunidade (Trecho de entrevista cedida por Márcia, em agosto de 2013).

Daí se iniciou um processo participativo de aprendizagem, que se define em luta necessária pelo direito de permanecer na terra de origem. Tomando caráter de resistência, a primeira ação do grupo foi conquistar a presença dos maridos na sala de aula, já que eles contrariavam o interesse delas em estudar.

Realizada a primeira tarefa, o grupo de mulheres, agora junto a seus homens pescadores, seus maridos, refletiram as preocupações com a ameaça de perderem suas moradias e assim começou o enfrentamento. A ameaça vinha de cima para baixo, com o programa da Política Nacional de Turismo, recursos do Banco Mundial com investimento no mundo e no Brasil – O PRODETUR – projeto de turismo proposto para alinhar o Nordeste ao movimento do mercado turístico global. O Governo Federal e os governadores nordestinos idealizaram um programa turístico para a zona costeira, justificando desenvolvimento na região e criando polos de turismo do Prodetur-Nordeste.

Sustentado com dinheiro do Banco Mundial e coordenado pelo banco do Nordeste, o PRODETUR trata de uma política que oferece condições para a ocupação turística do Nordeste. Atrai grandes empresas, especialmente a rede hoteleira e os *resorts*. A lógica que sustenta o projeto busca se ajustar à economia global. O que se pode chamar de política econômica desenvolvimentista, pois prioriza o projeto capitalista de modernização dos espaços e é voltado para as elites. As pequenas comunidades litorâneas do Leste de Ceará, como a de Canto Verde, que não buscaram se contrapor em curto espaço de tempo a essa política, tiveram seus territórios invadidos e tomados, dando lugar hoje a grandes hotéis, pousadas e entrada de turistas estrangeiros. A chegada destes, pagando para permanecer nas áreas de mar, significou desterro para as famílias de pescadores, que foram simplesmente arrancados das praias e enviados para áreas distantes. Muitas foram para a periferia da cidade e outras se tornaram caseiros das casas de veraneio.

Poucas foram às comunidades onde as famílias de pescadores encontraram sustentação para permanecer próximo às suas jangadas com direito de se manter na pesca. Duas grandes dificuldades desse processo são evidenciadas: a primeira delas porque perderam o direito de residir próximo ao seu local de trabalho e de cuidar de suas jangadas. A segunda, pela dificuldade de comercializar o peixe, dada a situação de desarticulação do grupo de pesca naqueles locais, ocasionando a perda de referência. Canto Verde foi uma das comunidades visadas, mas se diferenciou pela resistência. Segundo Raimunda Ribeiro, mulher de pescador,

foi “na escola onde aconteciam novenas com muita reflexão que tudo começou” e continua ela:

Quando eles vieram aqui, pedimos peixe, arroz pra fazer a comida. E começou as reuniões com as mulheres. As primeiras reuniões *era* na areia do morro, com lampião a gás. Nesse tempo, as casas eram de palha. A gente depois fez uma latada, coberta com panos de velas de jangada e teve o seminário rural com mais de 200 pessoas.

Se cantava: - ‘Bendito louvado seja esta santa romaria; Bendito povo que luta, Bendito povo que marcha tendo Cristo como guia. Sou, sou teu senhor, sou povo novo diferente e lutador, Deus dos oprimidos, dos peregrinos...’ (Trecho de entrevista cedida por Raimunda Ribeiro, em agosto de 2013).

Dessa forma, é possível afirmar que na escola se pode combater o preconceito racial e na afirmação, pois ela tem poder de intermediar relações, ao institucionalizar ações transformadoras. A escola tem poder de gerar um movimento que intervenha nos espaços e contextos, fazendo mudanças nos comportamentos e nas decisões de longo alcance. Esse processo, na sua forma política de ser, é capaz de possibilitar desvelamento de posturas opressoras numa perspectiva multicultural de respeito aos valores culturais, como vemos em Romão (2001, p. 20):

Ao olhar para alunos que descendem de africanos, o professor comprometido no combate ao racismo deverá buscar conhecimentos sobre a história e cultura destes alunos e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos em suas posturas, linguagem e prática escolar; reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural da educação.

A educação formal foi um instrumento que gerou estratégias como a valorização da cultura local do jeito de falar, da culinária, dos costumes, das atitudes, mudança de postura a valorização da cultura local. Os bordados, que foram ensinados para as jovens, foram mais tarde aperfeiçoados e hoje ajudam na complementação familiar. “Aprendi a bordar com a Inez na escola em 1983 na escola”, diz a Aila. Esses sujeitos se descobriram e tomaram os remos, para garantir o rumo da vida do coletivo.

As mulheres mais idosas da comunidade se tornaram referência e se mantiveram como animadoras responsáveis para pensar os encaminhamentos constantes no processo da luta fora da sala de aula. Diferentes posições políticas se confirmavam nos conflitos que negavam o direito da comunidade permanecer na terra. O poder de fala dos moradores e as diferentes compreensões mostraram que não só havia os que se colocavam contrários ao enfrentamento da luta contra a imobiliária, mas também definia posições entre uns e outros do mesmo local. Famílias se dividiram entre essas duas situações, como acontece ainda hoje.

Nessa mudança de postura política, esses sujeitos se afirmaram e modificaram formas de ver e de fazer intervenções na realidade. Cada um sendo coerente com o seu ponto

de vista político. O aprofundamento e descoberta de novos conhecimentos, o levantamento de potenciais e elaborações constantes de estratégias foram possibilitados nas reflexões sobre a causa do problema provocado pelo conflito com a imobiliária. Ultrapassando limites de espaço e gerando possibilidades, usaram como instrumentos de luta a construção de alianças com outros atores e organismos favoráveis, como as relações intercomunitárias, onde encontraram amigos que deram apoio e se tornaram aliados. O “ouvir e refletir” toda informação corriqueira do dia a dia foi outra estratégia encontrada e utilizada nas rodas em torno das cozinhas, na sombra dos oitões nos finais de tardes, nos encontros de rezas.

Assim foi também com a confiança gerada e a escuta das histórias de vida de cada um(a), onde se traduzia os gostos, crenças, dificuldades e alegrias, o que possibilitou oportunidade de afirmação dos valores culturais locais. As tensões no enfrentamento das novas reações exigiram ter o controle das emoções e ter o pensamento rápido, para dar respostas coerentes, perceber potenciais e apontar os possíveis caminhos no enfrentamento da luta. A leitura da percepção de cada uma, dos ânimos, se fez presente e foi interpretada nas reações das pessoas através de cada movimento físico, sutil, subjetivo, emitido entre as falas e as expressões faciais, na linguagem do corpo.

Composições de pescadores, como o Valtécio, Zé da Nega e Geraldim, cantadas e comentadas por todos os moradores crianças, jovens e adultos em diferentes momentos ajudavam a trabalhar entendimento, e de forma lúdica ajudava na apropriação das questões discutidas no dia a dia, além de distencionar ânimos. A letra que se segue foi escrita nos anos 80, bem no início do conflito e estimula a comunidade a continuar:

Comunidade pai d'égua,
 Como essa aí eu não tinha visto não,
 Comunidade na luta enfrenta guerra,
 E na luta da terra não perdeu uma questão,
 Quando chego perto da comunidade,
 Sinto a força chegar perto de mim,
 Então eu digo vamos dar as nossas mãos,
 Unir nossos corações,
 Comunidade é assim.
 Quando me acho preocupado,
 Meto a cabeça no mundo,
 Viro azavesso a cidade,
 Pode vir juiz e prefeito,
 Mas não derruba a nossa comunidade.
 Derruba não, não, não, não, não...
 Mais não derruba a nossa comunidade

(Letra do pescador Zé da Nega)

A “força que chegava...”, dita nos versos do pescador, era erada na participação comunitária, que se baseava nos princípios da educação formal, no aprender a ler e escrever, onde as mulheres se destacavam. Nas vivências intensas da cultura local, havia uma clareza pedagógica de que a comunidade precisava continuar estimulada para continuar o enfrentamento e resistir aos avanços da imobiliária.

A escola foi o local onde se buscavam respostas para as informações sobre os possíveis beneficiamentos ou prejuízos em torno da questão da posse da terra. A metodologia estava se constituindo a partir do movimento possibilitado na reflexão de cada ocorrência, pelo exercício de refletir a valorização das pessoas e dos costumes do lugar, com todo o seu jeito próprio de ser. Esse jeito de achar beleza nos saberes, nos costumes, nos limites e nas formas solidárias de enfrentar as dificuldades não mudou ao longo dos anos, se faz sentir nas falas das mulheres de hoje presentes nessa reunião.

Nas conversas pelas cozinhas e nos terreiros pela manhã, ou nos intervalos entre os fazeres domésticos, dos causos locais e das reações nas vivências, é que foram traçadas as estratégias para os enfrentamentos no dia a dia do conflito. Elas que oportunizaram preparação para enfrentar os desafios e abriram caminhos onde se ia inserindo processualmente novas dinâmicas de atuação.

Elas foram as responsáveis pela fortaleza e valorização dos costumes herdados historicamente do jeito de falar, das credices, das contações de contos e histórias do mar, nas canções e cantigas elaboradas a partir das situações diárias, no jeito de fazer a comida e de se alimentar.

O destaque atual da reunião que participei foi para uma denúncia da violência contra as mulheres. Elas conseguiram que a TV Diário estivesse no local em agosto de 2013, para uma matéria que teve o título: “As mulheres na Prainha são contra a violência e denunciam as investidas de um maníaco que vem agredindo inclusive mulheres casadas”. O caso polêmico gerou uma articulação entre as mulheres da região.

O beneficiamento desse processo de apropriação das mulheres se reverte a favor da educação na comunidade, e se torna visível na fala delas, quando dizem “a escola precisa dar conta de incluir no currículo escolar a história de luta da comunidade” (Trecho de entrevista cedida por Marlene, professora).

A Veinha, conversando com suas companheiras lembra que, em 1983, as reuniões eram realizadas “na areia do morro”, onde rodas de conversas e interpretação de textos bíblicos eram usados considerando cada situação. O cuidado de como expor as falas na reunião e de como encaminhar pedagogicamente todas as contribuições, fossem de

conveniência ou de discordância que viessem das participações, inclusive as provocações, deu às mulheres um aprendizado.

O que fundamentava aquele movimento era a vontade de instrumentalizar o fortalecimento da luta, estudar as situações conflituosas que geravam os problemas, e promover a integração entre os participantes homens e mulheres. Assim se fazia também com a transposição dos fatos nos contextos das leituras escolhidas intencionalmente. Com elas se emendava as discussão dos conflitos do dia a dia. Isso se tornou uma prática pedagógica.

[...] era a merma coisa de hoje, a saúde, a educação, a festa do padroeiro, a regata, a alimentação, a venda do peixe, o labirinto. A gente sentava no chão de areia porque ainda não tinha o Centro. Na luz do lampião a gás. Depois nós *tivemo* o Seminário rural que veio aqui mais de duzentas *pessoa* e aí os homens *fizero* uma cobertura com vela de jangada, foi uma semana de reunião, veio o bispo D. Alufzio e [...] aqui nós já tivemos muita coisa, tudo pela luta, alimento pra todo mundo daqui quando foi seca, material de casa para aquelas que o morro enterrava, dinheiro pra comprar material de labirinto pra nós mulheres, que ainda tem coisa aqui desse dinheiro... (Trecho de entrevista cedida por Raimunda Ribeiro, ou Veinha, em agosto de 2013).

Figura 11 – Vista da comunidade em 1984



Fonte: Arquivo da comunidade.

As mulheres de Prainha do Canto Verde ampliaram as relações com outros grupos das comunidades vizinhas. Essa é uma estratégia que acontece ainda hoje. As relações coletivas criadas pelas mulheres envolvem temas os mais diversos que vão desde o comportamento das crianças na escola, a saúde, até a violência contra a mulher.

É a união das mulheres que lutam pelos seus direitos, combatendo a violência, opressão, maus tratos, exploração e abuso sexual. A nossa participação no conselho municipal de mulheres do município está dando oportunidade de nossas questões se tornarem conhecidas pelas outras mulheres. Precisamos continuar achando como incluir outras mulheres da comunidade nessa nossa luta. As questões de gênero precisam ser trabalhadas com cautela evitar conflito com nossos esposos. (Trecho de

entrevista cedida por Marlene, na reunião do grupo de mulheres, em agosto de 2013).

Constatações que fiz em uma série de relatórios que vão para além dos anos 1990, dão conta de que sempre houve alternância nas discussões das mulheres entre as que tratavam das relações com os maridos e que avançam para discussões políticas maiores como a violência e a inserção na luta local.

Essa é uma posição política, que atravessa o pensamento, a ação individual e coletiva, nossos imaginários e nossos corpos. Nossas sexualidades, nossas formas de agir e estar no mundo. Cria uma espécie de quilombo das práticas sociais e construção de pensamento de acordo com as próprias experiências concreta. (CURIEL, 2009, p. 70).

As mulheres conseguem dar conta de que os desentendimentos familiares muitas vezes se confundem e se tornam um dos motivos de doenças e, assim, são levados para os consultórios médicos. A esse respeito vale a consideração de Carneiro (2013, p. 02) quando diz ser necessário que as lutas das mulheres superem as desigualdades e as ideologias contra o racismo:

[...] a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades, não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo.

As reflexões das mulheres na reunião vão desde as questões recentes de forma madura comentada pela Raimunda Ribeiro, a Veinha, uma das primeiras mulheres do movimento local e pela Marlene, professora na Escola Bom Jesus dos Navegantes:

A gente tinha um grupo de mulheres que discutia as coisas, os problemas, curso sobre gênero, falava de direitos, a gente se juntava com as mulheres de muitas outras comunidades, fomos até se reunir lá no sitio Banguê no Pacajus... esse grupo precisa discutir as coisas da reserva... nós *tem* que *tá* de dentro. O que tiver, nós *tem* que *tá* no meio. Não gosto de separar muito as coisas, nós temos que colocar o que a gente é, o que nós a sente... daqueles tempos pra cá o quanto a gente já fez... aqui tinha ambulância, fazia mutirão, jangada comunitária, a ensino médio pros adolescentes... desde o começo as crianças estavam no meio... (Trechos de falas coletivas na reunião do grupo de mulheres, em agosto de 2013).

Das conversas entre as mulheres, destaco três falas importantes. A primeira que se refere à valorização da experiência, tratando de profetizar o futuro olhando para os aprendizados já adquiridos. A segunda, que dá ênfase à educação escolar como estratégia para formar os novos habitantes do lugar. A terceira, que pensa a estrutura do grupo cuidando da divulgação do movimento e de estimular a integração das outras mulheres.

A escola da comunidade é o caminho reconhecido já por elas para levar as pessoas a se assumirem enquanto sujeitos do processo. Ela opera na definição de projeto político

local, contrariando o projeto neoliberal e emancipa esses sujeitos, pois, dos primeiros responsáveis pelo enfrentamento da luta pela terra, parte uma geração nova, que continua com o mesmo espírito de resistência. Em 14 de março de 2006, em Brasília, o Supremo Tribunal de justiça fez votação unânime em favor da comunidade. Prainha do Canto Verde ganhou a briga na justiça contra a imobiliária.

Essa geração tomou os remos desse processo e chegou à conquista dessas terras como uma Reserva Extrativista – RESEX, titulação federal que assegura a posse para a população de Prainha do Canto Verde das suas terras de mar.

A situação de conflito posta pelo sistema capitalista, que através da imobiliária pretendeu expurgar os moradores, também favoreceu autonomia e apropriação da identidade cultural, promoveu a descoberta da criticidade e de valores. As mulheres propiciaram a abertura de novos caminhos, fazendo uso do espaço da escola, desde o curso de alfabetização de adultos. As mulheres dinamizaram vivências, agregaram outros aprendizados e descobertas. Elas levaram seus homens a estar junto na mesma sala de aula, depois de um trabalho de convencimento individual. Lutam pela participação coletiva, enxergam de longe os problemas, pressentem as ameaças e se apressam em buscar na educação para seus filhos a sustentabilidade da continuidade dessa luta de todo dia. Buscam se afirmar e se fazer escutar, em grupo, com os maridos e, principalmente, pelo sistema de dominação, intervindo sempre.

A Veinha menciona para suas companheiras a importância de manter a comunidade integrada, mesmo com os que não acreditam e são contrários: “nós não *lutamo* só pra uns, e sim pra todos que moram aqui, e os *fio* dos nossos *fio*”, diz ela, e continua:

[...] por isso, é importante trazer outras mulheres *pro* grupo, e os homem também. A gente precisa ter eles do lado pra quando precisar de enfrentamento. Os jovens também. Eu *to* achando muito importante saber desse trabalho que *tá* sendo feito com as crianças nas artes. Isso é muito bom. Foi porque as crianças desde o começo participavam da luta, que hoje a gente, esse povo, continua o que a gente começou. (Trecho de entrevista cedida por Raimunda Ribeiro, em agosto de 2013).

6.3 As lideranças

A comunidade de Prainha do Canto Verde desde muito tempo atrás percebeu que não é só de pesca que se vive e, diante dos desafios da luta pela terra, começou a se organizar.

A prainha de hoje tem um grupo definido que continua o processo de fortalecimento da luta, composto por alguns dos pais daquela época, que constituíram o Conselho da Terra. Os filhos deles, que foram as crianças da festa do grosar, primeira geração educada na luta. Eles estão envolvidos em uma série de cuidados, como as aulas de educação

religiosa, as comissões que integram o processo de educação que pretende garantir o respeito, a cultura, o cuidado com a qualidade de vida dos moradores e a preservação da terra para todos os moradores, como era no começo. O turismo sustentável se inclui nos dias de hoje como uma alternativa econômica. Uma das ações de renda é preparar as casas dos pescadores para receber visitantes. Trabalham na perspectiva de ordenar as casas, tratar a água, gerar renda, cuidar do meio ambiente, do mar, zelar pelo espaço que possuem, conviver com os conflitos e vencer os novos desafios.

Os filhos destes, netos dos primeiros e terceira geração desde que começou a luta da terra, estão vendo seus pais atuando em movimentos políticos de diversas dimensões, desde a participação local até as de nível regional e nacional, como é o caso do Dedé, do Wellington, do Márcio Félix, do Beto, da Marlene e do Paim, entre outros. É fato que, hoje, as discussões que envolvem a integração dos jovens na vida da comunidade também ganham mais sentido, mesmo com as dificuldades⁵⁸. Ganha destaque a quantidade de jovens que responde pelos encaminhamentos sociais da comunidade e cuida de mobilizar processos importantes, como a educação na escola local, a associação de moradores, os cuidados com a religiosidade. As discussões políticas não se resumem mais apenas à captura do peixe, mas também aos cuidados com o uso do chão, a memória, em função da posse do território.

O espírito de luta e resistência do grupo que iniciou a luta pela terra conseguiu chegar até as gerações novas, filhos, netos, e os que ainda vão chegar, a sua experiência, para a construção de uma luta coletiva na comunidade.

A fundação da primeira associação de moradores foi presidida pelo Geraldo Ferreira, o Geraldim, em cuja fala cita as lideranças no seu período de gestão:

Considero que as pessoas mais importantes na nossa luta foi o Pilé, o Dimilsim, a Veinha, a dona Auzira. No meu tempo, as coisas eram muito difíceis. Tenho certeza que nem dos que estão hoje nessa associação sofreram mais do que eu. Passei por muitas dificuldades, primeiro porque eu e nem os outras tinham experiência com associação. A gente não sabia, mas conseguimos encaminhar muita coisa... (Trechos de anotações em Diário de Pesquisa).

O segundo presidente foi o Zé Ramos, cujo depoimento se segue:

No meu tempo, as coisas não eram tão ruins, tinha o carro que fazia o transporte das coisas da associação, fiz boas amizades, o nível de conhecimento aumentou, passei a entrar e a sair nos fóruns com advogados nas audiências públicas. No entreposto de pesca, não media esforço para isso. Preparava minha fala e os documentos, quando tinha que sair para enfrentar os obstáculos ou para encaminhar dificuldades. Decepção não tive, enfrentei muitas vezes minha própria família para ser a favor da comunidade. Mesmo sendo evangélico, não fiz acepção de pessoas, colocava minha

⁵⁸ O uso de drogas na comunidade tem aproximado pessoas de outros espaços em busca de expandir esse negócio.

jangada à disposição do Santo Padroeiro da comunidade. (Trechos de anotações em Diário de Pesquisa).

O terceiro presidente da associação de moradores foi o Beto, cujo depoimento se observa em seguida:

Chegar a ser presidente foi natural, porque eu já havia participado da diretoria da associação, o que ficou foi o conhecimento, o desafio e a dedicação. Das audiências, eu sabia o risco de vida que corria, planejei e participei de estratégias de enfrentamento, como foi o da derrubada da cerca levantado pela imobiliária, cercando e limitando nossos espaços. Cuidados de imobilizar, e telefone, e colocar barreira no alto da estrada para não dar acesso a passageiros naquele momento. Tive decepção, o trabalho de divisão do grupo na comunidade para cuidar de setores separados separa também a discussão da luta da terra. O que era dito é que a luta da terra era pra ser assumida pela associação. A prefeitura chegou depois dizendo que ia apoiar e o que fez foi desmontar o processo de organização (Trechos de anotações em Diário de Pesquisa).

Depois do Beto, a quarta presidente da comunidade foi a Marlene, que assumiu também a diretoria da escola. Em seguida, o presidente foi o Lindomar. Depois do Lindomar, a presidência voltou para o Beto, e nesse período está como presidente o Roberto Carlos (Paim). Os quatro últimos eram as crianças que “estudavam e brincavam” no começo da luta pela terra.

Novos comportamentos não podem ser introduzidos através de leis, mas têm que ser interiorizados pelas pessoas. A aspiração para uma convivência harmônica – com as outras pessoas e com a natureza inicia na infância e por isso é importante pensar na educação da próxima geração. No final não importa apenas quantos recursos naturais vamos deixar, mas também quais valores e quais rumos estão sendo traçados (KÜSTER, 2004, p. 136).

Figura 12 – Beto (assessoria do CDPDH), Pilé (pescador), Silvino (advogado), Beto (filho do Pilé).



Fonte: Foto cedida de arquivo da comunidade.

No ponto de vista do grupo de lideranças, a comunidade convive hoje com duas visões políticas que divergem entre si ideologicamente. Prainha do Canto Verde possui uma segunda associação de moradores, que toma assento junto à primeira no Conselho deliberativo da RESEX – Reserva Extrativista. A forma de pensar e defender o modelo comunitário pelas duas associações diverge, mas seguem num exercício democrático de enfrentamento político no mesmo espaço comunitário. Vivenciam e partilham de decisões importantes que envolvem as questões como o uso da terra e questões sociais do lugar. É a visão dos que buscam organizar o uso dos espaços na terra coletiva, como diz o Beto do Pilé: “na Prainha, temos vários ponto de vista. O que é mais forte é a visão de procurar o que é melhor para nossa vida”.

As visões políticas oscilam entre questões imediatas e a preservação do território a longo prazo para todos os moradores. Destaca-se o cuidado com o patrimônio coletivo e a vida melhor, em função de garantir espaço e produção no mar para as futuras gerações. O Beto, do CDPDH – Centro de defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – faz a seguinte análise:

A Prainha sempre teve dois lados, é importante trabalhar essa visão, mas precisa ser mostrado quem estava ou está do outro lado. Uma coisa é visível nessa história: quem pensa diferente desse grupo não tem dificuldades financeiras, e também tem entre estes os que nada possuem de renda definida, mas que pensam como tais. (Trecho de entrevista cedida por Beto do CDPDH, em 2013).

As formas de participação incluem os significados de fazer parte, de tomar parte, ou de se sentir apenas parte de um processo ou de uma ação coletiva. “E nessa relação, os aspectos da apropriação da identidade étnica cultural se torna um valor indispensável sem perder a noção de que é preciso para se sentir parte [...]” – pensar o todo. “A sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se nos interesses, aspirações valores e recursos de poder” (TEIXEIRA, 2001, p. 27).

Assim, a problematização passa por dar resposta aos interesses de todos e, ao mesmo tempo, considerar as particularidades de uns e o corporativismo de outros. Observar esses detalhes se torna indispensável nos processos das lideranças da comunidade, com o fim de se munirem de argumentações objetivas e subjetivas que garantam intervenção nos espaços públicos onde acontecem as negociações, onde se estabelecem os consensos e dissensos possíveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa deste trabalho começou mesmo antes dele existir. Isso porque eu já tinha muito dessa trajetória escrita estimulada pela emoção de ter estado como participante inserida nas lutas iniciais em 1980. Ele possibilitou reconstrução e valorização da cultura local, e concluo que com elas aprendi muito. Neles, se expressaram níveis de consciência avançados e de senso comum, processos de autonomia e de autoestima, pois os sujeitos de Canto Verde possuem uma história de lutas, dificuldades paralelas a grandes conquistas. O que consegui de informações nesta pesquisa foi além do que dei conta de dialogar. As informações passaram pelo tempo e o que colhi podem ser úteis como formulações pedagógicas pertinentes ao uso curricular pela escola.

Atores se destacam na comunidade como as mulheres que prezam pelos direitos, pela educação e pelo respeito entre os moradores em Prainha do Canto Verde. Elas prezam pelo diálogo e estimulam a participação comunitária e prezam pelos intercâmbios comunitários.

Compreender a dimensão do significado desse processo passa pela necessidade de interiorizá-lo, sentir na pele o significado de acordar ameaçado de ser expulso da terra de seus ancestrais que lhe foi deixada como herança. Acordar sentindo medo de perder o chão da sua casa, o seu quintal de mar, lugar de sobrevivência, para uma imobiliária que visa apenas lucro. Esses medos todos geraram na coletividade de Prainha do Canto Verde: vida comunitária, fortalecimento da identidade, autonomia e organização, que exige uma participação permanente e vigilante.

No decorrer das atividades de pesquisa em Canto Verde e Campestre da Penha, encontrei falas significativas, como a de Raimunda Ribeiro (Veinha), que profetiza o futuro dessa geração com uma visão afro-pedagógica: “não dá pra andar sem olhar para o passado e escutar a raiz. A escola precisa valorizar essa história da comunidade. O que é reserva? O que é imobiliária? O que é associação? As crianças e os jovens precisam conhecer essa história para compreender toda essa nossa caminhada, porque são elas que vão continuar essa luta”.

Os desafios que se colocam hoje para a nova geração de morar numa RESEX – Reserva Extrativista – compromete novas formas de participação, diante do entendimento sobre indagações como: o que significa e como estimular a participação de novas gerações que possuem uma história ligada a tão significativas conquistas como a de ser hoje uma Reserva Extrativista – RESEX?

O processo educativo vivenciado pelos moradores de Canto Verde faz parte de uma experiência rica em possibilidades de instrumentalização pedagógica, presente no cotidiano seja pelos conflitos que geram e sugerem novas dinâmicas de enfrentamento ou pelos processos de convivência no coletivo. São muitas as situações que tomam outras formas e exigem novas estratégias de superação, entre elas, a de não perderem os vínculos com suas raízes e de garantirem o ingresso de jovens na profissão de pescadores.

As modificações estruturais visíveis como: a estrada asfaltada, que deixou de ser caminho de areia; a energia elétrica, que dispensou o uso da lamparina de querosene; o gelo nas jangadas, que dispensou o uso do sal; os novos modelos de embarcações – catamarã – que se adianta aos recursos melhorados da pesca ultrapassando a jangada; as casas, que no princípio eram de palha, foram de taipa com chão batido de barro, e hoje garantem espaço para hospedagem, com o turismo familiar, são algumas das transformações que desafiam a formação dos jovens. Eles são os futuros agentes das próximas modificações, incluindo sempre a convivência saudável com os recursos naturais, que aos poucos parecem se tornar cada vez mais escassos, seja diante do desafio de terem sua terra sendo encolhida, a cada avanço da maré alta, seja nas espécies de pescado, que também vão demonstrando diminuição.

O movimento social dos pescadores e pescadoras de Canto Verde coloca desafios e exige se buscar acompanhar: a melhoria das suas embarcações, tecnologias novas de pesca e novas de comercialização; o avanço do mar na área da reserva; o desafio da pesca predatória, diante da escassez da lagosta e do peixe; a educação na escola dos seus filhos.

A Reserva de Canto Verde se move buscando respostas para esta realidade quando já pertence a eles várias estratégias de consideradas inovadoras como: a experiência de fazer rodízio nas áreas da pesca no mar, com a finalidade de garantir reprodução das espécies; os filhos dos filhos da luta se capacitando em cursos superiores e ocupando os espaços de educadores da escola; a Instituição Terra Mar, que os acompanha, e amigos da Universidade; a participação no Movimento Nacional de Pescadores; as mulheres, que continuam as reuniões sendo acompanhadas pelas primeiras que geraram o movimento de luta pela terra. Entre outros.

Cada fato marcando um novo tempo, que deixa de ser novo tempo e entra para a história, cravando nela nomes de pessoas queridas, que também no seu tempo, passam e deixam suas marcas. Por isso, considero importante incluir nas referências pedagógicas da escola para as novas gerações as imagens e as contribuições que cada um no seu tempo deixou para os que vão chegando. Cada um no seu tempo, dando continuidade às lutas e

movendo as construções iniciadas, como foi a dos negros libertos, primeiros moradores; os pescadores que realizaram grandes viagens; os alunos da escola de 1980, que iniciaram a luta de resistência até a conquista da RESEX – Reserva Extrativista; o papel da igreja no apoio a essa luta considerando a contribuição das CEBS – Comunidades Eclesiais de Base; a Equipe de Assessoria as Comunidades Rurais da Arquidiocese de Fortaleza e do CDPDH – Centro de Defesa; o apoio incondicional dado pela Igreja, com o então Cardeal Bispo D. Aluísio Lorscheider e do Padre Geraldo vigário de Beberibe.

Nesse estudo, ainda não pude responder a todas as perguntas que formulei e que precisam de aprofundamentos. Considero que o meu exercício aqui contemplou uma leitura entrelaçada das africanidades da comunidade com a minha história de vida e alcançou aspectos do contexto atual de Canto Verde. Assim como a presença de um dos desafios da modernidade: as categorias de ideologia, cultura e ritual simbólico não podem deixar de fora as categorias da esfera econômica e de classe, a fim de se entender a dominação e a luta dos dias atuais.

A escola é um dos espaços institucionais de formação dos sujeitos, assim como a comunidade e as relações familiares. Num vai e vem das relações entre os sujeitos locais, os valores afrodescendentes são capazes de fortalecer os movimentos da cultura que se move e se faz ver nas características coletivas da comunidade. Assim, o referencial simbólico das tradições e experiências localizadas são capazes de se configurar em elementos de formação política da comunidade. Da mesma forma que as reações resultam em forças articuladoras de resistência, não podem perder de vista o contexto histórico do lugar, suas raízes e a sua cultura de origem como elementos básicos de cuidado com o futuro das novas gerações.

As evidências de africanidades mais fortes deste trabalho estão nas situações como a do dono do engenho; o contexto de produção da comunidade de Campestre da Penha; a casa de farinha e a culinária, peixe com pirão e tapioca de goma; o barracão na Prainha que tinha o nome de Mazagão nos levando a Marrocos na África; os papangus; os coqueiros e as lendas da Tia Boi. Além da afirmação da mãe do Pilé, dona Maria Boi: minha mãe dizia que a mãe dela veio da África.

Em toda essa trajetória que delineia o perfil da comunidade de Canto Verde e encontra sentido nos valores e saberes culturais que passam pelos aspectos espirituais, materiais e imateriais integram – como nos diz Hampâté Bâ (1983): - “é a grande escola da vida”. Assim como as relações entre as pessoas; a origem da comunidade; e a interação da comunidade com os elementos da natureza.

Nessa trajetória, considero que o principal desafio foi trabalhar com a memória e dialogar com as questões atuais da comunidade. Espero estar contribuindo com o levantamento histórico comunidade para as novas gerações. Espero também, com isso, estimular o interesse para outros darem continuidade ou complementarem esses registros.

E para os que ainda vão chegar recomendo conhecerem a história dos pescadores e pescadoras, filhos e filhas dessa terra. Façam dos valores culturais presentes nas raízes dessa gente motivos para sentirem orgulho pelos enfrentamentos nas lutas, resistências constantes e conquistas. E continuem fazendo bom uso desses motivos, atuando em novas dimensões pedagógicas que possibilite o fortalecimento das relações comunitárias.

REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**: romance; tradução de Vera Queiroz da Costa e Silva. – São Paulo: Ática, 1983.

ALMEIDA, Maria Inez de Lima. **O Caminho Pedagógico da Escola**: da sala de aula para o projeto político local. In. ENCONTRO INTERNACIONAL DO FÓRUM PAULO FREIRE: GLOBALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: 40 ANOS DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO. 16 a 20 set. 2008, São Paulo. Anais. São Paulo: Instituto Paulo Freire (IPF), 2008. v. 1, resumos, p. 59-60.

_____. **Educação em movimento**: uma ciranda entre a educação formal e o comunitário para a vida em prainha do canto verde. Entrelugares: Revista de Sociopoética e Abordagens Afins, v. 3, p. 1, 2011.

_____. **Educação de jovens e adultos. Autoafirmação identitária e árvore dos saberes no Círculo de Cultura**: sociopoetizando africanidades cearenses com alfabetizando do Mova Brasil. O Currículo do Povo que Educa: relato de experiências, volume 2. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012, v., p. 434-446.

_____. **Memórias de Baobá**. Sandra Haydée Petit e Geranilde Costa e Silva (organizadoras). – Fortaleza: Edições UFC, 2012.

_____. O Baobá da Fortaleza e o cabelo no meu corpo. In: PETIT, Sandra Haydée; SILVA, Geranilde Costa e. (Org.). **Memórias de baobá**. 281 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2012, v. 01, p. 25-37.

_____. **Conexões da cultura da África com o Brasil**: um encontro gestando raízes afro-brasileiras. <http://historiaecontemporaneidades.wordpress.com>, v. 01, p. URCA, 2013.

_____. **A escola de hoje um desafio possível para democratizar as diferenças e construir relações na diversidade**. XII Congresso de História, v. 12, p. fedathi.multime, 2013.

_____. **A dimensão eco-pedagógica da ancestralidade na formação de professores**. 50 anos de educação história, memória e formação docente, v. 12, p. 658, 2013.

_____. **A cultura da África com o Brasil gestando raízes afrobrasileiras**. XI Colóquio da AFIRSE, v. 7, p. 25, 2013.

ALMEIDA, Maria Inez de Lima; PETIT, Sandra Haydée. **Mulheres numa luta local alcançando gerações e transformando realidades**: a educação popular como promotora de mobilização social e autonomização. Internacionalização da Educação Desenvolvimento Regional - XXI EPENN, v. 11, p. 138, 2013.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Mazagão**: cidades em dois continentes. usjt - arq.urb - número 2/ segundo semestre de 2009.

ALLENDE, Isabel. **A ilha sob o mar**. Tradução Ernani Ssó. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

AMARAL, Augusto Ferreira do. **Mazagão**: A epopeia portuguesa em Marrocos. 1 ed. Lisboa: Fundação Oriente e Comissão Portuguesa de História Militar, 2007. 518 p. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Especial:Fontes_de_livros/9789728799564>. Acesso em: 20 jul. 2013.

ALCE NEGRO. **O cachimbo sagrado, os sete ritos secretos dos índios sioux**. Relatados por: ALCE NEGRO. Traduzido para o português por: Anderson M. A. Bertolli. 1953.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O Ser Negro**: a construção de subjetividades em afro-brasileiros. Brasília: LGE Editora, 2008.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BANDEIRA, Arkley Marques. **O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico do Brasil**. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAMentos VII. – 2008.

BANDEIRA, Luís Claudio Cardoso. **História das africanidades e diásporas religiosas “em troca de águas” de terreiros desde o Ceará**. ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA NO CEARÁ. Fortaleza: Edições UFC., 2011.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **Educação popular**. Ed. Brasiliense; São Paulo; 1984.

_____. **Revista de Educação Popular Revista da Pró-Reitoria de Extensão**. Cultura e Assuntos Estudantis. Universidade Federal de Uberlândia. v. 12, n. 2 (2013): Revista de Educação Popular.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2005.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. CNE. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação Quilombola**: algumas informações. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de educação (CNE). Brasília – DF/2011.

CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. **África-a-ferro-e-fogo**. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/2010/12/africa-a-ferro-e-fogo/>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

CARNEIRO, Sueli. Correio Braziliense. **Coluna Opinião**. 2000. Disponível em: <colocar o site>. Acesso em: 29 jul. 2013.

CARNEIRO, Edson. **Religiões negras**: notas de etnografia religiosa; negros bantos: notas de etnografia religiosa e folclore. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangada**: uma pesquisa etnográfica. 2ed. São Paulo: Global, 2002.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. **África um novo olhar**. 1 ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2006 (Cadernos CEAP).

CUNHA JR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cicera. (Org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CRUZ, Norval Batista; PETIT Sandra Haydée. **Arkhé**: Corpo, Simbologia e Ancestralidade como canais de ensinamento na educação. Trabalho publicado nos Anais do 31 Encontro Anual da ANPED, Caxambu, 2008.

CUNHA JR, Henrique. **História africana na formação dos educadores**. N. 6, Maringá, Cadernos de Apoio ao Ensino, abril de 1999.

_____. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 108, maio de 2010.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, Michael. **Estilodonc importante de pensar?** *Revista libération*, Paris, 1981.

GALDINO, J. W. **Educação e movimentos sociais na pesca artesanal**: o caso da Prainha do Canto Verde no litoral cearense. 312fl. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará. Faculdade de educação – Fortaleza Ceará 2010. 1-Educação Popular. 2-Movimentos Sociais. 3-Pesca artesanal. I-Souza, José Ribamar Furtado (orientador).

_____. **Educação e Movimentos Sociais na Pesca Artesanal**: o caso de Prainha do Canto Verde no litoral cearense. Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará. Tese Doutorado, UFC-Fortaleza, 2010.

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GAUTHIER, Jacques. **Sociopoética**: encontro entre arte, ciência e democracia na pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação. In: PETIT, Sandra H. & Rosileide de Maria Silva. Algumas contribuições da sociopoética à construção coletiva do conhecimento na pesquisa em educação popular. Publicado nos anais do XXV ENCONTRO DA ANPED, Caxambu: 2001.

GAUTHIER Jacques; GRANDO, Beleni Salete (Org.). **Uma pesquisa sociopoética**: o índio, o negro e o branco no imaginário de pesquisadores da área de educação. Florianópolis: UFC/NUP/CED, 2001.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: VERBO, J-KI: **História Geral da África**. São Paulo: Ática. 1987. pp. 181-218.

_____. A tradição viva. In: KI ZERBO (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história**. V. 1. São Paulo: Ática, 1982.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: UNESCO, 2009.

KIZERBO. **História geral da África**. Vol. 1. São Paulo; Ática, 1982.

KÜSTER, Ângela. **Participação Cidadã, Novos Conceitos e Metodologias**. Fundação Konrad Adenauer. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

MACLAREN, P. **Rituais na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MUNANGA, Kabenguele. **Brasil africano, África em português, África no mundo**. Ed. Especial n. 6. (2005) Disponível em: <www.revistaentrelivros.com.br>. Acesso em: 13 jul. 2013.

_____. **O que é Africanidade?** In: Revista Entrelivros, nº 6. São Paulo, 2008, p. 5-11.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente/ Eduardo David de Oliveira**. – Curitiba: editora Gráfica Popular, 2006.

_____. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, João Hipólito C. Cronologia da Abolição no Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo Esp. 7. Fortaleza: Inst. Ceará.

OLIVEIRA, Pedro Alberto de. **O declínio da escravidão no Ceará**. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE. 1988.

LEVY, Pierre. **As árvores de conhecimentos**. Tradução de Monica M. Seincman. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

LIMA, Ivan Costa; NASCIMENTO Joelma Gentil do (Org.). **Trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará**. Fortaleza: Imprence, 2009.

LIMA, M. do C. de. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, conflitos e Lutas**. 2002. Tese de doutorado (Departamento de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

LINHARES, Ângela Maria Bessa. **O tortuoso e doce caminho da sensibilidade: um estudo sobre a arte e educação**. 2 ed. Ijuí/Unijuí, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **Dramas para negros e Prólogo para brancos**. Rio de Janeiro: Editora teatro experimental do negro, 1961.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Os tambores estão frios: herança cultural e sincretismo religioso no ritual de Candombe**. Juiz de Fora: Funalba Edições; Belo Horizonte: Mazza, 2005.

_____. **Malungos na escola: questões sobre culturas Afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007 (Coleção educação em foco. Série educação, história e cultura).

PETIT, Sandra Haydée. **Dos frutos Paralelos de uma Pesquisa**. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Rio de Janeiro, v. 13, n. 01, p. 125-144, 2001.

QUEIROZ, Raquel de. **Memorial de Maria Moura**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

RIBEIRO, Ronilda Yakemi. **Alma Africana no Brasil**. Os Iorubás. São Paulo: Oduduwa, 1996.

SILVA, Geranilde Costa. **O uso da literatura de base Africana e afrodescendente junto a crianças das escolas públicas de Fortaleza: construindo novos caminhos para repensar o ser negro**. UFC. Fortaleza, 2009.

SILVA, Geranilde Costa; PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: Referencial Teórico-Metodológico para o Ensino da História e Cultura Africana e dos Afrodescendentes**. Artefatos da Cultura Negra no Ceará. CUNHA JR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cicera (Org.). Fortaleza: edições UFC, 2011.

SILVA, José Manuel Azevedo e. **Mazagão: uma cidade luso-marroquina deportada para a Amazônia: estudo e publicação de fontes**. Coimbra. Editora Palimage, 2007.

SODRÉ, Muniz. **Claro e Escuros: identidade, Povo e Mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o global: limites e desafios da participação**. São Paulo: Cortez, 2001.

UMBELINO, Valmor João. **O Branco, o índio e o negro: paradoxos**. In: FLEURI, Reinaldo. Petrópolis: Vozes, 2002, 2009.

RODRIGUES, Graziela Estela Fonseca. **Bailarino-pesquisador-intérprete: processo de formação**. Rio de Janeiro: Funarte, 1997, 2005. 2. Ed.

ROMÃO, Jeruse. **Por uma educação que promova a autoestima da criança negra**. Brasília, Ministério da Justiça, CEAP, 2001.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques Folias e Ladainha: A Cultura do Quilombo do Cria-ú em Macapá e sua Educação**. Tese de doutorado. Fortaleza, dezembro de 2010.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico**. Lisboa: Teorema, 2007.

APÊNDICE A

Árvore genealógica da minha família



ANEXO A